



**UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ-SC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO- PPGE
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PEDRO ALMEIDA DA SILVA

**A MÍSTICA COMO PRINCÍPIO CONSTITUTIVO DO COMUM NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA**

CHAPECÓ-SC

2022

PEDRO ALMEIDA DA SILVA

**A MÍSTICA COMO PRINCÍPIO CONSTITUTIVO DO COMUM NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Odair Neitzel

CHAPECÓ

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Pedro Almeida da

A mística como princípio constitutivo do comum no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra / Pedro Almeida daSilva. -- 2022.

133 f.:il.

Orientador: Dr. Odair Neitzel

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul,
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Chapecó,SC, 2022.

1. MST, Mística, Educação, Princípio Comum. I. Neitzel,
Odair, orient. II. Universidade Federal daFronteira Sul. III.
Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO ALMEIDA DA SILVA

**A MÍSTICA COMO PRINCÍPIO CONSTITUTIVO DO COMUM NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Educação, defendido em banca examinadora em 09/11/2022.

Aprovado em: 09/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Dr. Odair Neitzel
(UFFS)

Prof. Dr. Odair Neitzel – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. Olmaro Paulo Mass – IFSC
Membro titular externo



Prof. Dr. Bruno Antônio Picoli – UFFS
Membro titular interno

Prof.^a Dra. Ana Maria de Oliveira Pereira – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força na continuação dos estudos. Aos meus pais Venâncio Oliveira da Silva e Leontina Almeida da Silva em (memória), pelo incentivo aos estudos, os quais nos diziam: ‘o conhecimento é o maior tesouro que podemos dar aos filhos’.

Ao Movimento Sem Terra-MST, que foi responsável pelas minhas primeiras experiências adquiridas na luta social por dignidade, e aos Missionários da Sagrada Família por me proporcionarem a continuidade dessa luta iniciada ao longo das BRs e encruzilhadas da vida.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Odair Neitzel, pela disposição em tirar as minhas dúvidas no período da elaboração deste projeto de dissertação. Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação-Formação de Professores da UFFS, em especial às professoras Patrícia, Ana e Camila, pelo apoio e incentivo na busca por respostas às questões nevrálgicas da sociedade.

Enfim, agradeço aos meus irmãos Cândido Almeida da Silva e Angelita Almeida da Silva pelo apoio, e a colega de caminhada junto as pastorais sociais Márcia Tamanho e aos Drs. Evandro Pontel, Olmaro Paulo Mass pelas sugestões dadas para a realização desta pesquisa, e as professoras Jacinta Gotardo, Gládis Gotardo pelas leituras e correções realizadas.

A todos (as) minha gratidão e estima.

Atenciosamente,

Pedro Almeida da Silva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Reintegração de posse	12
Figura 2 – Início do I Encontro Nacional do MST, marco da fundação do movimento	28
Figura 3 – Estrutura organizacional do MST	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos levantados junto à BDTD	20
Quadro 2 – Cadernos de Educação do MST:	52
Quadro 3 – Primeiro período: constituição da questão escolar no MST:	866
Quadro 4 – Segundo período: consolidação da proposta de escola no MST	88
Quadro 5 –Terceiro período: da escola à educação no MST.....	90
Quadro 6 – Quarto período: a massificação e crise da escola	92
Quadro 7 – Quinto período: retomada das elaborações sobre a escola	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PIIC	Programa de Incentivo a Iniciação Científica
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SCA	Sistema Cooperativo dos Assentados
TdL	Teologia da Libertação
UDR	União Democrática Ruralista
ULTRAB	União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas-São Paulo
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido objeto de pesquisa em diferentes áreas da ciência. É uma organização importante para o campesinato e para as reflexões acerca dos problemas agrários brasileiros e educacionais. Sua gênese se deu a partir da junção de diferentes lutas camponesas difundidas pelo Brasil, e da inspiração do êxodo bíblico. Em 2022, o MST completou trinta e oito anos de resistência no campo. Durante esses anos se transformou e agregou novas ideias, acompanhando as mudanças sociais e as lutas por terra, educação e direitos dos trabalhadores do campo. Ao longo de sua história o MST incorporou a sua luta, a mística, prática herdada da Igreja Católica. Força que anima, educa, politiza e conscientiza os seus integrantes para as ações coletivas. Por esses qualitativos a mística é vista como um dos pilares educativos do MST. A pesquisa objetiva investigar o processo formativo do MST. E, em que medida a mística contribui para a conscientização dos seus integrantes, para a construção do comum. Por isso, se pergunta nessa investigação: como a mística incide na mudança de mentalidade dos integrantes do movimento para que o comum aconteça? Essa investigação parte dos aspectos históricos do MST, até o momento que se percebeu que não adiantava ter apenas a posse da terra, era necessário a educação para poder avançar nas negociações. Para esses avanços, o MST criou o Setor de Educação que publicou os Cadernos de Educação como suporte às atividades educativas, e negociativas com as autoridades governamentais.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Mística; Educação; Comum.

SUMMARY

The Landless Rural Workers Movement (MST) has been the object of research in different areas of science. It is an important organization for the peasantry and for reflections on Brazilian agrarian and educational problems. Its genesis came from the combination of different peasant struggles spread throughout Brazil, and the inspiration of the biblical exodus. In 2022, the MST completed thirty-eight years of resistance in the countryside. During these years, it transformed and added new ideas, accompanying social changes and struggles for land, education and the rights of rural workers. Throughout its history, the MST incorporated its struggle, the mystique, a practice inherited from the Catholic Church. A force that animates, educates, politicizes and raises the awareness of its members for collective actions. Due to these qualities, mystique is seen as one of the educational pillars of the MST. The research aims to investigate the formative process of the MST. And, to what extent does mystique contribute to the awareness of its members, to the construction of the common. Therefore, the following question is asked in this investigation: how does mystique affect the change in the movement's members' mentality so that the common thing happens? This investigation starts from the historical aspects of the MST, until the moment when it was realized that it was no use just having the land, education was necessary to be able to advance in the negotiations. For these advances, the MST created the Education Sector, which published the *Cadernos de Educação* to support educational activities and negotiations with government authorities.

Keywords: Movement of Landless Rural Workers; Mystic; Education; Common.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVAS	18
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	23
2 A ORIGEM HISTÓRICA DO MST E SUA ORGANIZAÇÃO	26
3 O PROCESSO FORMATIVO DOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	41
3.1 O PROCESSO FORMATIVO DO MST	44
3.2 OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO MST	51
3.3 REFLEXÕES SOBRE OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO MST	755
3.4 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DO MST.....	85
4 O PRINCÍPIO COMUM DE DARDOT E LAVAL NO MST	99
4.1 O CONCEITO DE COMUM EM DARDOT E LAVAL	99
4.2 CAMINHOS PARA O COMUM	102
4.3 O COMUM NO MST	105
4.4 AS COOPERATIVAS DO MST	1099
5 A MÍSTICA COMO POTENCIALIZADORA DO COMUM NO MST	112
5.1 A COMPREENSÃO DE MÍSTICA NO MST.....	112
5.2 O POTENCIAL DA MÍSTICA NO ERIGIR O COMUM	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

O MST mostra um caminho possível. Ele recriou o espaço público, desenvolveu um movimento cujo o pressuposto é a discussão política, a preocupação com o coletivo e com a colaboração solidária (Revista Caros Amigos, outubro de 1998, p. 9).

A epígrafe que abre esta pesquisa tem por objetivo mostrar que, apesar de todas as tentativas, muitas vezes frustradas, de superação do modelo social vigente (capitalismo), que prima pelo individualismo, competição e lucro, há sinais que apontam para a possibilidade da reconstrução do comum. Exemplos para essa mudança não faltam: embora pareçam insignificantes aos olhos do mercado, estão visíveis na sociedade, como as redes de consumo solidário, as quais buscam “garantir a todas as pessoas melhores condições para o bem-viver” (MANCE, 2000, p. 179). As cooperativas dos assentados, as agroindústrias do MST, os fóruns sociais mundiais, os quais apontam alternativas de superação ao sistema atual e os próprios movimentos populares que organizam a população para lutar por seus direitos.

Nesta plêiade de organizações que lutam por um outro mundo possível, slogan do Fórum Social Mundial¹, está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST². Movimento social que busca tornar esses sonhos possíveis através da mobilização dos trabalhadores e dos setores da sociedade, que compactuam com seus ideais, de que é exequível as mudanças sociais a partir da educação e da união em torno de diretrizes comuns.

Esse entendimento tem suas raízes nas experiências dos movimentos antecessores³ ao MST, que faziam uso da mobilização de seus integrantes para fazer frente aos poderes estabelecidos ao longo da história. Munido dos ideais dos seus antecessores, o MST atualiza-

¹ O Fórum Social Mundial (FMS) é um encontro anual internacional articulado por movimentos sociais, ONGs e pela comunidade civil para discutir e lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e, sobretudo, contra desigualdades sociais provocadas pela Globalização. É caracterizado por ser não governamental e apartidário, apesar de alguns partidos e correntes partidárias participarem ativamente dos debates e discussões.

Nos encontros do FMS objetiva-se promover debates abertos descentralizados, assim como a formulação de propostas que sirvam de alternativas para o padrão econômico e social mundial, a troca de experiências entre os diversos movimentos sociais e a promoção de uma articulação entre pessoas, movimentos e instituições que se opõem ao neoliberalismo. O primeiro encontro do Fórum Social Mundial aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS). Nesse encontro, quatro grandes temas foram debatidos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e à sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e d) poder político e ética na nova sociedade. Um dos objetivos principais do FSM de 2001 foi o de estabelecer uma oposição ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente desde 1974, em Davos (Suíça), e que é sustentado por mais de mil empresas multinacionais, em defesa da melhoria e expansão do neoliberalismo (<https://brasilecola.uol.com.br>). Acesso em 06 de jan.de 2022

² Ao referir-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra usei a sigla MST.

³ Nos relatos bíblicos da resistência do povo hebreu em busca de terra e liberdade, no movimento marxista, na religiosidade popular e nas práticas comunitárias rurais (NETO, 2007, p.340), e nos diversos movimentos de cunho messiânicos que tiveram lugar a partir do início da República, entre os quais se destacam o Movimento de Canudos, liderados por Antônio Conselheiro, o Contestado, liderado pelo monge José Maria e o das Ligas Camponesas, este último já na década de 1950 (MORRISAWA, 2001, p.01).

os e envolve-se com os problemas sociais da atualidade. Por isso luta por reforma agrária, saúde, educação e desenvolvimento sustentável.

Esse envolvimento do MST em torno destas questões vem desde o seu surgimento, tendo ampla divulgação na pandemia do Covid-19⁴ onde o movimento através de suas organizações (cooperativas de assentados, agroindústrias) buscou amenizar as dificuldades das pessoas em vulnerabilidade social por meio da distribuição gratuita de alimentos orgânicos e cestas básicas, frutos dos trabalhos coletivos desenvolvidos em seus assentamentos.

Por essas ações solidárias mostra a sociedade que seu projeto educacional desenvolvido dentro dos assentamentos e de suas escolas, e fundamentado no Princípio Comum⁵, pode ser uma possível saída para o enfrentamento das desigualdades sociais. Segundo dados apresentados pelo Jornal Brasil de Fato, só em Santa Catarina o MST:

Doou dez toneladas de alimentos nas periferias da região metropolitana de Florianópolis. Ao todo, desde o início da pandemia do Coronavírus, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já distribuiu mais de 4 mil toneladas de alimentos em todo o país (OLIVEIRA, 2021, s/p)

Por essas ações, fica evidente que a solidariedade e a cooperação são valores sublimes para MST, pois mostram à sociedade que é possível construir algo alternativo ao que a sociedade capitalista apresenta como modelo ideal. Com o objetivo de fortalecer e firmar esta proposta, pautada na solidariedade e cooperação, o MST procura repensar as práticas pedagógicas e, ao fazê-las, partilham as experiências, a fim de que a sociedade possa se desenvolver por meio de um projeto popular fundamentado pelo Princípio Comum. É, por isso, que suas ações são pensadas e realizadas coletivamente com a finalidade de romper com as dicotomias que primam pelo desenvolvimento de uma determinada parcela da população detentora dos bens de produção.

Para desenvolver e pensar essas ações comuns, o MST enfatiza a formação de seus integrantes, e a participação das bases sociais junto as suas ações organizadas. Para que isso ocorra, trabalha com a ideia de que é necessário romper com a concentração dos bens de produção e o analfabetismo, por meio de uma educação que leve em consideração em seus

⁴ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Esse vírus se espalha através de pequenas partículas líquidas expelidas pelo nariz ou boca de uma pessoa infectada quando elas tosse, espirram, falam, cantam ou respiram. A infecção pode ocorrer caso você inale o vírus quando estiver perto de alguém que tenha COVID-19 ou se você tocar em uma superfície contaminada e, em seguida, passar as mãos nos olhos, no nariz ou na boca. O vírus se espalha com mais facilidade em locais fechados e em multidões Fonte: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em 06 de jan.de 2022.

⁵ Terno referente a Obra de Pierre Dardot e Christian Laval, *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, publicada em 2017, pela Editora Boitempo.

currículos, a realidade vivida pela população brasileira.

Com base nesse modelo de educação, que olha para a realidade, o MST vai na contramão da educação que reproduz a injustiça social. Por meio de sua proposta educacional desenvolvida pelo seu Setor de Educação⁶ busca repensar a educação, gerar a consciência crítica e criar as condições para a continuidade da luta em vista da transformação social.

Por mexer com os poderes hegemônicos, a partir da criticidade desenvolvida por seu modelo educacional, o MST colhe para si, inúmeras retalhações dos poderes constituídos, a ponto de ser criminalizado, sofrer perseguições da imprensa e dos efetivos da Força Nacional, junto aos seus acampamentos e assentamentos, como ocorreu nos municípios de Prado e Mucuri, no extremo sul da Bahia, como vemos na figura 1, quando da chegada do efetivo da Força Nacional junto aos assentamentos Jacy Rocha e Rosa Prado.

Figura 1 – Reintegração de posse



Fonte: CUT⁷

Ao que tange a luta do MST, ela não se restringe apenas à conquista da terra. A educação também está presente, como um processo que faz parte da luta e não se encerra com ela. É no contexto da luta pela terra, sobretudo nos embates durante a sua conquista, que os Sem Terras constituem suas leituras de mundo. É por isso que o conhecimento, fruto dessa educação que olha para realidade, é importante para o MST, pois leva os seus integrantes e simpatizantes a

⁶ O Setor de Educação foi constituído em 1987 a partir do encontro realizado no Espírito Santo, o qual reuniu representantes de diversas experiências educacionais que aconteciam nos mais diversos acampamentos e assentamentos dos estados. Este setor é responsável pela realização de eventos, cursos de formação de professores, além da elaboração e publicação de material teórico e pedagógico (CERICATO, 2008, p.14).

⁷ CUT. Disponível em: https://www.cut.org.br/images/_Acesso em 02 de out. de 2021.

compreenderem os problemas sociais e os reais motivos da sociedade ser excludente e líquida, conforme o conceito de Bauman. É por isso, que o MST considera a educação uma importante ferramenta que possibilita o aprofundamento das questões sociais, a ponto de ser considerada uma de suas bandeiras centrais, junto com a questão da reforma agrária.

Como a educação ocupa um lugar importante no MST e ser uma ferramenta que lapida a consciência das pessoas que integram o movimento, e graças a sua capacidade transformadora o MST se tornou uma importante organização social no século XX, a ponto de manter viva a memória histórica e os valores dos movimentos sociais que os antecederam⁸, os quais servem de inspiração para as lutas sociais na atualidade.

Por carregar os valores e a memória dos seus antecessores, o MST desperta na sociedade inquietações, pesquisas e até mesmo divergências ideológicas, apresentando-se aos olhos daqueles que buscam pesquisá-lo como algo desafiador e inquietante.

Deste modo, para compreender as ações do MST e suas fontes constitutivas, os pesquisadores precisariam estar presentes, junto as suas ações desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos constituídos, para estudá-lo com profundidade. Isso porque:

[...] um problema de investigação não é algo que se apresenta ao pesquisador ao acaso ou de surpresa, mas brota de um percurso formativo, das vivências, que nos levam a dúvidas aos debates em torno das questões provocadas pelo meio social e cultural em que estamos inseridos (NEITZEL, 2019, p. 13).

Sustentado por esta perspectiva, da busca pelas fontes e pelas vivências *in loco*, esta pesquisa originou-se da minha participação nas lutas do MST, das leituras feitas sobre o movimento na caminhada acadêmica e da pesquisa no PIIC-Programa de Iniciação a Investigação Científica, desenvolvido na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus de Santo Ângelo-RS. Na oportunidade investiguei a *Teologia implícita e explícita do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RS*, período em que cursei a graduação em Teologia.

Por intermédio dessa investigação e das leituras realizadas constatei que o MST se estrutura por instâncias, setores e núcleos. Frente da estrutura organizativa do MST, olho para seu setor educacional, (o qual se estrutura através de princípios que expressam suas diretrizes

⁸ Faço referências a Sepé Tiarajú, Antônio Conselheiro, Lampião, Monge José Maria, os quais lideraram e aglutinaram em torno de si, multidões em busca de novos modos de vida.

para a ação), onde a mística⁹ é uma das fontes educativas¹⁰ que possibilita aos integrantes do MST compreender a realidade, a desenvolver a formação política e social, como meio de resistir e enfrentar os poderes hegemônicos em vista da construção do comum, fundamento básico dos ideais de cooperação do MST.

Quanto a mística, nesse ínterim, possui grande relevância na dinâmica do MST. Ela surge como uma mediação fundamental da luta desenvolvida no âmbito do grupo, proporcionando a construção de mecanismos que, desde o princípio, visam auxiliar a integração para o comum entre os trabalhadores que ingressam no movimento. A mística se destaca como uma força de revitalização `a luta pela terra e pela transformação social. Ela revitaliza a luta pela terra e mudança social, porque alimenta nos militantes¹¹, os sonhos e utopias dos antepassados os quais são atualizados na realidade vivida. Por isso, na ótica de Bellan (2012, p.50), a mística é uma “força mobilizadora que cria sentimentos de pertença e agrega as pessoas em torno de um coletivo, por isso, na sua falta, não há muito como resistir a um contexto de ofensiva da classe dominante”.

Ao que tange ao Princípio Comum, não é e nem pode se constituir num megaprojeto que vá substituir a racionalidade neoliberal. Porém, ele pode movimentar e produzir um conjunto de práticas que possibilitem outras formas de existência. Formas essas que rechaçam a individualização, o preconceito, a indiferença e a exclusão. Sendo, juntamente com a mística, elemento basilar dessa pesquisa, ambos se relacionam segundo Barbosa, (2019, p.26) a partir da “solidariedade necessária para seguir em rebeldia contra a ordem social, política e econômica instituída”. A mística, segundo Gaspar (2010, p. 47) “expressa e traz consigo o sentimento de pertença e de unidade”. Tais sentimentos são expressos nas ações comuns que podem ocorrer a partir de um mutirão, numa ocupação de rodovia, numa ocupação de latifúndio. Portanto, a mística é uma espécie de comunhão que irmana os envolvidos num conagraçamento coletivo.

⁹ Designação empregada pelos Sem Terra, que consiste em acontecimentos sócios políticos que se manifestam em práticas discursivas e não-discursivas através das quais os Sem Terra identificam-se e reidentificam-se com os saberes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cf. <https://periodicos.sbu.unicamp.br>, acesso em 28 de maio de 2021.

¹⁰ É uma das fontes porque se somam a ela, as ocupações, acampamentos, marchas, romarias, isto porque, estas ações são a essência do MST, é com elas que se inicia a organização, nelas estão contidas a matriz organizativa e educativa do Movimento (CALDART, 2004, p.168).

¹¹ “Militante”, como palavra, lembra evidentemente "militar". Mas nós sabemos que as “armas” do povo são normalmente outras, e que são muitas mais. Às vezes poderá ser uma greve, uma passeata, um abaixo-assinado, uma declaração, um jejum, uma reivindicação dos direitos humanos conculcados, um trabalho paciente de conscientização, uma vigília [...]. Ser militante implica disponibilidade. De um autêntico militante- ele ou ela - se supõe que está sempre disposto: a qualquer hora, a qualquer chamado, para as reuniões de emergência, para os programas de urgência, para os trabalhos extras[...] Militante é aquele que está sempre disponível para trabalhar pelo povo. O militante sempre está em guarda. Sempre está alerta. Não dorme. Não deixa as coisas passarem. Tem uma fina sensibilidade para detectar os interesses do povo (CASALDÁLIGA; VIGIL, 1996, p.76).

Por isso ela está relacionada diretamente com o Princípio Comum e vice-versa.

Devido a mística se fazer presente nas ações, as quais são educativas e organizativas, ela é um elemento importante junto ao setor educacional do movimento, porém não como uma atividade ritualística no sentido religioso e confessional, mas como uma prática organizada que encerra e demarca momentos de luta, traduz sonhos, preocupações e esperanças.

A partir da mística e do Princípio Comum elementos que dão base a esta pesquisa, a organização popular MST, dá nomes e visibilidades aos esquecidos da história. Isso ocorre porque resgata os valores que estavam adormecidos em cada integrante. É graças a esse despertar auxiliado pela educação que leva em conta a realidade vivida pelos trabalhadores, que eles ousam ocupar as terras improdutivas com suas famílias. É por isso, que esse modelo educacional, instigado pela mística e fundamentado no Princípio Comum, se faz presente durante as ocupações, nos assentamentos e nas inúmeras atividades do MST.

Na riqueza de seu movimento e na coragem de questionar o latifúndio, o MST acaba por problematizar os demais setores da sociedade. Por isso, ao pensar a educação a partir de seu setor educacional, contesta não só os conteúdos e seus significados, como põe em questionamentos as práticas pedagógicas atuais. Com isso, consegue sonhar com uma escola e construí-la com suas próprias mãos, numa arquitetura que atende os seus propósitos. Não bastasse tudo isso, propõe um calendário de estudo diferenciado que intercala tempo de escola e tempo da comunidade, operando assim, com a pedagogia da alternância em conjunto com as demais que estão contidas nos seus Cadernos de Educação.

A partir dessas considerações iniciais, fica evidente que a educação para o MST, tem um sentido *latto*, transcende a aquisição de conhecimentos para ser um passo na transformação humana e da sociedade como um todo. Por isso, refletir sobre a educação e as bases (mística e Princípio Comum) que colaboram na formação de seus integrantes, requer a compreensão do processo educacional que foi sendo gestado no decorrer da história fundacional do MST, onde a mística é um dos elementos educativos que ajuda a manter vivo os ideais do movimento que objetivam pela cooperação e a construção do comum entre os integrantes da organização e a sociedade, como foi demonstrado na entreajuda aos necessitados a partir das ações do MST, nesses tempos de pandemia.

Em vista de aprofundar e compreender essas ações, esta pesquisa nos leva ao seguinte questionamento: A mística, sendo um dos pilares educativos do MST, incide na mudança de mentalidade dos integrantes da organização para que o comum aconteça? Com essa interpelação a dissertação tem por objetivo *investigar no processo formativo do MST. E, em que medida a*

mística contribui para a conscientização dos integrantes do MST em vista da construção do comum. Para esmiuçar nosso objetivo geral, abordo dois objetivos específicos: 1-pesquisar as ações educativas descritas nos Cadernos de Educação do MST, extraindo elementos que auxiliam na adesão e conscientização dos integrantes para a vivência coletiva; 2-Identificar as influências da mística do MST para a construção de novas alternativas de sociabilidade.

Na tentativa de responder os objetivos propostos, a pesquisa se organiza em cinco capítulos. O primeiro capítulo é composto pela introdução onde se apresenta o tema e as razões para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ainda nessa parte se aborda os aspectos metodológicos, a revisão de literatura levantada na Biblioteca Digital Teses e Dissertações-BDTD, sobre o tema, e as justificativas para essa investigação.

O segundo capítulo aborda os fatos históricos que implicaram e influenciaram o surgimento do MST. Suas estratégias adotadas e apoios que possibilitaram a sua afirmação e crescimento enquanto movimento social de resistência. Nesta parte se trata da gênese do MST, até o momento em que suas lideranças se deram conta que não bastava apenas ter a posse da terra, necessitava educar os trabalhadores e suas gerações para que permanecessem na terra e constituíssem novas alternativas de sociabilidades. Neste capítulo se exhibe ainda, a estrutura organizacional do MST aos leitores que não conhecem profundamente a organização e o funcionamento desse movimento social. Para facilitar essa compreensão, se elabora um organograma explicativo.

No terceiro capítulo, se investiga a educação desenvolvida pelo MST junto aos seus integrantes, a partir de seus Cadernos de Educação desenvolvidos pelo seu Setor de Educação, os quais dão as bases ao processo educacional do movimento. Quanto a esses materiais educacionais (Cadernos¹²) se fez um quadro com as sínteses dos seus conteúdos dos cadernos analisados, para posteriormente refletir sobre esse material e conteúdos produzido pelo Setor de Educação do movimento. Nesta parte da pesquisa se faz referência a constituição da escola no MST, onde se apresenta o quadro histórico que aborda a articulação e os desafios da escola para essa organização social.

No quarto capítulo se expõe o conceito Princípio Comum tratado na obra *Comum, Ensaio sobre a Revolução no século XXI*, de Dardot e Laval. Se faz uso dessa obra pelo fato do MST buscar em sua organização a partir desse conceito, novas formas de sociabilidades, em vista de contrapor o sistema vigente inculcido em nossa sociedade. Nesse capítulo ainda, se procura mostrar a vivência desse comum no MST, se analisa os problemas que ocorrem em

¹² Documento que trata da educação desenvolvida pelo MST.

torno desse conceito no movimento, para tal, se investiga as práticas concretas do comum, ou seja, as cooperativas e as relações vivenciais que ocorrem dentro dos acampamentos, assentamentos do movimento.

Por fim, no último capítulo dessa investigação se olha para a mística do MST, como potencializadora do comum. Para chegar a isso, se faz uma abordagem sobre o que venha a ser a mística para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e como ela age nos integrantes do movimento para educá-los em vista desse ideal (o comum), defendido e proclamado ao longo da história do MST.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A partir desse esboço geral saliento que, para atingir os objetivos propostos, busco desenvolver esta pesquisa pelo viés bibliográfico. Para isso se pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), temas que abordam as questões relacionadas a mística, educação, trabalho, coletividade e emancipação humana, os quais são assuntos correlatos às ações do MST na atualidade, e geradores de grandes discussões políticas.

Como esta investigação é de cunho bibliográfico, Dmitruk (2012, p. 47) afirma que este tipo de pesquisa “consiste num conjunto sequencial de procedimentos planejados para recolher, analisar e sintetizar as principais contribuições teóricas sobre um determinado assunto, assim como para elaborar um texto sobre um objeto de estudo”. Por outro lado, além da pesquisa bibliográfica, torna-se necessária uma pesquisa documental a partir de fontes primárias de análises. Sobre a pesquisa bibliográfica e documental, Gil salienta que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002 p.45).

Como esta pesquisa é caracterizada pelo viés bibliográfico documental, diferenciada apenas nas fontes, busca-se percorrer pelo caminho da hermenêutica para atingir os resultados esperados. Se usa da hermenêutica devido ser um método que possibilita a interpretação dos fatos que estão inseridos nos documentos originais de uma determinada realidade histórica. Por isso, a hermenêutica é compreendida como

A filosofia da interpretação, sendo associada ao deus grego Hermes, que traduzia tudo o que a mente humana não compreendesse, sendo chamado de “deus-intérprete”. Possui alguns significados diferentes de acordo com o tempo, passando de “compreender o significado do mundo” e chegando “é a teoria científica da arte de interpretar” (MELLO, 2010, s/p).

1.2 JUSTIFICATIVAS

As justificativas que nos levam a pesquisar o MST e o seu processo formativo, se afirmam devido as disputas e questionamentos que surgem sobre a sua educação. Este modelo de educação tem muito a nos dizer na atualidade, pois possibilita a visibilidade e representatividade aos esquecidos da história, no caso os integrantes do MST, os quais eram invisíveis aos olhos da sociedade, até o momento de se constituírem em uma coletividade.

Esta pesquisa se legitima devido as ações educativas do MST que, além de dar visibilidade a seus integrantes, mostram que as concepções neoliberais, fundamentadas pela globalização, reconfiguraram a educação pública, a qual passou a ser regida pelas regras do mercado. De acordo com Libâneo (2017, p.44), “o modelo econômico atual, conhecido por neoliberalismo, tem como princípio regulador do funcionamento da sociedade, o mercado, ao qual está submetida a educação”.

Essa nova ordem social, regulada pelo mercado, está presente na configuração da educação brasileira, da Educação Básica ao Ensino Superior. Por sofrer essa influência a educação pública passou a ser organizada e gerida para atender as necessidades do mercado e suas regras, haja visto que ela (educação), tem a missão de oferecer mão-de-obra qualificada para abastecer o mercado capitalista e eternizar a manutenção dos mecanismos que sustentam o capital.

Essa forma de compreender a educação como negócio transforma o processo educativo em comércio. Frigotto (2007, p. 38), diante dessa lógica excludente, afirma que “com a entrada dos empresários, no campo educacional, mudou a visão e a ação da educação. Se passou a educar para o trabalho os filhos dos pobres, em vista do adestramento ao trabalho, e o sustento das elites”.

Diante dessa nova ordem, regulada pelo mercado, o MST apresenta um modelo alternativo de educação, voltado para o desenvolvimento integral dos seres humanos e da construção do comum, contrariando assim a hegemonia do mercado que prima pelo lucro. Contrapondo essa visão o MST trabalha a educação humana voltada ao cotidiano e as relações

entre os sujeitos, seguindo o princípio de Paulo Freire (1987, p. 39) o qual afirma que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa sozinho: Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Com base na realidade, e na cooperação entre os sujeitos, o MST desenvolve seu processo educativo, mostra que as contradições sociais são fruto do sistema vigente, o qual precisa ser superado com propostas alternativas, que levem a constituição do comum, princípio este que possibilita resistir ao modelo social vigente.

Outro aspecto que justifica essa busca é o fato da educação oriunda do MST, ser transversal, a qual cria alternativas para a construção de diferentes conhecimentos para a prática emancipatória, o que remete à dimensão educativa dessa coletividade, que busca algo para além da simples recuperação da condição que essas pessoas já tiveram e, provisoriamente, perderam pela circunstância de ficarem sem a terra, ou sem trabalho nela.

Outra justificativa que corrobora para que esse ensino se realize, é a presença da mística e do Princípio Comum na base constitutiva do MST, o que traz um grande diferencial para a educação e a sociedade. Ao que tange a mística, esta possibilita o educando, o integrante do MST, fazer memória da história. Por isso, a mística não é ritualismo religioso, embora tenha sua origem na religião, difere-se desse aspecto porque ela educa, politiza e conscientiza os integrantes do MST. Quanto ao Princípio Comum, este causa impacto na sociedade, porque mostra que, apesar da primazia do individualismo, há sujeitos que buscam outras formas de convivência. O que nos leva a afirmar que o educar e o conviver não é um ato isolado, mas relações horizontais entre os sujeitos. Deste modo o comum:

é necessário para questionar a lógica capitalista e a economia desenvolvimentista que suplanta comunidades tradicionais e metropoliza cidades, que autoriza a exploração da terra, da comida e da água por grandes conglomerados de mineradoras, do agronegócio, do mercado imobiliário e de capitais financeiros (GANZ; BALATAZAR, 2016, p. 7).

Com a colaboração dos autores citados, se afirma o princípio educativo do MST, porque sua ação vem de encontro desse pensar, pois a organização pesquisada, de modo especial o seu processo educativo, vem fundamentado nesse ideal, que questiona a lógica individualista, a ponto do mercado estranhar as ações desenvolvidas nesse tempo de pandemia e suas ações coletivas desenvolvidas em seus assentamentos. É por isso que esta pesquisa se torna relevante, pois apresenta uma alternativa de saída do sistema vigente, que exclui e torna invisível os sujeitos que não conseguem acompanhar a lógica do mercado. Embasado por essas justificativas apresento o percurso para o desenvolvimento dessa investigação científica

1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Com a intenção de entender como as investigações científicas vem estudando o tema da educação e movimentos sociais, em setembro de 2021, realizei uma busca na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A busca por estes trabalhos apresentados nesses portais foi motivada por serem arquivos importantes para as produções científicas, cujos números nos mostram a relevância do assunto para a atualidade.

Por meio das buscas avançadas definimos o período de 2000-2019 cujas palavras chaves foram: mística e educação, mística e emancipação, mística e Princípio Comum e mística e movimentos sociais. Ao que tange a mística e educação foram encontradas 35 pesquisas; educação e movimentos sociais 74 pesquisas; mística e Princípio Comum 48 trabalhos investigativos e mística e emancipação 15 pesquisas.

Destas buscas realizadas, foram extintas as que se repetiram e aquelas que: a) não eram relacionadas a mística; b) realizaram estudos que contemplavam a educação, mas não tratavam dos temas emancipação, educação nos movimentos, comum/solidariedade. A partir deste recorte foram selecionados 12 trabalhos, entre dissertações e teses, publicados nos anos de 2000 e 2019.

Após escolhidos os trabalhos e, em vista de atingir o objetivo proposto, foram feitas as leituras dos resumos, introduções e conclusões dos materiais encontrados, afim de filtrar as teses e dissertações que mais se aproximavam do objeto de pesquisa. No entanto, foi feito mais uma classificação, tendo como vetor as discussões referentes a educação nos movimentos sociais. A partir da leitura, análise e seleção sobraram nove trabalhos que se enquadram na proposta investigativa, sendo, seis teses e três dissertações conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Trabalhos levantados junto à BDTD¹³

ANO	AUTORIA	TÍTULO DO TRABALHO	TIPO
2019	Rafael Bellan Rodrigues de Souza	A mística no MST: mediação da práxis formadora de sujeitos histórico.	Tese
2019	Lenir Cândida de Assis	A mística político-social dentre os militantes do MST no assentamento Eli vive em Londrina-PR.	Tese
2015	Sandra Luciana Dalmagro	Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no assentamento conquista na fronteira.	Dissertação

¹³ Para esse levantamento bibliográficos foram usados o descritor mística e movimentos sociais, mística e emancipação, mística e educação, mística e princípio comum.

2014	Antônio de Jesus Pereira	As linguagens presentes nas místicas do MST no processo formativo da militância orgânica.	Dissertação
2012	Luiz Eduardo Torres Bedoya	a força emancipadora da espiritualidade e da mística no MST: experiências formadoras na vida dos/as militantes como poder catalisador do movimento.	Tese
2010	Giovani Vilmar Comerlato	A dimensão educativa da mística na construção do MST como sujeito coletivo.	Tese
2010	Nadir Lara Junior	A mística do MST como laço social.	Tese
2007	Sebastião Leal Ferreira Vargas Neto	A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.	Tese
2002	Evandro Costa de Medeiros	A dimensão educativa da mística Sem Terra: a experiência da escola nacional “Florestan Fernandes”.	Dissertação

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A partir da escolha desses 9 trabalhos de pesquisa, se constata que na tese de Rafael Bellan Rodrigues de Souza que a mística é usada pelo MST para divulgar suas ideias, princípios e objetivos. Ela apresenta performances, cenários, ritos, danças e músicas, o que proporciona ao trabalhador uma compreensão mais ampla de si e do mundo que o circunda. Quanto ao potencial da mística, ele consiste em municiar os sujeitos históricos dos desafios, adversários e possibilidades ontológicas dos combates do presente e também do movimento da classe trabalhadora. No entanto, Lenir Cândida de Assis, salienta que a mística do MST, tão presente nas falas, nas práticas dos militantes e nos momentos celebrativos dos assentamentos, serve para sustentar e fortalecer a base formativa da militância, por isso está diretamente relacionada com a educação.

Ao que tange a dissertação de Sandra Luciana Dalmagro, a sua investigação tem como eixo central a análise do processo educacional do MST, cujo acento recai sobre as relações de trabalho e suas implicações na formação humana. Em suas buscas alcançadas afirma que o MST se constitui no sujeito educador fundamental dos Sem Terra que buscam a transformação social.

Quanto a pesquisa de Antônio de Jesus Pereira, ela analisa os enunciados que circulam nas místicas do movimento para saber até que ponto podem potencializar o processo formativo da militância orgânica. Em seus resultados obtidos, mostra que a mística ajuda no processo de sistematização da realidade e na vivência por meio da linguagem poética, corporal, imagética e simbólica que permeia as místicas do movimento.

Em vista de aprofundar o carácter da mística como força emancipadora, olhei para a tese de Luiz Eduardo Torres Bedoya, A força emancipadora da espiritualidade e da mística, constatei que as experiências de religiosidade, espiritualidade e mística fazem parte da vida dos membros do MST e constituem, no geral, experiências formadoras que gravitam na qualidade da militância e no sucesso das lutas do movimento. Dão bases ao patrimônio do MST desde suas origens, expressando-as em conhecimentos sintéticos aglutinadores do enraizamento

cultural camponês, da espiritualidade de libertação que o inspira e da realização de um projeto popular para o Brasil.

Já a tese de Giovani Vilmar Comerlato, apresenta a mística como prática coletiva e enraizada historicamente dentro do MST. Através dela o integrante do MST cria forças e laços para lutar coletivamente com outros membros pela terra. Assim, o camponês vence a barreira do individualismo liberal e torna-se parte de um sujeito coletivo, ou seja, de um movimento social. Deste modo, a mística exerce um papel estratégico e decisivo no desenvolvimento de alternativas emancipatórias gestadas no interior do MST. É dentro desse processo de desenvolvimento da luta do MST, sujeito coletivo, que as práticas místicas evidenciam seu caráter pedagógico, pois são originadoras de práticas sociais, fortalecem e animam a organização do movimento social trazendo a esperança de uma vida com dignidade.

No entanto, em sua tese, Nadir Lara Júnior, salienta que a mística do MST pode ser compreendida como um espaço para constituição de laço social e também uma estratégia de constituição do campo discursivo da política. Todos os conteúdos discursivos produzidos nessa ação coletiva possibilitam a esse sujeito se posicionar frente a realidade vivida.

Quanto a tese de Sebastião Leal Ferreira Vargas Neto, busca analisar os aspectos da cultura política de dois movimentos populares latino-americanos: o MST e a guerrilha mexicana do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Utilizando diversos suportes documentais e a observação da vida cotidiana, reconstrói e reflete o processo de criação de uma nova cultura política que contribui para a emergência de projetos e atitudes políticas que organizam a esperança e a rebeldia, articula modernidade e tradição. Mas ao mesmo tempo o autor por meio de uma abordagem do imaginário político-ideológico e utópico-poético analisa e compara os discursos e memórias, os princípios, a religiosidade e a mística presente nesses movimentos a fim de rastrear afinidades, convergências e divergências na cultura política que aparece do campo latino-americano.

Por fim, Evandro Costa de Medeiros em sua investigação salienta que o caráter educativo da mística dos Sem Terra, resulta da vivência, tem como objetivo revigorar as forças e (re)alimentar o ânimo dos sujeitos em luta. Serve para estimular a reflexão crítica sobre a realidade, mobilizar, resgatar a memória, cultivar utopias e produzir valores humanistas¹⁴.

Em sua dissertação o referido autor afirma que a mística é instrumento pedagógico que

¹⁴ Esses valores se referem a uma oposição, rupturas com os valores dominantes da sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo, cultiva nos educandos e educandas o sentimento de indignação diante de injustiças, que ocasionam a perda da dignidade humana. Fazem referência ao companheirismo e a solidariedade, dizem respeito as relações entre as pessoas e a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças (REVISTA EDUCAÇÃO POPULAR, 2014, p.41).

contribui para a transformação cultural dos indivíduos e a consolidação do comum, fortalece-os para lutar por uma nova ordem social. Além disso, salienta que a mística alimenta sensibilidade humana para as questões sociais e estimula a cidadania ativa e contribui para o processo de (re) humanização das pessoas, sendo, portanto (a mística) um dos pilares de sustentação da força política e organizativa do MST.

Após esses levantamentos bibliográficos que apresentam as bases fundamentais do MST, apresento, na sequência, como a pesquisa está organizada e onde ela se sustenta teoricamente.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto ao aspecto metodológico a pesquisa esta organizada a partir de teóricos que buscam refletir as questões educacionais e suas implicâncias na atualidade. Afirmam que a educação não acontece solitariamente e ao mesmo tempo, o educar é um dever de todos os setores da sociedade e não apenas da escola. Entre estes teóricos se destacam: Libânio, Paulo Freire, Roseli Caldart.

De acordo com Libânio, (2017, p.44) “o modelo econômico atual, conhecido por neoliberalismo, tem como princípio regulador do funcionamento da sociedade, o mercado, ao qual está submetida a educação”. É por isso, que a pesquisa percorre o caminho dos movimentos sociais devido apresentar uma perspectiva inclusiva, onde a educação deve ser esta ferramenta que possibilite esse desejo.

No MST, isso é bem presente, o qual usa os dizeres de Paulo Freire (1987, p.39) que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa sozinho: Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Quanto a Caldart pedagoga do MST, esse modelo de educação nasceu ligada aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores Sem Terra, os quais, sem trabalho, estavam dispostos a reagirem, e a lutar contra a situação em que se encontravam. Por isso salienta que essa educação desenvolvida junto aos integrantes do MST, busca contrapor educação como mercadoria, afirma a educação como formação humana, cujo papel é produzir sujeitos críticos, capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento do campo e de nação

Nesse sentido, fazendo uso do conceito comum, a pesquisa busca nos cadernos do MST, e em sua pedagogia os elementos que justificam esse modelo diferenciado da sociedade

hodierna que prima pela competição e o individualismo. Portanto, essa investigação opera-se com o Princípio Comum da obra *Comum, ensaio sobre a revolução do século XXI*. Referente a esse conceito, Dardot e Laval (2017, p. 618), afirmam que o “Comum não é um bem, objeto, lugar ou coisa; antes, ele é uma instituição que se efetiva na esfera coletiva, pois “nada é comum em si ou por natureza”. Deste modo, são as práticas coletivas que decidem, em última instância, se uma coisa ou conjunto de coisas devem ser postas na esfera do comum. Nesse caso, esse ideal vai de encontro com as ações do MST, pois as decisões são tomadas e decididas coletivamente a partir de suas bases.

Para alimentar esse ideal, a pesquisa trabalha com a mística, a qual é vista no MST, como um estímulo à reflexão crítica sobre a realidade, e ao mesmo tempo, é uma força que mobiliza, resgata a memória, cultiva utopias e produz valores humanistas. Sendo assim, é instrumento pedagógico que contribui para a transformação cultural dos indivíduos e a consolidação do comum, fortalecendo nos integrantes do MST o desejo de lutar por uma nova ordem social.

A referida pesquisa está organizada para ser operada pelo método hermenêutico, isto porque: A hermenêutica é algo anterior à interpretação, deste modo, concordamos com Amaral Filho, (2009, p. 39) que “[...] hermenêutica é, antes de tudo, assim como tudo para nós, palavra. A hermenêutica filosófica procura ser um paradigma universal, ou seja, quer ser a filosofia que busca a compreensão total da realidade. Deste modo, ela ultrapassa a interpretação e coloca-se como mediadora entre a linguagem e a correta compreensão pelos sujeitos dos vários signos. Para o autor em questão, em alguns momentos a hermenêutica segundo Amaral Filho, (2009, p.40) é “uma disciplina filosófica que versa sobre interpretação”. Por outro lado, “a hermenêutica situa-se na existência da linguagem, é nela e por ela que se processam os significados”. Mas, ao mesmo tempo Ghedin, (2004, p. 01-02) afirma que “a linguagem não é o único instrumento de manifestação da existência, isto é, o discurso é uma forma de manifestação do ser, mas nem por isso é a única maneira de manifestação da realidade”.

A partir dessa organização apresentada, se constata que a pesquisa se fundamenta de teorias que apontam caminhos alternativos, onde a educação é vista como uma ferramenta que possibilita a análise crítica da realidade. E para essa análise, conta com o auxílio da mística, a qual, possibilita a partir dos seus diversos momentos o resgate de valores que foram se perdendo no decorrer da história, entre esses valores a cooperação entre os seres humanos. Nesse sentido, se trabalha o conceito comum como proposta alternativa à sociedade neoliberal.

Com base nessas colocações se evidencia que, para conhecer o ideal comum, contraponto à visão individualista desenvolvido pelo MST, e seu processo formativo, é necessário adentrar na história formativa do MST. Na sua mística, um dos pilares que conscientiza, coopera e constrói valores, e representações de mundos, mostra-nos quem são os aliados e adversários da luta por melhores dias. Portanto, no capítulo seguinte traremos presente a história do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2 A ORIGEM HISTÓRICA DO MST E SUA ORGANIZAÇÃO

Para pesquisar o MST é necessário levar em consideração o contexto de lutas, as resistências, ameaças, e perseguições sofridas, frutos das ações que são por si, ações de enfrentamento da lógica do latifúndio, da pobreza, do analfabetismo. É preciso ter presente que o MST não é algo recente na história do Brasil e que seu processo de constituição é herdeiro do legado dos outros movimentos que o antecederam. Como por exemplo a história dos patriarcas bíblicos, de modo especial, “Abraão e Sara, pais e mães de todos os migrantes, de todos os Sem Terra e de todos os que sonham com terra, trabalho e dignidade” (CADERNO, nº 10, p.22) e nas negociações, organizações e resistências do povo hebreu, contra o poder opressivo do Faraó do Egito.

Na atualidade, esses ideais inicialmente se fizeram presente junto ao MST, a partir da Teologia da Libertação-TdL, a qual deu as bases constitutivas do MST, segundo Neto, (2007, p.335), “o MST aparece como produto dos camponeses expropriados da terra, sua gênese, está intimamente ligada aos movimentos religiosos vinculados a TdL, através da Comissão Pastoral da Terra-CPT”. Para Stédile e Mançano:

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, em Goiânia, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. [...] De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica Romana ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastorais, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo (STÉDILE; MANÇANO, 1996, p.19-20)

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra-CPT em 1975, em Goiana, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas, pois a CPT serviu para ampliar a Teologia da Libertação, e trazer uma importante contribuição à luta dos camponeses. Essa ajuda ocorreu pelo prisma ideológico, onde os padres, agentes pastorais, religiosos/as, e pastores passaram a conscientizar os camponeses de suas áreas pastorais, para a necessidade de organização em vista das mudanças sociais e estruturais do Brasil. Segundo Neto (2007, p. 335) “sem a CPT, os camponeses teriam se organizado, mas não se teria criado o MST”.

Além da insistência das lideranças eclesiais progressistas para a organização dos camponeses, outros fatores contribuíram para a gênese do MST, os quais foram: as lutas pela terra, o trabalho da CPT que começou em 1975 no centro oeste, e se espalhou pelo país a fora; o momento político de reorganização democrática do país e as lutas integradas com setores

populares e urbanos que culminou com a primeira concentração realizada em 1981, em Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta-RS. Esse ato não foi uma romaria da Igreja como muitos imaginavam, mas uma concentração política de protesto contra a ditadura militar. Esse ato político foi importante para o surgimento do MST, pois contou com apoios de diversos setores da sociedade, inclusive com a presença de D. Tomás Balduino e diversos padres e pastores luteranos.

Frente a essa efervescência popular e para fazer frente as mobilizações dos trabalhadores Sem Terra, o governo federal enviou o coronel Curió¹⁵, para reprimir essa mobilização popular. Após essas investidas do governo sob o comando desse major, a organização dos trabalhadores Sem Terra passou a articular-se, a ponto de em julho de 1982, realizar no Paraná, a primeira reunião regional de luta pela terra. Desse encontro participaram inúmeras organizações, onde se definiu que em setembro do mesmo ano se realizaria em Goiânia, a primeira articulação nacional de luta pela terra. Nessa reunião articulada, surgiu a proposta de criar uma comissão de luta pela terra, comissão esta de Sem Terra dentro da CPT. A referida proposta foi derrotada, sendo criada uma entidade autônoma. Para o líder do MST, João Pedro Stédile, “na sua avaliação essa decisão foi fundamental, pois, de outro modo, o MST seria muito vinculado à Igreja” (NETO, 2007, p.336). Em janeiro de 1984, se realiza em Cascavel-PR, o encontro preparatório para o I Congresso Nacional dos Sem Terra, onde foram aprovadas as linhas de ações, se escolheu o nome do movimento o qual ficou Trabalhadores Sem Terra e se definiu que seria um movimento de luta de massas, em contraposição ao legalismo da Confederação

¹⁵ O Major Curió, como ficou conhecido Sebastião Rodrigues de Moura, hoje coronel da reserva, foi um dos militares responsáveis pela repressão à Guerrilha do Araguaia. É ex-oficial do Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Curió realizou uma detalhada documentação da ação das Forças Armadas na repressão à Guerrilha do Araguaia. Em 2009, o coronel abriu parte de seus arquivos pessoais ao jornal Estado de S. Paulo e afirmou que o Exército executou 41 militantes. “Dos 67 integrantes do movimento de resistência mortos durante o conflito com militares, 41 foram presos, amarrados e executados, quando não ofereciam risco às tropas”, informa a matéria. Até então, eram conhecidos apenas 25 casos de execução. A repressão à guerrilha por Curió é abordada no livro “Mata! – o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, de Leonêncio Nossa. Para o jornalista Elio Gáspari, a repressão à guerrilha foi uma política clara de extermínio da ditadura militar. No início da década de 1980, Curió foi mandado pelo governo militar para a região de Serra Pelada, a fim de comandar a exploração de ouro na região, que naquele momento já contava com cerca de 30 mil garimpeiros. Nessa mesma época, o regime o enviou para comandar a repressão a um acampamento de famílias Sem Terra na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, repressão que fracassou. O acampamento foi um dos que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Curió ajudou a fundar uma cidade no sul do Pará, Curionópolis, da qual já foi prefeito. Anteriormente, cumpriu mandato como deputado federal pelo PMDB. Em 2011, Curió foi preso em sua casa por porte ilegal de armas durante uma operação de busca e apreensão de documentos da ditadura, sendo liberado um dia depois. Em 2012, o Ministério Público Federal pediu a abertura de processo criminal contra o major, pedido que foi recusado pelo juiz federal João César Otoni de Matos. Disponível em: (<https://memoriasdaditadura.org.br/> acesso em 11 de maio de 2022).

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nesse Encontro¹⁶, os Sem Terras segundo Neto (2007, p.336), ainda usavam as palavras de ordem da CPT, como: ‘Terra para quem nela trabalha’ e ‘Terra não se ganha, terra se conquista’. Esses slogans deram a marca oficial do MST no ano de 1984, em Cascavel-PR, ano da sua oficialização enquanto movimento social.

Figura 2 – Início do I Encontro Nacional do MST, marco da fundação do movimento



Fonte: DMT¹⁷

A partir do I Congresso realizado em janeiro de 1985, em Curitiba-PR, se definiu que o MST, seria um movimento social, que teria como meio de ação a ocupação de terras. Por isso adotou o lema: ‘Ocupação é a única solução’. No entanto, com a realização do III Congresso realizado em 1995, a luta maior passou a ser contra o neoliberalismo, cuja a palavra de ordem passou a ser: ‘reforma agrária, uma luta de todos’. Esses congressos, formações e efetivações das ações do MST foram influenciados, nas palavras de Stédile, inicialmente, pelo elemento religioso, mesclado com o pensamento socialista. Por isso, se afirma que um dos fatores que criaram a base teórica do MST foi a Teologia da Libertação, isto por que:

A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista nos seminários da Igreja. A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias ideias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo. Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo (STÉDILE; MANÇANO, 1996, p. 59)

¹⁶ Teve o apoio e a presença do Bispo de Chapecó Dom José Gomes (NETO, 2007, p. 336).

¹⁷ Democracia em Debate: democracia e mundo do trabalho. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/>. Acesso em 18/09/ 2021.

A partir dessas colocações feitas por esses líderes do MST fica evidente que essa concepção religiosa possibilitou ao MST o entendimento da realidade por meio da leitura e conhecimento dos clássicos como: Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé Tung, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Josué de Castro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Luís Carlos Prestes, Caio Prado, José de Souza Martins, Leonardo Boff, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga e Frei Betto.

Pela presença desses clássicos na ótica de Stédile e Mançano, transparece na base teórica fundante do movimento um ecletismo de esquerda, marca principal da concepção política e social do MST. Vendramini (2000, p.153), a esse respeito afirma que, “as ideias religiosas críticas, juntamente com as teorias marxistas e as experiências socialistas, foram fundamentais para a formação do pensamento dos integrantes do MST”, pois colaborou para a formação ideológica não dogmática:

A politização dos indivíduos sociais passa pela ideologia, enquanto elemento catalisador que transforma em componentes políticos as condições sociais. A teologia da Libertação, como ideologia e projeto de vida coletiva, ajuda a interpretar a realidade, para propor alternativa, ao contrário do uso dogmático da ideologia, como prefiguração doutrinária da realidade (VENDRAMINI, 2000, p. 154).

Além desses elementos apontados que dão base ao MST não podemos esquecer que na origem do movimento existem elementos históricos que reconstróem os ideais dos povos indígenas, dos negros, dos movimentos messiânicos, do cangaço, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTRAB)¹⁸ e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER)¹⁹. Portanto, é graças a esses elementos da história dos movimentos sociais podemos afirmar e compreender que:

O nascimento do MST teve antecedentes históricos em organizações como as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista do Brasil nos anos 1940 e que foram as primeiras a trazer, de forma organizada, as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para o centro do debate político. Outro pioneiro foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), nascido em 1960 no Rio Grande do Sul e que ajudou a consolidar a ideia de acampamentos como ferramenta de atuação política. Herdando a experiência e absorvendo elementos da luta desses e de outros movimentos, o MST já surgiu com uma experiência que fortaleceu o alcance e a eficiência de suas ações (NATUSCH, 1984, s/p).

¹⁸ União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, foi uma organização criada em 21 de setembro de 1954, na cidade de São Paulo, por ocasião da II Conferência Nacional dos Trabalhadores agrícolas do Brasil.

¹⁹ Movimento dos Agricultores Sem Terra surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Esse movimento antecipou no Rio Grande do Sul as estratégias do MST na luta pela reforma agrária. O Master iniciou seus acampamentos em 1962, como estratégia para organizar suas ações, ou seja, para entrar na terra. Contou com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, que pertencia a Leonel Brizola (MORISSAWA, 2001, p.94).

Além de ter sua gênese ligada a esses movimentos sociais, o MST surge de um processo de enfrentamento e resistência à política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar, entre os anos de 1978-1985. Para a pedagoga Roseli Caldart, as fontes constitutivas do MST, surgiram dessas experiências e das lutas populares pois,

o MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir da década de 1970, especialmente na região centro-sul, e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. (CALDART, 1999, p.3).

Além dessa afirmação de Caldart, se observa que na origem e a história do MST, os Sem Terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sociopolítica dada, por meio do ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao movimento e a sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje, em cada ação realizada. Porém, não podemos esquecer que ao buscar pelas raízes históricas do MST, temos que ter presente que este movimento nasceu ligado a Igreja Católica. Segundo Bauer,

O MST surgiu fortemente ligado à Igreja Católica, não sem contradições e implicações à própria autonomia política, porém, é importante lembrar que a maior parte dos movimentos sociais que se organizaram a partir da década de 1970, contou com uma influência bastante grande e bem visível de alguns setores do clero progressista católico (BAUER, 2016, p.32).

Essa influência, no auge do regime militar, ocorreu a partir das Comunidades Eclesiais de Bases-CEBs e da Comissão Pastoral da Terra-CPT, organismos sociais da Igreja Católica que produziram um lugar social para que os trabalhadores encontrassem espaços e condições para organizarem a sua luta. Portanto, esses organismos eclesiais segundo Stédile e Fernandes (2001, p.24) foram significativos porque “realizaram um importante trabalho de socialização política dos trabalhadores rurais, foram espaços de formação crítica ao modelo agrícola vigente que influenciou nas futuras ações do MST”.

Além desse apoio inicial dos organismos da igreja, o MST carrega em sua identidade elementos dos MASTER²⁰-Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, fundado em 1960 no Rio

²⁰ O Master foi fundado em meados de 1960 pelo prefeito da cidade de Encruzilhada do Sul, localizada na região central do Rio Grande do Sul, no momento em que um fazendeiro de um grupo político opositor tentava expulsar da terra agricultores, alegando ser ele o verdadeiro dono da terra. Milton Serres Rodrigues era membro do PTB, o mesmo partido de Brizola, e contou com o apoio do governador para organizar núcleos do Master ali e em outros municípios. Não temos notícia de nenhum tipo de ação coletiva que tenha sido realizada para garantir a posse daquelas terras, sabemos apenas que houve a formação do movimento. Passado o evento de Encruzilhada do Sul,

Grande do Sul. Esses elementos referem-se a ideia dos acampamentos, como ferramenta de atuação e pressão política. É por isso, que no slogan de fundação do MST há forte aceno para a ocupação dos latifúndios, pois ‘a terra não se ganha, se conquista’.

A partir dessa ação gerada por essa ideia-força, surgiram inúmeros acampamentos e ocupações de latifúndios e de terras em processos de desapropriação. Essas ações aconteceram porque se entendeu que a ocupação é uma ação importante e viável diante a inércia das políticas agrárias, e por causar impacto social e chamar atenção para os problemas sociais fruto da concentração da terra, e em fim, por gerar um processo formativo em cada integrante em sua singularidade, assim como no próprio movimento.

É a partir dela (ocupação) que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra. Nela está contida o que talvez se possa chamar de matriz organizativa do MST, e por isso se constitui também como a matriz educativa mais importante. A ação de ocupar um latifúndio representa uma desobediência explícita sem retorno. Quando o alicate morde o fio e o arame estala como a corda de um violino e a cerca vem abaixo, os Sem Terra perdem a inocência, ou seja, tomam a própria vida nas mãos, e que nunca mais serão como antes (CALDART, 2004, p. 168-169).

Após a fundação do MST onde a ocupação passou a ser uma das principais formas de pressão popular, o movimento se fortaleceu. Aconteceram congressos, encontros nacionais e regionais com o objetivo de formar novas lideranças para dar respostas às demandas sociais que surgiam. De acordo com Morissawa (2001, p.204), a “organização e articulação do MST foi sendo nesse ínterim desenvolvida a partir da própria luta realizada pelo movimento, pois não havia fórmulas prontas e acabadas de como agir nas diversas circunstâncias”.

Após estas articulações que foram acontecendo no fervor da caminhada e pelo legado histórico do MST se observa que no campo dos movimentos sociais a organização popular cresceu muito a partir dos anos 1990. Pesquisas apontam que de todos os movimentos que surgiram, segundo Bauer (2016, p.10), “o mais expressivo é o MST. Ele se destaca em termos nacionais, como no plano internacional, via um eficiente trabalho de mídia e marketing político de suas demandas pela reforma agrária”. É o mais expressivo, porque no decorrer de sua história de lutas e resistências, buscou construir uma nova identidade aos Sem Terra, identidade essa, segundo Bauer (2016, p.11), “baseada no modelo cooperativo/coletivo”. Por essa característica desenvolvida o MST se tornou um relevante ator político que atribui novos conhecimentos aos atores sociais que compõem suas bases. Fazer isso vai além da luta pela terra: é formar a

que resultou na desapropriação da terra pelo governo do Estado, não há notícia de nenhuma outra mobilização ou ação pública desse movimento até 1962, quando começaram as invasões (ROSA, 2009, p. 200).

consciência crítica, lutar por democracia e equidade social.

Além de atribuir novos conhecimentos, a história constitutiva do MST nos mostra que a sua formação se deu a partir da inversão da identidade de ser Sem Terra, para um ser Com Terra. Ao reverter essa identidade, atingiu-se o núcleo central das relações capitalistas, a propriedade privada, gerando inquietações e problemas aos latifundiários, pois os trabalhadores buscaram ao longo da gênese do MST ser um Ser Com Terra,

um igual, sem passar pela pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso à terra pela posse com direitos iguais aos que detêm sua propriedade e com isto perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele é um agente de tensão contínua, tem uma face inovadora e outra perturbadora à ordem dominante (BAUER, 2016, p.11).

A partir dessas características explícitas, que inova e perturba a ordem estabelecida, há um outro ponto na história constitutiva do MST, que não é levado em consideração, é o fato dele ter mudado a pauta das reivindicações dos trabalhadores brasileiros, criando algo mais adequado ao mundo globalizado. As exigências clássicas dos trabalhadores desde o século XIX diziam respeito aos salários e as jornadas de trabalhos. No entanto, o MST ao longo de sua história implantou uma nova agenda à pauta já tradicional dos trabalhadores rurais (de acesso à terra para nela morar e produzir), composta de três novas reivindicações: 1) acesso ao crédito, numa política de democratização da propriedade, 2) apoio técnico aos assentamentos e 3) organização do trabalho em cooperativas de produção.

As duas reivindicações iniciais (terra e moradia) são clássicas na luta das camadas populares. Mas as três últimas (crédito, suporte técnico e trabalho cooperado) são atuais, modernas, pois buscam saídas para o emprego no meio rural, na produção de gêneros de primeira necessidade que podem minorar o problema da fome no país, com baixo custo econômico e perspectiva de melhoria na produtividade a médio e longo prazo.

Ainda se registra na gênese do MST que entre os anos 1985 e 2007, aconteceram cinco congressos nacionais. O V congresso aconteceu em Brasília em junho 2007 tendo como lema Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular, o qual, reuniu 17.500 participantes de todo o Brasil, além de 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países.

No término desse congresso se elaborou um programa agrário e uma carta proposta do congresso. Nesses documentos o MST reafirmou suas bandeiras históricas, fez duras críticas à lentidão governamental quanto à questão da reforma agrária, e incorporou demandas de outros segmentos sociais excluídos que também vivem no campo ou em aldeias, como os indígenas e

os quilombolas. Além disso, defendeu causas de ambientalistas no que tange às florestas, águas e meio ambiente em geral. Portanto, o V congresso serviu para reafirmar posições históricas e afirmar que,

da forma como o campo está estruturado hoje, não há mais lugar para o camponês. O campo se transformou em um território de produção de matéria-prima para a exportação, produção essa fundamentada no monocultivo em grande escala, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos – que expulsam mão-de-obra e agridem o meio ambiente – e bancada pelo capital financeiro internacional. O agronegócio, como ficou conhecido esse modelo, é hoje o grande entrave à reforma agrária defendida por nós do MST e pelos movimentos sociais da Via Campesina [...] está explícito o sonho e a luta daqueles que acreditam que só poderá haver justiça social se houver uma ampla reforma agrária, que possibilite a democratização do acesso à terra e a eliminação da pobreza do campo. Além disso, para que um povo possa se reconhecer soberano, ele deve exercer o controle sobre sua produção, de alimentos e de energia, para que esses possam cumprir suas funções sociais, em benefício do próprio povo, e não para gerar lucros a poucos acionistas dos grandes bancos e empresas transnacionais (BAUER,2016, p.13).

No entanto, apesar de ter clara a importância das ocupações, da adoção de diretrizes de organização, da articulação em diferentes níveis, nacional, estadual e regional, percebeu-se no decorrer da história do MST e de suas lutas, que não bastava ter a posse da terra. Era necessário a formação dos seus membros em vista da compreensão dos objetivos e das causas para a existência do MST, bem como para o melhor entendimento da realidade vivida. E mais, se sentiu a necessidade da educação, pela carência formativa de seus integrantes e pela necessidade de superar as ideias individualistas impregnadas nos membros do MST, as quais criavam dificuldades e contradições para a existência do referido movimento.

Em vista dessa superação foram sendo criadas as Escolas Itinerantes²¹, espaços de formação e socialização dos saberes em vista de possibilitar a mudança de mentalidade dos integrantes do MST. A partir destas constatações a educação tornou-se prioridade dentro do movimento, por ser inconcebível as mudanças sociais, sem uma educação que levasse em conta as realidades sociais. Portanto, nesse processo de luta, de organização e de cooperação de vida entre os Sem Terras, a educação tornou-se uma ferramenta para os integrantes do MST aprofundar os debates sobre as questões sociais emergentes e firmar-se enquanto movimento social. Nesse sentido, João Pedro Stédile afirma que:

²¹ A Escola Itinerante foi criada no âmbito do MST, para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados, lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. É uma escola que está voltada para toda a população acampada, o barraco da escola itinerante, é construído antes do barraco de moradia e tem também a função de se converter em um centro de encontros de toda comunidade acampada (cf. <https://mst.org.br/educacao>) acesso 31-08-2021.

nunca terá futuro a organização social que não formar seus próprios quadros. Ninguém de fora da organização vai formar os quadros para nós. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas. Isso também nos disseram, com muita insistência, os que nos precederam na luta. Fomos nos dando conta disso na prática (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 42-43).

Além dessas colocações que foram dando base a afirmação do MST, e do apoio dos organismos da igreja progressista, esses teóricos do movimento afirmam que

o MST surgiu em decorrência dos fatores socioeconômicos que ocorreram na agricultura na década de 1970, época da mecanização da lavoura brasileira, a qual, expulsou do campo grandes número de famílias que foram para as fronteiras agrícolas no centro-oeste, e grandes centros, motivados pelo processo de industrialização, fruto do milagre brasileiro (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 15).

Esse êxodo rural obrigou os trabalhadores expulsos da terra a tomar duas decisões: resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. Portanto, essa é base histórica que gerou o MST, num primeiro momento, tendo como sustentáculo a educação de seus integrantes. Por isso, Janes (2001, p.11) afirmou: “para um movimento social subsistir é necessário formar seus pares de acordo com seus objetivos e metas a serem atingidas”.

É nesse aspecto que MST se diferenciou dos outros movimentos sociais, em razão de entender que a reforma agrária não é apenas a distribuição de terras, mas a fixação do trabalhador rural no campo com todas as condições possíveis para que este desenvolva sua produção de modo satisfatório e possa viver dignamente.

Para atingir essa meta, o MST fez uso da cooperação por entender que sem ela não há como fixar este trabalhador rural no campo devido à concorrência do mercado e as ações dos grandes produtores. Neste sentido, o MST compreende que a forma mais democrática de organizar a produção são as cooperativas dos assentados. E para justificar a cooperação, o MST faz uso da educação para atingir seus objetivos. Segundo Erivan Hilário, membro da direção nacional, o MST faz uso da educação porquê:

Ela tem sido uma bandeira central dentro da organização; as escolas ajudam não só no processo e desenvolvimento dos assentamentos, mas também na elevação do nível cultural e do conhecimento dos assentados, dos acampados, das nossas crianças, dos jovens e adultos (MST, 2019, s/p).

Embora a luta desenvolvida pelo MST seja importante, seu desenvolvimento e seus efeitos na sociedade dependem da formação sociopolítica dos trabalhadores. Com essa afirmação fica evidente que para compreender o sistema vigente, as razões históricas, a situação

de vida dos trabalhadores, bem como a proposição de novas alternativas ao modelo político e econômico vigente é fundamental o engajamento consciente dos Sem Terras. Pensando nisso, e considerando a fragilidade formativa de seus integrantes, o MST criou o Setor de Educação²² para cuidar da formação de seus integrantes.

Portanto, ao criar o Setor de Educação o MST dava um passo além, deixando claro a importância da luta por educação nos assentamentos e acampamentos. Este pensamento, segundo Bauer (2016, p37) se justifica por ser “uma luta por cidadania, pelo cumprimento das leis e pela transformação social. Portanto, para além da especificidade do MST, é a luta por uma sociedade diferente e por uma escola que seja capaz de discutir os problemas da realidade”.

Diante desse percurso histórico que originou o MST, e a sua preocupação com a formação de seus integrantes, João Pedro Stédile, afirma que o MST se

caracteriza desde a sua origem, por ser um movimento camponês que traz em sua essência três bandeiras de lutas, “terra, reforma agrária e mudanças na sociedade”, o que confere um sentido mais amplo ao movimento, pois não se reconhece apenas lutando pela terra, como outros movimentos históricos, mas se apresenta como um movimento que luta por transformações sociais que vão desde a educação, saúde, política, produção agroecológica, entre outros fatores importantes à sociedade brasileira (STÉDILE, 2012, p. 45).

Por essas pautas defendidas o MST apresenta características de um movimento popular e político. Enquanto movimento popular caracteriza-se a partir da participação de todos na luta, envolve crianças, idosos, adolescentes, homens, mulheres e todos os setores sociais que sensibilizam com suas causas. Outra característica do movimento é que, este envolve em suas lutas pessoas do campo e cidade sensíveis às mudanças sociais, por isso é um movimento heterogêneo, preocupa-se com a dignidade das pessoas urbanas e rurais.

Quanto ao nome adotado pelo movimento, este foi fruto de um grande debate, a ponto de significar o seguinte:

Movimento Sem Terra eram termos que compunham os nomes dos vários movimentos que formaram o MST. A imprensa havia popularizado o nome Sem Terra, de modo que os camponeses que não possuíam terra, que trabalhavam em terras alheias, como o parceiro, o meeiro, o assalariado, enfim todos estes trabalhadores ficaram conhecidos como Sem Terra. Mas essa denominação ganhou força quando estes camponeses intensificaram a luta pela terra. Dessa forma, no conceito de Sem Terra está contida a ideia de luta e de resistência. Todavia, procurou contextualizar essas palavras no âmbito do caráter de classe, introduzindo os termos trabalhador rural (FERNANDES, 2000, p.87).

²² O Setor de Educação do MST enfatiza o trabalho com temas geradores: assentamentos; luta; trabalho no assentamento, sempre destacando os alunos como sujeitos do processo de luta/conquista. A proposta parte da realidade para contextos mais amplos. O objetivo é não ficar apenas na discussão da realidade. Ela é apenas o ponto de partida (BAUER, 2016, p.35).

No Caderno de Formação nº 1 (1986, p. 7), os Sem Terra são definidos, segundo Fernandes, como “trabalhadores rurais que trabalham a terra nas condições de parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários, e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares”.

Quanto a organização do MST, constata-se a existência de um corporativismo que atende somente às categorias dos agricultores. Assentadas às famílias passam a lutar pelo direito a créditos para a produção. Ao longo da trajetória histórica, isso foi incorporado ao movimento, contudo, João Pedro Stédile, faz uma severa crítica a essa postura, afirma que luta pela terra não pode se fechar no caráter corporativo pois:

Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político (STÉDILE, 2012, p.37).

O aspecto político é uma característica marcante no MST, porque agrega à luta corporativa, particular, aos interesses de classes. O caráter político do movimento é importante porque associa a luta pela terra e pela reforma agrária à luta contra a concentração fundiária. Embora tenha esse elemento político, afirma Stédile (2012, p.38), “não significa que o MST tornar-se-á um partido político, pois nunca esteve no horizonte do movimento se transformar em partido político. Mas, também nunca abrimos mão de participar da vida política do país”.

Ao que tange a organização política do MST, se observa um sistema de representação indireta, o militante da base não elege de forma direta a direção nacional do movimento. Isso ocorre porque no MST existe uma separação de poderes interno, cuja instância maior é o encontro nacional, que institui as linhas políticas e reformula os princípios da organização. Portanto, esta instância se compara ao poder legislativo; enquanto que as demais instâncias do movimento aplicam as linhas políticas da organização popular.

Quanto ao congresso nacional do MST, este ocorre a cada cinco anos, podendo ser mudado por decisão da direção nacional. Funciona como uma instância máxima da organização, reúne militantes de todos os Estados com o objetivo de definir as linhas gerais de atuação e mobilização do movimento. O congresso nacional é um espaço de encontros e de discussões políticas da classe trabalhadora, serve para fortalecer a unidade, mobilizar os militantes, apoiadores, aliados e simpatizantes do movimento.

Além dessas atribuições, a cada congresso nacional realizado é escolhido um tema que revela a conjuntura política que está envolvido o movimento, e assinala os desafios para os

próximos períodos de lutas. Os temas escolhidos em cada congresso acompanham o dia a dia do movimento servindo de guia para suas ações e mobilizações sociais.

O encontro nacional é uma atividade interna do MST, instância responsável por estabelecer as linhas políticas da organização. Nesse encontro se elege a direção nacional, que se reúne a cada dois anos. Essa direção nacional eleita tem o compromisso de pensar e garantir as linhas políticas para o movimento, e sustentar a unidade política. A direção nacional tem a responsabilidade de planejar e propor estratégias de ações à coordenação nacional, bem como, desenvolver estudos em vista de apontar soluções às necessidades políticas e práticas do movimento.

A coordenação nacional do MST, é o órgão executivo que dá os encaminhamentos as resoluções aprovadas pelo encontro nacional. Ela tem a responsabilidade de fazer valer os princípios do movimento, aprovados nacionalmente e implantar os princípios e ações do junto aos estados. A coordenação nacional tem a função de representar e articular as ações políticas em novos estados, bem como unir forças com os outros setores da sociedade que se sensibilizam com as causas defendidas pelo MST. A direção nacional é composta por dois representantes de cada Estado e dos setores que compõem o MST nos acampamentos e assentamentos (educação, saúde, frente de massa, produção, juventude, cultura, gênero, direitos humanos), assim como pelos integrantes do grupo de estudos agrários (GEA), coordenadores das escolas, dos escritórios e da secretaria nacional. Esses membros que compõe a coordenação nacional, tem os mesmos poderes, apenas exercem funções diferentes.

A coordenação estadual é composta por um coletivo escolhido no encontro estadual, formada por sete a quinze membros, de acordo com a realidade organizativa de cada Estado. Nesse coletivo participam membros da direção estadual, da central de cooperativas e dos setores estaduais. A coordenação estadual tem a missão de implementar as linhas políticas nos encontros estaduais e instâncias nacionais, bem como, definir dois nomes para compor a direção estadual.

A direção estadual tem como prerrogativa implementar as definições e linhas políticas definidas pelos encontros estaduais. Executa as decisões tomadas pelas instâncias nacionais, propõe às instâncias nacionais linhas e ações políticas de acordo com as exigências conjunturais. Essa direção coordena a atuação dos setores e coletivos estaduais, em conciliação com os respectivos setores e coletivos nacionais. O mandato dos membros que compõe a direção estadual é de dois anos, podendo serem reeleitos.

Já os setores e coletivos estaduais são definidos por cada Estado de acordo com as prioridades e necessidades da organização local. As coordenações regionais e as brigadas²³, as suas escolhas são feitas a partir dos encontros regionais.

O núcleo é um grupo composto por dez a quinze famílias é um espaço onde se discutem as necessidades e demandas das famílias acampadas e se faz os encaminhamentos para os coordenadores dos acampamentos. Quanto as brigadas referem-se as bases, onde um homem e uma mulher fazem parte da coordenação dos acampamentos e assentamentos. Esses coordenadores são escolhidos junto às assembleias regionais.

Além desses coordenadores escolhidos, fazem parte ainda da coordenação dos acampamentos e assentamentos os representantes dos setores de produção, comunicação e frente de massas. Na escolha desses representantes, cada estado tem a autonomia de constituí-los segundo as suas necessidades locais. Nessa organização do MST, em nenhuma das instâncias existem cargos de chefia ou diretorias. Os graus de hierarquias são expressos pelos coordenadores e membros, funções responsáveis pelas implementações e definições das linhas políticas no movimento.

A partir dessa organização formada por essas instâncias o MST se organizou. Essa estrutura organizacional foi fruto das práticas das históricas organizações camponesas e das primeiras experiências de lutas do MST, que foram sendo aprimoradas conforme as necessidades do movimento, até serem gestadas suas instâncias de representação que deram visibilidades organizativa à organização camponesa. Embora essa organização estrutural fosse fundamental para o desenvolvimento do MST segundo Bogo:

não se pode repetir, dogmaticamente, as formas de organização, afirma o autor, só porque foram vitoriosas no passado, [...] todas as formas organizativas nasceram das táticas propostas para solucionar o problema da exploração do homem pelo homem (BOGO, 2011, p. 109).

Nesse sentido, o MST ao longo dos seus 38 anos de história conseguiu acumular experiências que lhe possibilitou desenvolver princípios organizativos, que auxiliaram na estruturação política do movimento os quais são: direção coletiva e a divisões de tarefas.

A direção coletiva é formada pela comissão de militantes com igual direito e poder de

²³ São formadas pelos representantes dos núcleos de base, setores do movimento, os quais devem ser homens e mulheres, dois representantes de cada setor. São incumbidos de repassar os informes aos demais coordenadores de núcleo. E tem como objetivo planejar as atividades para adultos, jovens e crianças, fazer com que os lotes e os créditos cumpram sua função social: desenvolver econômica, política, social, cultural e ambientalmente os assentamentos. Portanto as brigadas foram criadas para substituir as grandes regionais, permitir uma maior participação de homens e mulheres e facilitar a multiplicação de lideranças (MIRANDA; CUNHA, 2013, p.365).

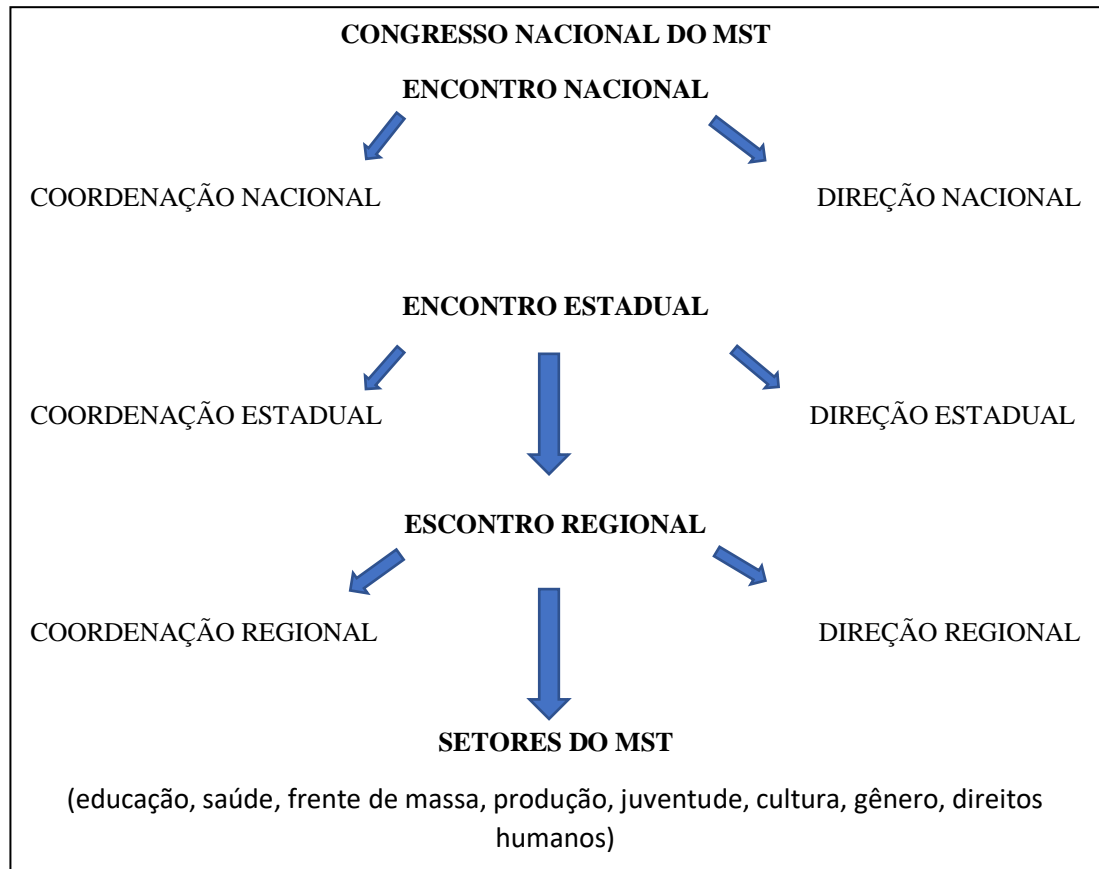
decisão. As decisões dentro do MST são tomadas de forma coletiva e por consensos. Já a divisão de tarefas visa estimular e organizar as funções entre os militantes dos coletivos; busca valorizar e ampliar a participação de todos os membros, na intenção de evitar o centralismo e o personalismo. Stédile (2012, p.67), referindo-se ao personalismo e centralismo defende que “a organização centralizada apenas sob o poder de uma pessoa não permite a riqueza da diversidade das ideias, das proposições de saídas para resolução de problemas, da capacidade criadora de novas soluções.”

Além desse cuidado defendido por Stédile, a organização precisa levar em consideração a disciplina, devido ser um elemento de grande relevância dentro dos princípios do MST e por ser a base para o respeito as decisões do coletivo. Sem esse respeito as decisões das instâncias não há como construir uma organização que responda os anseios sociais.

Para chegar a essa compreensão é necessário, segundo Stédile; Fernandes (2012, p. 70) que se invista na formação, pois “sem ela, não haverá futuro a organização. É necessário formar quadros técnicos, políticos e profissionais de todas as áreas”. “Além da formação é necessário que se faça a crítica e a autocrítica, exercício de avaliação dos atos e ações dos membros do MST, que buscam corrigir os desvios e encaminhar soluções para melhorar as lutas” (NORMAS GERAIS E PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS DO MST, 2016, p. 30-2).

Colocados esses aspectos históricos e constituição da organização do MST, para efeitos de clareza aos possíveis leitores e pesquisadores dessa investigação, apresento o organograma do movimento, o qual é uma representação de como está constituída a organização interna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sendo assim, vejamos a representação gráfica da estrutura organizacional do MST na figura 3, o qual serve para visualizar as responsabilidades de cada setor do movimento.

Figura 3 - Estrutura organizacional do MST



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

No capítulo a seguir se trata da Educação do MST, onde se discorre sobre o processo formativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desenvolvido pelo setor educacional desta organização social. Apresenta-se esse ponto devido a educação possibilitar as condições necessárias para avançar no trato das questões agrárias e na organização de suas cooperativas. Pois, como nos lembram as lideranças, não adianta ter acesso a terra e constituir alternativas cooperativadas. É necessário a formação para negociar com as autoridades, pois a luta pela terra e a constituição do Princípio Comum é cada vez mais complexo.

É por isso que o processo formativo não se restringe apenas ao acesso, à decodificação das letras na leitura, e à formulação da escrita. Ele é interativo com a realidade vivida, fermenta esperanças e utopias que os seus repertórios de suas reivindicações constroem. Portanto, é comprometedor em relação às questões sociais, devido, ser vinculado a uma prática social, que visa transformar a realidade onde estão inseridos a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica, através de conteúdo que levem à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada da do discurso oficial.

3 O PROCESSO FORMATIVO DOS INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O MST é um dos movimentos mais importantes, entre tantos que existem na atualidade. Sua importância está relacionada à luta desenvolvida contra a concentração da terra, da renda, em defesa da agroecologia e da educação. Por esses qualitativos, o MST vem recebendo, na atualidade, destaques à níveis nacional e internacional, de modo especial, nesse período de pandemia, devido as ações solidárias desenvolvidas no combate a fome e a miséria. Embora a solidariedade seja uma das marcas significativas no MST, há um elemento (a educação) que desde a sua fundação recebeu grande atenção, tornando-se uma das suas grandes prioridades a ponto de ter inúmeros documentos que fazem referências a ela, sendo, portanto, tema de discussões e de inúmeras pesquisas na atualidade.

A educação é importante para o MST, devido ser um relevante instrumento de desalienação dos trabalhadores e por ser significativa para a organização e transformação da sociedade. Esse valor dado a educação se justifica porque a,

relação do MST com a educação é, pois, uma relação de origem: a história do MST é história de uma grande obra educativa. E quanto mais claro fica o projeto histórico do movimento, mais importância os Sem Terra passam a dar para a educação (DOSSIÊ, 2005, p. 236).

Diante dessa declaração e pertinência desse assunto procuro nesta parte tratar da educação desenvolvida pelo MST, devido ela contribuir com a construção do comum, o qual é um contraponto ao modelo social vigente, que prioriza o individual. Sua contribuição para o comum está no fato da educação dar aportes para a construção de um projeto social emancipatório, coletivo protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras que vivem inúmeras situações de vidas.

Nesta perspectiva e, adepto aos conhecimentos científicos, observo que a preocupação do Setor de Educação do MST é formar educadores e educandos aptos a ler e compreender a realidade criticamente, em vista de possibilitar uma ação transformadora da sociedade, a partir da coletividade.

Essa preocupação do setor educacional do MST reside no fato de que os Sem Terra não conseguiriam avançar em seus objetivos e ideais se não perseverassem no longo processo formativo, se não dispusessem a aprender e a conhecer mais. É por isso, que o estudo foi

colocado como um dos princípios organizativos do MST.²⁴ Como o estudo faz parte dos princípios organizativos do MST, o pesquisador Bezerra Neto, tratando da importância da educação salienta que:

A problemática educacional ganha importância à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes ‘cercas’: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância e que submetem os trabalhadores rurais sem terra à condição de vida degradante na sociedade brasileira (NETO, 1999, p.39).

Na ótica desse o autor, o MST acredita na importância da educação pelo fato dela ser uma fonte de possibilidades para a transformação da sociedade, através da revolução cultural; o que evidencia o papel estratégico da educação no processo emancipatório dos integrantes do MST. Segundo Caldart, a luta pela reforma agrária é vista como um processo formativo intenso que proporciona a criação da identidade do Sem Terra, e internaliza nele os valores do MST. Por isso, a luta pela reforma agrária é constituinte de uma identidade coletiva, construída pela sua participação no movimento social. Assim explica a autora:

Este Sem Terra, formado pela dinâmica da luta pela reforma agrária, e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos talvez chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas (CALDART, 2004, p. 26).

A partir dessa afirmação, percebe-se que todo o processo de vivência dentro do MST é educativo e este cotidiano permeia todas as atividades do processo educacional ocorrido em sala de aula. Esse processo formativo pela proposta educacional do MST embasa-se em dois objetivos centrais:

desenvolver a consciência crítica dos alunos, através de conteúdo que leve à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada da do discurso oficial e a transmissão e construção da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária; o outro é desenvolver atividades que visem à capacidade técnica dos alunos para a experiência de trabalho produtivo, com uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo; exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento total do acampamento/assentamento (MORISSAWA, 2001, p. 256).

²⁴ Nas normas gerais do MST, documento de setembro de 1989, o estudo aparece como o sexto princípio organizativo (junto com direção coletiva, divisão de tarefas...), tendo a seguinte descrição: Estudo: estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às nossas atividades no movimento. Quem não sabe é como quem não vê. E quem não sabe não pode dirigir. (CALDART, 2004, p.215).

Assim, o ensino parte da prática dos assentamentos/acampamentos, integrando o currículo, o conhecimento científico da realidade, à luta concreta, ao saber prático. Quanto à escola, ela atua no desenvolvimento cultural do assentamento, não restringindo sua ação apenas ao interior da sala de aula. Ideia que vai de encontro ao pensar de Brandão (1981, p. 9), o qual afirma que “a escola não é o único lugar onde processo formativo acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Para que esse ideal basilar do MST se efetive nos acampamentos e assentamentos o movimento investe na capacitação dos professores, implementando programas específicos²⁵ para aqueles que trabalham em suas escolas. Desse modo,

[...] a escola para o MST, não é apenas um lugar em que a criança vai aprender ler, escrever e a contar. O que defendem [...] é uma escola capaz de despertar nas crianças o amor pela terra e a consciência de que precisam lutar para que seus direitos sejam respeitados” (ALCÂNTARA, s/d, p. 34).

A importância dada pelo MST à educação de seus integrantes vem desde o seu surgimento, pois desde as primeiras ocupações já se lutava por escolas que tratassem da realidade dos trabalhadores e despertasse neles a criticidade sobre a situação da realidade social em que viviam. Essa preocupação com a educação nasceu das necessidades e da luta dos acampados, especialmente com as crianças que no dia a dia das mobilizações estavam fora da escola. Para suprir essa demanda educacional, o Setor de Educação do MST, elaborou uma proposta pedagógica²⁶ em conjunto com a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul para

²⁵ Como o Pronera, o qual foi regulamentado pelo ex-ministro Fernando Haddad reiterou em seu discurso que todas as políticas públicas, ações e programas do Ministério da Educação dialogam de alguma forma com a realidade do campo. Disponível em: <http://portalme.gov.br>. Acesso em 12 de set. 2022.

²⁶ Por essa proposta se deu oficialidade as Escolas Itinerantes nos acampamentos e organizou as atividades educacionais em etapas, que correspondem ao ensino fundamental de 1ª a 5ª séries, com objetivos e conteúdos próprios a cada etapa. Estes conteúdos são construídos no decorrer do processo pedagógico, considerando e respeitando os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, contextualizando-os e dando prioridade àqueles considerados socialmente úteis e com sentido concreto para as vidas dos educandos, desde já. As etapas previstas na Proposta Pedagógica da Escola Itinerante caracterizam-se por flexibilização pela integração. A organização curricular prevista a cada etapa possibilita a apreensão e a sistematização de conhecimentos conforme o processo de cada aluno, aluna. No momento em que a criança construir as referências correspondentes a cada etapa, ela passará para a seguinte, ficando claro que o ingresso ou a passagem das etapas poderá acontecer em qualquer época do ano letivo, a partir de avaliação realizada pelos professores. Sendo esta uma Proposta Pedagógica específica e diferenciada, não segue as determinações do período previsto na LDB, que prevê 200 dias letivos. No entanto, respeita o tempo de cada aluno na construção do seu conhecimento. A frequência e o horário são fixados a partir do compromisso assumido entre professores, alunos, comunidade do acampamento, Secretaria de Educação e MST. O processo educativo é construído e avaliado pelo colegiado de direção dos acampamentos, pela assembleia dos pais, alunos e professores e pela equipe de educação do acampamento, com a Delegacia de Educação do município em que se situa o acampamento ou assentamento de Canoas e o acompanhamento do Conselho Estadual de Educação (ESTUDOS AVANÇADOS n°15, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br>).

dar atendimento às crianças, aos adolescentes e aos jovens dos acampamentos dos Sem Terra.

Por este cuidado, o MST difere-se historicamente dos demais movimentos camponeses existentes pela importância dada à educação, a ponto de colocá-la de igual para igual com a luta pela reforma agrária e demais reivindicações sociais. Por esse modo de compreender a educação o MST considera-a como um dos pilares para a transformação da sociedade. Por isso, para o MST investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra; um gesto, aliás, que se encontra no cerne da pedagogia do movimento.

Para Caldart, (2004, p.225) “[...] no MST, educar é um aprendizado coletivo das possibilidades da vida”. Por isso, a educação no MST é vista como,

um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade atual, e à construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas (CADERNO, Nº 8, 1997, p. 6).

Diante dessas colocações referentes a educação desenvolvida no MST fica evidente que, para cada integrante chegar a essa educação e seus valores, necessita antes de tudo, passar por um longo processo formativo em vista de experienciar e firmar esses ideais. Portanto, no item a seguir trataremos desse processo formativo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra junto a seus integrantes.

3.1 O PROCESSO FORMATIVO DO MST

Quanto ao processo formativo este é constituído a partir do momento que os integrantes ingressam na organização MST, e se dão a conhecer, socializando suas vivências, sonhos e esperanças que carregam dentro de si. Otino Mendes de França, militante do MST/ES, faz a seguinte colocação referente ao processo formativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:

O processo formativo dos Sem Terra nos acampamentos e assentamentos se dá através da unidade de pessoas que expulsas do campo, ou oriundas da cidade, que se organizam para se formar e informar, unidas e reunidas para ocupar um latifúndio radical, cruel e improdutivo (FRANÇA, 2013, s/p).

Diante dessa fala fica explícito que o primeiro passo do processo formativo, está centrado no ocupar o latifúndio. Através deste ato os Sem Terra, vão reconstruindo a consciência política e a sua identidade perdida quando foram expulsos da terra. Por isso, a ação do ocupar a terra é rica em significados políticos e pedagógicos, a ponto de ser considerada por Caldart (2004, p.168) a “matriz educativa e organizativa do movimento”.

Para a pedagoga do MST, Roseli Caldart, o processo formativo dos integrantes do MST, nasce das ações que o movimento realiza na sociedade e experienciadas por seus integrantes. Deste modo, o processo formativo do MST²⁷ é considerado uma herança para a humanidade, pois resgata a dignidade humana, a autoestima e recupera aquilo que de mais sublime existe no ser humano, que é a capacidade de pensar, de emocionar, e agir conscientemente na história.

Essas ações dos seres humanos que fazem parte do movimento são muitas vezes marcadas por conquistas e derrotas, as quais tornam os integrantes do MST mais aguerridos e comprometidos com as causas que defendem.

A partir dessas colocações fica evidente que dentro do processo formativo, a ocupação fundamenta toda a matriz educativa e organizativa do MST, devido:

A ocupação da terra ser uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação. Nas últimas duas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas. Por isso, criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias Sem Terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra (FERNANDES, 2000, p. 281).

Considera-se a ocupação uma matriz educativa porque projeta mudanças lentas e profundas no modo dos integrantes se posicionarem diante da realidade, leva-os a romper com os determinados padrões culturais hegemônicos e prepara-os para grandes aprendizados. A ocupação, é importante por ser a essência do MST, nela estão inseridos os germes do processo formativo dos integrantes do movimento. Essa ideia é expressa no depoimento de Jaime Amorim, do MST de Pernambuco, em entrevista a Roseli Caldart, o qual salientou que:

Pela ocupação e a organização da mesma os trabalhadores aprendem o que não conseguiram aprender numa vida inteira...porque a tendência natural dos

²⁷ “O MST desde a sua fundação tem, afinal, duas grandes tarefas na história: ajudar a acabar com o ‘pecado mortal’ do latifúndio, desconcentrando e tornando socialmente justas as terras deste imenso país; e ajudar a humanizar as pessoas, formando seres humanos com dignidade, identidade e projeto de futuro. Talvez este segundo ponto seja a tarefa que melhor vem cumprindo desde que começou a ser gestado” (MST, BOLETIM DE EDUCAÇÃO, n° 8, 2001, p. 27).

trabalhadores é assim, tu chega lá no Sul e o trabalhador diz: “tá feia a situação, mas eu ainda estou satisfeito, porque pior do que eu estão os nordestinos, que passam fome, seca”; aí tu vem para o nordeste e pergunta como está a situação? É, tá ruim, mas ainda com a graça de Deus estou vivendo, conseguindo comer, pior é aqueles lá do sertão que nem água para tomar tem... tu chega lá no sertão... “tá ruim a situação, mas pelo menos se vou lá e ando 20 km arrumo água e trago para beber, passo uma semana sem tomar banho e tal, mas com a graça de Deus vou vivendo..., então a tendência é ir se conformando. Na organização da ocupação e na sua execução da mesma isso vai por água abaixo, ali todo mundo é igual...então eu vou ocupar não tem outra alternativa... (CALDART, 2004, p. 170).

Como o ocupar é a última saída, a luta vai ficando maior que o medo, o que dá aos Sem Terra a convicção de que contra uma injustiça social, somente ações como estas podem causar algum efeito. É por isso, que a organização e a efetivação da ocupação ajudam no processo formativo dos integrantes do MST, pois os leva a compreender que o poder de quem está a sua frente não é maior que o poder de sua organização. E se eles, Sem Terras, tinham medo de reagir, agora são as autoridades governamentais que precisam respeitá-los, o que coloca todos em posição de igualdade; e se ocupam os latifúndios, não é para pedir favores, mas para fazer valer os seus direitos.

É por isso, que no processo formativo, a ocupação proporciona aos integrantes do MST descobrirem o reencontro com a vida. Ao pisar na terra ocupada retomam o direito de viver, desde quando foram arrancados da terra. No entanto, a ocupação não é o único momento, ainda que decisivo, de uma história que demorará um bom tempo e se desdobrará em muitos outros aprendizados.

Outro elemento que colabora no processo formativo do MST é a vivência no acampamento. Ademar²⁸ em seu depoimento sobre a vivência nos acampamentos afirma que foi o lugar “onde mais aprendi na vida foi com os meus companheiros, no acampamento e na organização pela terra. Eu aprendi muito mais nesse ano e meio aí de luta do que nos quatro anos de aula que eu tive” (Ademar, acampado, RS, 1994). Já Edivaldo²⁹, referindo sobre os acampamentos salienta que:

No acampamento organizado, todo o mundo desenvolve uma tarefa, todo o mundo está trabalhando. Tem que estar contribuindo com a organização, porque quanto mais trabalha e organiza, mais a sociedade daquele município vê um acampamento bonito...o importante que a gente tem dentro do acampamento...é a confiança

²⁸ Ademar integrou o acampamento da Estrada de fortaleza, município de Erval Seco, RS, entre agosto de 1984 e julho de 1985. Seu depoimento está na dissertação de Mestrado de David Stival, O processo educativo dos agricultores Sem Terra na trajetória da luta pela terra, UFRGS, 1987, que fez um estudo específico deste acampamento. O trabalho de Stival é um dos pioneiros neste tipo de reflexão sobre a dimensão educativa da luta pela terra no Brasil. (CALDART, 2004, p.174).

²⁹ Edivaldo participou da Marcha Nacional a Brasília em 1997, e seu depoimento aparece no livro Vozes da Marcha pela Terra, p.86-87. (CALDART,2004, p.175).

(Edivaldo, acampado, Goiás, 1997).

Pelos relatos destes dois acampados, se conclui que o acampamento é uma das marcas fortes da presença dos Sem Terra e da sua luta no Brasil contemporâneo. Além de dar visibilidade ao MST, o acampamento tem no campo formativo a missão de construir relações não pautadas pelas estreitas margens do capitalismo. Por isso, não deixa de ser junto com a ocupação uma das grandes e importantes fontes educacionais apropriadas para proporcionar companheirismo, confiança e aprendizados. A partir dessas colocações se observa que,

um acampamento que abrange grande número de pessoas, necessita de organização. A primeira medida nesse sentido é a constituição de núcleos, com 10 a 30 pessoas, organizadas quase sempre de acordo com o município de onde vieram. Nesses núcleos se organizam-se as principais tarefas e serviços: alimentação, saúde, higiene, educação, religião, finanças, lazer etc. Em cada função possui um responsável e equipes de serviços que se organizam regularmente para avaliar e planejar as atividades. Há um sistema de coordenação geral do acampamento, responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminhar as lutas, negociar e relacionar com a sociedade [...], os princípios que regem a organização dos acampamentos são a democracia, a participação de todos nos processos decisórios, a divisão de tarefas e a direção coletiva (MORISSAWA, 2001, p. 200).

A partir dessas colocações e análises sobre o processo formativo da luta pela terra, se observa que não se costuma separar esses dois momentos - ocupação e acampamento. No entanto, é importante fazer essa distinção, pois embora muitas vezes sejam ações combinadas, são processos formativos diferentes. Isto porque, a ocupação é o ato preparado antes e executado depois, que se resume segundo Caldart, (2004, p.176) “no estalar do arrame da cerca ou no estourar do cadeado da porteira da fazenda”. Já o acampamento³⁰ do ponto de vista formativo é o espaço da socialização dos Sem Terra, onde passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade, onde as regras e jeito de funcionar são diferentes da experiência anterior ao acampamento.

É desta experiência que nos permite identificar certos aprendizados que o princípio formativo do acampamento proporciona a aquele que faz parte do MST. Para Caldart, (2004, p.77) “o acampamento é importante porque permite identificar a passagem de uma ética do indivíduo para a ética comunitária, que depois poderá chegar a se desdobrar em uma ética do

³⁰ Os acampamentos, apesar das imensas dificuldades econômicas, são espaços onde ocorrem importantes aprendizados para os Sem Terra. O convívio intenso, o conflito iminente com o latifúndio, a organicidade interna e a presença constante do Movimento, permitem avanços na consciência política dos acampados, o que pode culminar com avanços nas formas organizativas. Este é, especialmente, um dos grandes objetivos do período de acampamento: discutir (e experimentar) a organização do assentamento em seus diversos aspectos: a divisão (ou não) da terra, a educação, a moradia, a produção, etc. (CADERNO DE COOPERÇÃO AGRÍCOLA, Nº 10, São Paulo, 2001).

coletivo”, à medida que consolide esses valores na experiência posterior do assentamento, ou de participação no conjunto das instâncias do MST.

Além dessa passagem da ética individualista para a comunitária, o outro aprendizado que o acampamento proporciona aos Sem Terra é a ruptura do isolamento do camponês. O estar acampado exige dos integrantes do MST uma vida próxima e cooperativa com os outros companheiros. Se aprende que essa é a única maneira para garantir a sobrevivência pessoal ou familiar em uma situação como acampado. Nesse sentido, um dos grandes valores que esse princípio formativo proporciona entre os integrantes acampados é a solidariedade. Para os acampados é na organização coletiva, que reside sua força, e a capacidade para alcançar as maiores conquistas que estão além das forças individuais. Por isso, o acampamento é uma ferramenta que possibilita a formação dos próprios assentados com objetivo de construir algo para além das relações burguesas, segundo Dalmagro, isso ocorre porque,

O coletivo ensina a buscar e solucionar os problemas juntos. Uma coisa que conseguimos trabalhar é que se a gente não se une, a gente não é ninguém. O coletivo ensina, o nosso inclusive, que se consegue superar as dificuldades com muito mais facilidade, seja ela qual for, se a gente agir em conjunto. Internamente já conseguimos provar que através do coletivo tem mais facilidade de superar os limites. Por mais que muitas vezes tenha problemas internos, que se discorde, mas em termos de proposta, eu não tenho dúvida de que as pessoas estão convencidas de que o coletivo é a saída (DALMAGRO, 2002, p. 56).

Por outro lado, vivendo em um acampamento, compreendem que eles (Sem Terra), passam a serem valorizados como pessoas através da vivência em uma organização coletiva, isso é visível em muitos aspectos, mas de modo especial nesse:

quando um Sem Terra chega no cartório com seu boné vermelho e pede para encaminhar os papéis solicitados pelas autoridades, percebe a diferença: o que o senhor deseja? Ou seja, antes era ninguém, agora é tratado com respeito (CALDART, 2004, p. 181).

Além deste aspecto valorativo da pessoa frente as autoridades, o processo formativo acampamento, possibilita aos trabalhadores Sem Terra, construir novas relações interpessoais, o que representa para algumas pessoas uma verdadeira revolução cultural, em razão de serem chamadas a rever seus conceitos e preconceitos em relação aos outros sujeitos da organização. Nesse caso, esse processo se inicia no momento em que se estabelecem novas relações com pessoas de costumes e culturas diferentes.

Essa revolução cultural ocorre, segundo, Caldart, (2004, p. 183) “quando se invertem as relações patriarcais, onde os homens lavam suas roupas, as mulheres passam a participar das

reuniões e assembleias e os jovens cadastrados passam a ter os mesmos poderes de decisão que seus pais”.

Essa experiência da inversão das relações tradicionais possibilita a compreensão da vida humana de maneira horizontal, invertendo desse modo o sistema vigente do ‘senhor e escravo ou da casa grande e senzala’ ainda presente na sociedade contemporânea. Esta experiência, proporciona o surgimento de uma vida cooperada, caracterizada segundo Dalmagro (2002, p.8) por “uma forma de vida solidária, humanista e justa”. Portanto, através da cooperação os assentados sentem-se mais valorizados, sua autoestima é elevada, já não estão à margem da sociedade, sem dignidade e respeito. O que estão construindo é reconhecido e admirado, desenvolvendo-lhes autoconfiança e orgulho de sua trajetória e conquistas. Isso se confirma na entrevista dada pelo assentado Sr. Júlio do Assentamento Conquista na Fronteira à Dalmagro

Tu vai na cidade as pessoas vêm, te reconhecem, te abraçam, te vêem como uma pessoa decente, te dão valor. Eu não tenho medo de chegar em lugar nenhum hoje em Dionísio Cerqueira, aonde eu entrar que alguém me conhece, vem e cumprimenta. Eu chego aonde for, por mais que o pessoal acha “ah, o pessoal do assentamento”, mas eles vêm o assentamento como uma coisa diferente, uma coisa que eles valorizam (DALMAGRO, 2008, p. 80).

O terceiro aspecto do processo formativo dos trabalhadores Sem Terra é a negociação. Essa forma de aprendizado dos integrantes do MST, está diretamente ligado à ocupação, a qual possibilita aos membros do movimento ver bem claro a contradição que existe, onde de um lado está o latifúndio, com seu aparato estatal, organizado com suas ferramentas de defesa, e do outro lado, somente nós (Sem Terra) e nossa organização, e conseguimos enfrentar.

O aprendizado que surge da ação ocupar o latifúndio, está no despejo³¹. Pois frente a essa situação, é necessário tomar uma nova decisão, sair imediatamente ou resistir. Aí surge a negociação, primeira conquista política desse tipo de ação, frente ao Estado, e último responsável pela solução do problema social que a ocupação desvela. Portanto,

Negociar, no caso dos Sem Terra, implica primeiro em uma mudança de postura perante as autoridades, passam a considerá-las como pessoas iguais, com as quais é possível ficar frente a frente, olho no olho. Para os Sem Terra o aprendizado que se adquire é que ao entrar na sala de um governador ou gabinete do presidente da república é para os trabalhadores Sem Terra uma possibilidade concreta de arrancar de dentro de si aquele medo das autoridades que traziam. Começam a compreender que o poder que está a sua frente não é maior que sua organização [...], além disso, é preciso saber negociar, e aprender com a experiência quais são os momentos de endurecer, de transgredir, até onde for possível ceder, o que não se pode abrir mão.

³¹ Situação em que, após a ocupação, a justiça autoriza a desocupação da área pela brigada militar ou outra força policial repressiva (CALDART, 2004, p.171).

Esse costuma ser um aprendizado penoso, porque de uma negociação dependem os desdobramentos da luta e o futuro de muitas pessoas (CALDART, 2004, p. 172-173).

A negociação para o MST é uma espécie de peneira onde se descobrem os dons de cada pessoa, e também serve para as lideranças se firmarem, ou serem substituídas. É por isso, que na grande maioria das vezes, as comissões de negociações nem sempre são compostas das mesmas pessoas, o que tem o seu lado positivo, pois, costumam causar certo constrangimento às autoridades, quando se deparam com integrantes que não conhecem os limites e nem os protocolos. Isso demonstra que o MST trabalha com o rodízio de pessoas, o que possibilita garantir líderes aguerridos e destemidos de seus quadros.

Esta ação parte do pressuposto de que existem duas lógicas intrínsecas nas ações do MST: uma a lógica política, onde por intermédio da qual o movimento se apresenta e se representa, e orienta suas estratégias de ações, em vista de ganhar visibilidade perante a sociedade. Com a lógica prática, usada nas negociações com o poder público e a sociedade civil, nos esforços para desapropriação de áreas ocupadas ou viabilização de projetos de assentamento, o movimento visa ter legitimidade perante as famílias acampadas e assentadas. Miranda e Cunha, diante dessas afirmações salientam que,

a lógica política é construída em torno de ideais revolucionários, enquanto a lógica prática é elaborada em termos de resultados, conquistas, desempenho e eficiência. As duas lógicas são, ao mesmo tempo, contraditórias e complementares, sendo a primeira dominante naqueles momentos em que o MST celebra e reforça o ideal do grupo, enquanto a segunda predomina nas interações cotidianas e nas tomadas de decisão sobre os problemas enfrentados por acampados e assentados (MIRANDA; CUNHA, 2013, p. 364).

Com essas duas lógicas bem definidas e exercendo seus papéis, se fortaleceu os assentamentos e avançou-se na luta pela reforma agrária, a ponto de levar as lideranças dos assentamentos a pleitear outras demandas (legalização dos assentamentos, fortalecimento das cooperativas dos assentamentos, financiamentos e políticas agrícolas). Porém, na busca por estas demandas e negociações com as autoridades políticas e governamentais, os integrantes do MST sentiram a necessidade de que não bastava ter a posse da terra, era necessário lutar por educação que fosse ao encontro da realidade dos trabalhadores, ou seja, uma educação direcionada à formação para a negociação. Ao encontro dessa necessidade, constituiu-se o Setor de Educação³²

³² O Setor de Educação do MST foi criado em 1988, com o objetivo de organizar e, ao mesmo tempo, manter uma linha política harmoniosa nos espaços educativos dos assentamentos e acampamentos. Este setor foi se estruturando pela consciência de que a luta pela terra só teria êxito vinculada aos conhecimentos e pode ser entendido como uma estrutura produzida além dos interesses de conquista da terra, originado da mobilização para manter as crianças nas escolas e lutar contra o analfabetismo, seja em acampamentos ou assentamentos. O Coletivo

do MST, que passou a elaborar os Cadernos de Educação³³, para servirem de balizas para o processo formativo dos integrantes do MST em vista da articulação do comum como forma de rompimento com os ideais neoliberais. É por isso que para o MST,

a sua escola de formação objetiva desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores, com o intuito de transformá-los em quadros políticos com elevado nível de conhecimentos, lhes possibilitando maior segurança ideológica para agirem politicamente. Em sentido a formação de militantes compreende a formação para as tarefas da luta cotidiana do movimento, tanto as imediatas quanto as de longo prazo, ou seja, busca fundamentar, teórica e politicamente, a práxis dos seus militantes, considerando a diversidade de funções exigidas e o processo de qualificação deles, desde os militantes de base até os quadros dirigentes. Portanto, o objetivo é formar seus intelectuais orgânicos, para alterar as relações de hegemonia no âmbito da luta de classes, como bem nos ensina Gramsci (ALMEIDA, 2017, p. 166).

Portanto, a partir desses apontamentos, no próximo item apresento os Cadernos de Educação do MST, elaborados com a finalidade de instruir e dar embasamento teórico aos integrantes do movimento. Nesse ponto abordo os aspectos pertinentes desse material, que transpassam em sua composição, para no ponto seguinte refletir sobre seus elementos abordados nestes documentos.

3.2 OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO MST

Os Cadernos de Educação são documentos históricos que materializam a postura e os posicionamentos do MST em relação ao processo educacional, servem de bússolas para as práticas educativas nos acampamentos e assentamentos. Suas publicações feitas pelo Setor de Educação do MST, são resultados das discussões e de encontros coletivos onde foram relatadas as experiências feitas ao que tange a educação desenvolvidas nas mais diferentes realidades.

Esclarecido o que são estes cadernos, busco extrair desses materiais os elementos que ajudam compreender o processo formativo do MST, sua constituição e incidência na atualidade quanto a formação de professores e o fortalecimento dos ideais do comum, em vista de dar uma resposta diferenciada ao sistema excludente.

Em razão desse procedimento investigativo trago presente os aspectos centrais dos dez

Nacional do Setor de Educação, por sua vez, foi criado para cuidar da articulação e a reflexão das práticas educativas do Movimento em nível nacional (STÉDILE; FERNANDES, 2012 s/p).

³³ Vale destacar que os Cadernos exibem um caráter orientativo, o que em alguns adquirem um tom de ‘manual’, principalmente aqueles que lidam com o ‘como fazer’ (PEREIRA, 2019, p.42).

Cadernos de Educação do MST, elaborados pelo seu Setor de Educação, conforme os quadros:

Quadro 2 – Cadernos de Educação do MST

Documento	Ano	Título	Síntese do conteúdo do caderno de educação
Caderno de Educação nº1	1992	A escola que queremos	O documento afirma que para construir a escola que queremos precisa-se levar em consideração a realidade; Quanto ao currículo necessita ter presente a relação teoria e prática, e para construí-lo precisa ter a participação de todo o assentamento. Precisa levar em conta os temas geradores, os quais devem estar ligados a realidade. Por fim, nesse caderno apresenta a proposta pedagógica do MST para suas escolas.
Caderno de Educação nº2	1993	A Alfabetização	O documento afirma que a alfabetização acontece no conjunto das séries iniciais e se prolonga por toda a vida. Além disso, o caderno busca orientar em vista do ler e escrever, mas sem perder de vista a realidade, devido esta ser importante para ler o mundo. Esse caderno traz sugestões para desenvolver a alfabetização onde sugere o envolvimento das séries, devido acelerar o processo de alfabetização e alimentar o espírito de cooperação entre os educandos.
Caderno de Educação nº3	1994	Alfabetização de jovens e adultos	Esse caderno é composto de seis partes: Aborda que a alfabetização nasce das necessidades sociais e pessoais; Mostra que a alfabetização deve ter uma coordenação, que tem a missão de articular e animar os educandos; Trata da formação educadores e monitores da alfabetização; Apresenta os passos que os educadores e monitores deverão ter presente para conduzir o processo de alfabetização; Esclarece como deve se organizar os planejamentos e encontros (necessidades viram organização e conteúdos); Trata do pós alfabetização-coletivo educa o coletivo;
Caderno de Educação nº4	1994	Alfabetização de Jovens e Adultos: Linguagem e Didática.	Esse caderno dá continuidade as reflexões sobre a alfabetização de jovens e adultos iniciadas no caderno de educação nº3. O objetivo desse caderno é entrar no miúdo do processo de alfabetização, na didática, no jeito de ajudar alguém a ler e escrever. O caderno se preocupa em fornecer os elementos básicos de como conduzir o trabalho educativo em sala de aula, para isso parte das necessidades dos educandos.
Caderno de Educação nº5	1994	Alfabetização de Jovens e Adultos: Educação	Este caderno orienta que para trabalhar com a matemática, o educador precisa partir da realidade dos alunos.

		Matemática.	Mostra que a matemática apresenta a ideia de justiça social, a qual é embasada na divisão dos bens produzidos de forma igualitária.
Caderno de Educação nº6	1996	Como fazer a escola que queremos: O planejamento	<p>Esse caderno aborda o planejamento da gestão escolar, em vista de garantir os princípios pedagógicos que o MST defende.</p> <p>O caderno apresenta os tipos de planejamentos: Global Permanente, trata das linhas pedagógicas e administrativas, funcionamentos e objetivos.</p> <p>Anual: refere-se à tradução do planejamento global para o plano de ação de um determinado período.</p> <p>Cotidiano: trata do específico do dia a dia, planejamentos dos conteúdos, metodologia e avaliações. Obs.: tudo isso é elaborado num processo que combina participação com divisões de tarefas.</p> <p>No aspecto metodológico esse caderno apresenta três eixos: Temas Geradores- como ponto de partida para o ensino; centra-se na relação prática-teoria-prática; Participação coletiva- que assegura os alfabetizando a terem voz e vez na sala de aula ou em outros lugares.</p>
Caderno de Educação nº7	1996	Educação Lúdica	Esse caderno é demonstra que o lúdico é uma importante ferramenta que auxilia no desenvolvimento criativo, no imaginário das crianças; bem como é um excelente instrumento de educação, que possibilita o desenvolvimento da entre ajuda e a participação entre os educandos nas tarefas, desinibindo-os frente ao novo.
Caderno de Educação nº8	1996	Os Princípios da Educação do MST	<p>Nesse caderno, trata-se dos princípios educativos do MST. Para o Setor de Educação são vistos como ideias/convicções, balizas, marcos, referências para o trabalho educativo do MST. São classificados em princípios filosóficos e pedagógicos. Os princípios filosóficos estão voltados à educação para a transformação social, trabalho, cooperação, para a dimensão humana e para os valores humanistas e socialistas.</p> <p>Os princípios pedagógicos são as bases que educam para a prática transformadora, a partir da relação teoria e prática, onde a realidade é o suporte para a construção do conhecimento, é dela que são tirados os temas geradores.</p> <p>Portanto, esses princípios, no fundo são interligados. Por isso, os princípios filosóficos referem-se a visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, a sociedade e os pedagógicos se referem ao jeito de pensar a educação, para concretizar os princípios</p>

			filosóficos.
Caderno de Educação nº9	1999	Como fazer a Escola do Ensino Fundamental	Esse caderno ajuda os Sem Terra e educadores que exercem suas atividades educacionais no campo e nas áreas de reforma agrária. Afirma que a preocupação do Setor de Educação é com a formação humana da geração que é filha da luta pela terra e da história do MST. Sustenta que o movimento tem uma pedagogia. A pedagogia é o jeito através do qual o MST vem formando o sujeito social Sem Terra. Quanto as pedagogias que estão presentes no MST, esse caderno a ponta para: a pedagogia da luta social; a pedagogia da organização coletiva; a pedagogia da história; pedagogia da escolha e da alternância
Caderno de Educação nº10	2000	Educação religiosa	Nesse caderno afirma que a educação religiosa cristã faz parte da educação integral do ser humano, devido mover os lutadores do povo em favor da vida e por se fazer presente na resistência e no combate ao neoliberalismo e em sua idolatria do mercado. Esse caderno quer auxiliar os seus integrantes a perceberem independente da confissão religiosa que sigam, que a manifestação do sagrado se faz presente no cotidiano de suas vidas, porém, quando esses buscam nos seus antepassados históricos inspirações para suas lutas cotidianas.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O primeiro caderno aborda a escola, por isso do título ‘A escola que queremos’. Acentua que a escola que o MST busca precisa levar em consideração a realidade, a qual é compreendida como,

o meio em que vivemos, é tudo aquilo que fazemos, pensamos, dizemos, e sentimos na nossa vida prática. É nosso trabalho, nossa organização, a natureza que nos cerca. São as pessoas e o que acontece com elas. São os nossos problemas do dia a dia, também os problemas da sociedade que se relacionam com a vida pessoal e coletiva (CADERNO, Nº1, 1992, p. 2).

No entanto, independente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimentos. A realidade na sua dimensão social, cultural, valorativa etc., historicamente situada é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seus conhecimentos. Deste modo, para construir a escola que queremos e produzir conhecimentos, o documento, chama atenção que, no currículo escolar, estes aspectos da realidade precisam se fazer presentes em vista de viabilizar uma nova metodologia de ensino, que diferencie a educação formal que se organiza

a partir dos conteúdos tirados dos livros didáticos, os quais por muitas vezes se distanciam da vida cotidiana dos educandos.

Para arquitetar a escola, o Caderno de Educação do MST frisa que seu currículo, necessita estar centrado na relação teoria e prática. A escola não deve somente se preocupar com o que ocorre nas aulas, mas tem que pensar em todas as experiências que a criança, o jovem e o adulto devem fazer dentro e fora da sala de aula. A partir desse currículo diferenciado, construído em simbiose com a realidade, busca-se trazer o assentamento para dentro da escola e a escola para dentro assentamento. Para que isso ocorra, o caderno orienta o seguinte, em relação à elaboração do currículo:

A preparação do currículo deve contar com a participação de todo o assentamento, o professor não pode elaborar o currículo sozinho, porque ele precisa conhecer a realidade do assentamento, suas problemáticas, seus desafios e sua organização (CADERNO, Nº 1, 1992, p. 03).

Quanto ao currículo, esse caderno faz referência aos temas geradores³⁴, afirma que estes temas precisam estar ligados ao cotidiano de forma equilibrada, e que englobem os conteúdos de comunicação e expressão, matemática e ciências sociais, tudo em vista de:

Desenvolver a curiosidade científica e a capacidade de investigação sobre a realidade através da observação-experimentação-análise das transformações da natureza/sociedade e da relação entre as coisas do mundo vegetal, mineral e social (CADERNO, Nº 1, 1992, p. 29).

Pelo exposto, percebe-se que o Caderno de Educação nº 1, apresenta a proposta pedagógica do MST para as suas escolas, cuja metodologia parte da realidade cotidiana, onde o currículo deve estar centrado na relação teoria e prática em vista de atender as necessidades da comunidade e da organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Já o Caderno de Educação nº 2, traduz a reflexão pedagógica do Caderno de Educação nº 1 para o específico da escola: A alfabetização. Esta ocorre no conjunto das séries iniciais, prolongando-se por todo o primeiro grau, e mesmo por toda a vida. O Caderno de Educação nº 1 centra-se nas orientações em vista do aprender a ler e escrever, porém, sem perder de vista a realidade, a qual é importante para aprender a ler e escrever o mundo. Por isso, esse caderno traz sugestões de atividades de

³⁴ Método de ensino que surgiu da preocupação de educadores progressistas em criar alternativas para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais voltado para às necessidades e aos interesses populares. Pistrak (russo) e Paulo Freire (brasileiro) são autores que aprofundaram esta questão. Levam o nome “Geradores” porque geram/criam necessidades de novos conhecimentos, novos conteúdos, outros temas, ações concretas de intervenção na realidade (CADERNO, Nº 6, 1996, p.18).

alfabetização, em vista do envolvimento das várias séries. Envolve-se as várias séries pelo fato de “ser um fator positivo na aceleração da aprendizagem, da leitura e da escrita e por alimentar o espírito de cooperação, o qual é um dos pilares da proposta de educação do movimento” (CADERNO, Nº 2, 1993, p.3).

Quanto ao Caderno de Educação nº 3, dedica-se à Alfabetização dos jovens e adultos. Esse caderno emerge do esforço coletivo, da realidade vivida, e dos conhecimentos científicos. Portanto, é resultado de um processo coletivo, que exterioriza o espírito do MST, que é de valorizar o coletivo, a organização para lograr a libertação de todos os indivíduos.

A segunda razão, para seu uso, está no seu conteúdo, o qual aborda a visão, a concepção, e os princípios que devem conduzir a ação organizativa do aprendizado orientado para a alfabetização de jovens e adultos. Esse material é dirigido a toda a militância, o qual responsabiliza-a, que “o processo educativo não é responsabilidade apenas do Setor de Educação, mas de todos os integrantes do movimento” (CADERNO, Nº 3, 1994, p.3).

A estruturação desse caderno é composta de seis partes: a primeira, trata da alfabetização dos jovens e adultos, a qual nasce das necessidades pessoais e sociais. As necessidades pessoais, por exemplo, referem-se àquelas que tratam da escrita e da leitura. As sociais, revelam as necessidades de negociações com os poderes constituídos. Por isso, da relevância da alfabetização dos jovens e adultos abordada nesse documento para o bom desenvolvimento das ações do MST pois, não basta ocupar a terra, é necessário negociar para garantir os direitos sociais.

A finalidade da alfabetização dos jovens e adultos é dar acesso aos trabalhadores excluídos da vida escolar ao conhecimento acumulado pela humanidade. Esta apreensão os torna sujeitos pessoais e coletivos do processo histórico onde estão inseridos. Por isso, a apropriação do conhecimento acumulado pelas pessoas é um processo contínuo [...], um processo onde todos aprendem, se ajudam, trocam entre si o que sabem e o que descobriram (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 9-10).

A segunda parte o documento do MST, exhibe o início do processo de alfabetização; salienta a necessidade de se ter uma coordenação, a qual tem o encargo de compreender a proposta de alfabetização e de conceber um projeto para o Estado ou uma área definida. Essa coordenação tem a incumbência de articular os monitores para que se encontrem e troquem experiências. Para que esses objetivos sejam alcançados, a pessoa que coordena o processo de alfabetização precisa ter liderança, domínio pedagógico, autoridade e ser aceito por todos. Embora se fale em pessoa, para o MST, é melhor que seja essa coordenação constituída por uma equipe, com tarefas bem definidas e que saibam trabalhar coletivamente.

Nós do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra temos clareza que não vamos conseguir fazer tudo sozinho, precisamos contar com assessorias orgânicas e esporádicas [...], orgânicas são assessorias compostas por pessoas qualificadas em alfabetização de jovens e adultos, e tem a tarefa de ajudar a analisar e a conceber o projeto e o processo de alfabetização. A assessoria esporádica tem a tarefa de contribuir em um determinado aspecto do processo de alfabetização, ou aprofundar um determinado conteúdo (CADERNO, Nº 3, 1994, p.12).

Após esses esclarecimentos organizativos, para que se atinjam os objetivos do processo de alfabetização, inicia-se o ano letivo, mas antes disso, se realiza no início de cada ano uma campanha³⁵ que consiste no levantamento do número de analfabetos e semianalfabetos existentes nos assentamentos e acampamentos do Estado. Necessita-se ter esses dados porque, sem conhecer a realidade dos acampamentos e assentamentos, é inviável acertar a área onde iniciar o processo educativo. Este primeiro diagnóstico é puxado pela organização e coordenado pela equipe ou coletivo responsável.

Com os dados, a análise e a proposta nas mãos do coletivo de direção, e com base no projeto político, se define a área prioritária, a qual pode ser um assentamento ou uma regional. A quantidade de analfabetos não é o critério maior, mas a disposição por parte das direções locais e dos próprios interessados em assumirem o processo de alfabetização. Para que esse processo de alfabetização dê resultados busca-se envolver o assentamento. Para isso, o monitor junto com a direção deve reunir a área de atuação para discutir o que vai acontecer e como cada um vai colaborar nesse processo educacional. Nesse sentido, observo o seguinte:

Uma tarefa de todos é animar as pessoas analfabetas, as que tem muita dificuldade e as que tem uma relativa dificuldade a participar do processo. Cada um tem o dever de apoiar as companheiras e companheiros para que o MST possa avançar neste campo. É tarefa das crianças colaborar com os jovens e adultos para que o processo de alfabetização ocorra, por isso, as crianças mais adiantadas são colocadas como monitores, que auxiliam na alfabetização, mas desde que estejam devidamente preparadas para a função (CADERNO, Nº 3, 1994, p.13).

Essa preparação, não se estende apenas às crianças, mas aos monitores. Por isso, na terceira parte desse Caderno de Educação nº 3, reporta-se aos monitores, pessoas que conduzirão o processo de alfabetização. A grande preocupação que se apresenta nesta parte refere-se à formação ou capacitação desses monitores. Para alcançar os resultados esperados, a formação e a capacitação não ocorrem apenas em um curso de lideranças. É um processo que se inicia nas etapas de preparação e continua nos encontros de aprofundamento ou reforço

³⁵ Entendemos por campanha ações coletivas em vista de desenvolver o processo de alfabetização em determinada época e lugar, desde a escolha do local até a organização dos encontros educativos (CADERNO, Nº 3 1994, p.12).

durante todo o processo educativo. Portanto, a formação e capacitação são ações articuladas e coordenadas pela equipe estadual, com assessores especializados na área. Por isso, da seriedade nas escolhas e na formação dos monitores, as quais são expressas nos seguintes critérios:

Ter no mínimo quarta série; boa desenvoltura na escrita, a leitura, no entendimento e no cálculo; criatividade e iniciativa; disciplina para o estudo e o trabalho, conhecimento básico da história e dos princípios e da proposta do MST; compromisso com a luta; participar de todos os encontros (CADERNO, Nº 3, 1994, p.17).

Concluídas as escolhas, segundo os critérios apontados, o próximo passo é a formação dos monitores que conduzirão a alfabetização dos integrantes do movimento. Para que essa formação e capacitação ocorra conforme a pedagogia do MST, se trabalha os seguintes temas:

a proposta de alfabetização do MST; a história do MST e da classe trabalhadora; os princípios do movimento; a mística do MST; a metodologia de trabalho de base; a teoria da organização; o reforço de português e matemática; e o perfil dos monitores; a didática de alfabetização e da matemática; a elaboração dos planos de aula. Junto com esses temas se trabalha a comunicação, em vista de despertar a criatividade e a iniciativa dos monitores (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 17-18).

Embora se tenha claro os temas usados na formação dos monitores, eles não trabalham sozinhos, há uma equipe responsável pelo projeto de alfabetização que acompanha as ações educativas dos monitores do MST. A missão dessa equipe consiste em animá-los, articulá-los e ajudá-los nas soluções dos problemas do cotidiano da alfabetização, bem como mantê-los informados das ações do movimento em todas as instâncias, local, regional e nacional.

A quarta parte desse caderno educacional apresenta os procedimentos que os monitores devem levar em consideração ao iniciar o processo de alfabetização e o primeiro encontro. Nessa parte, chama atenção para o começo, o qual é a chave de todo o processo de alfabetização. Para isso, ele deve ser marcante, e necessita ser desenvolvido a partir de uma grande campanha que articule todos do assentamento, e culmine com uma festa, em vista de celebrar o renascimento para as leituras do mundo. Para Freire (2001, p.69), “a leitura do mundo é uma leitura de nós mesmos, e das circunstâncias que nos rodeiam. Por essa leitura reconhecemos que, aquilo que parecia estar somente fora de nós, está também dentro, como cicatrizes”.

Neste começo, bem como no conjunto do processo de alfabetização, o papel do monitor ou do coletivo de monitores é central. Para que respondam essa importância precisam ter clareza do método a ser utilizado no processo de alfabetização, assim como um bom planejamento, temperado com muita criatividade, respeito e confiança na capacidade de cada ente a ser alfabetizado.

Para que esse processo de alfabetização ocorra, o referido caderno deixa claro que isso acontece a partir do “escrever, se aprende escrevendo” (CADERNO, Nº 3, p.7), isto porque, os alfabetizandos, têm em mente que para escrever algo será muito demorado. Deste modo, o monitor precisa quebrar essa ideia através de um jeito diferente de se trabalhar. Os alfabetizandos precisam entender pela prática dos encontros que sua necessidade logo vai começando a ser atendida e que a cada dia tem algo novo a aprender. Por isso se afirma que,

desde o primeiro encontro é preciso garantir que aconteça a prática do escrever, do ler e do contar, para isso, é preciso ter momentos de conversas, levantamentos de interesses, necessidades, do entrosamento entre os participantes, da organização da sala e do processo de alfabetização. Pode até ter o momento de merenda e de algum tipo de jogo ou brincadeira pra animar a turma. Mas tem que ter o momento onde tudo isso vá para o papel, ou para o quadro. Por isso, cada alfabetizando deve ser desafiado a escrever e a ler, do seu jeito, com seu código: seja com letras ou rabiscos [...], quanto mais letras e números o alfabetizando enxergar desde o primeiro dia, mais estímulo terá, para ler e escrever e mais forte aparecerá a necessidade de aprender (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 19).

Na quinta parte do Caderno de Educação nº 3, trata do planejamento dos encontros: As necessidades viram organização e conteúdos. Em vista de planejar os encontros, o Setor de Educação do MST, afirma que é necessário ouvir os participantes. A razão para isso é o fato de existir, nesse processo de planejamentos, diferentes opiniões. Dentre os participantes há os que defendem uma turma mista, outros por afinidade de idades, outros ainda, que se faz necessário uma espécie de seriação entre os alfabetizandos, separando-os por turmas diferentes entre os que sabem ler e escrever um pouco, dos que ainda não conhecem as letras.

Diante dessas variações de opiniões, o coletivo de educação afirma que se faz necessário “desenvolver entre os alfabetizandos o espírito coletivo, estimulando a entreajuda e não o deboche com quem tem maior dificuldade” (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 21). Caso contrário, estar-se-ia reproduzindo a exclusão tanto combatida pelo MST.

Além desse aspecto, os planejamentos das aulas devem levar em consideração o seguinte: “não podem ocorrer improvisos, cada encontro deve ser cuidadosamente planejado pelos monitores” (CADERNO Nº 3, 1994, p. 21). É necessário ter bem claro o que se quer atingir com cada aula, quanto à aprendizagem da leitura, da escrita, dos cálculos e das superações das dificuldades identificadas, através do acompanhamento e registros que o monitor faz sobre cada alfabetizando. Isso tudo, pautado por planejamentos semanais, quinzenais e mensais, que envolvam os educandos.

Na medida que vai avançando o processo educacional, é preciso garantir o envolvimento cada vez mais ativo dos alfabetizandos no processo de planejamento, não é bom que o monitor planeje suas aulas sozinho. O coletivo dos monitores deve se organizar para elaborar os planos mais gerais em conjunto (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 22).

Nesse planejamento, não se pode negligenciar a proposta pedagógica do MST, a qual é voltada para a realidade dos assentamentos. Por isso, os conteúdos devem ser construídos a partir dos temas geradores, os quais são:

Questões elaboradas a partir da realidade do grupo (realidade mais imediata, próxima ou distante) que podem servir como eixos para as decisões, para os estudos dos conteúdos, para a produção e de leituras de textos. E também para motivar o planejamento de ações concretas do coletivo de alfabetizando, visando contribuir com a solução dos problemas do assentamento ou do MST como um todo. Se a opção for trabalhar através de temas geradores o processo de escolha deve ser feito junto com os alfabetizando, tendo por base o diagnóstico da realidade (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 22-24).

O último item desse caderno trata do processo avaliativo, onde se avaliam os trabalhos dos monitores, o método dos encontros e a alfabetização como um todo. Ao que se refere às avaliações dos monitores, os alfabetizandos são os que avaliam a caminhada dos seus monitores. Num clima de fraternidade falam com franqueza sobre a caminhada educativa feita com seus monitores.

Quanto aos alfabetizandos, em suas avaliações, realizam suas críticas e autocríticas, sobre sua caminhada realizada no processo formativo. E, por fim, os monitores devem se autoavaliar perguntado: Cumpri meu papel de monitor hoje? Os objetivos foram alcançados? Que dificuldade tenho que superar no próximo encontro?

Quanto ao método, a avaliação necessita levar em apreciação a organização dos encontros, a partir dos seguintes aspectos: Os encontros estão ajudando a avançar na alfabetização? O tempo está adequado? O plano tem atendido às necessidades? Os conteúdos estão sendo assimilados? Como está sendo a relação da teoria e prática? O relacionamento entre o grupo está bom? A organização está avançando? Houve alguma evasão, por quê? Nesse item, todos os integrantes do processo de alfabetização devem fazer essa avaliação, em momentos planejados para isto.

No último item, da avaliação do processo de alfabetização, se avalia a globalidade das ações, desde a campanha de alfabetização feita no assentamento ou acampamento. Se verifica se jovens e adultos realmente estão alfabetizados; quais são as suas dificuldades mais comuns e como podem ser superadas; como está sendo o envolvimento do assentamento, o desempenho

dos monitores, da coordenação do projeto.

Realizada essa avaliação se combina a continuidade da caminhada educacional (pós alfabetização), que pode ser expansão do projeto com novas turmas, ou novos locais, sem perder de vista o compromisso com o princípio comum da organização, fonte que a fundamenta.

Na parte final desse caderno, trata-se da continuidade do processo formativo. Após as pessoas saberem ler, escrever e compreender criticamente a realidade, se inicia uma nova fase, a pós alfabetização. Este novo período formativo é fundamentado pelos círculos de cultura. A partir desses círculos, os alfabetizados se reúnem para continuar as trocas de experiências e saberes, leem os jornais escritos e cartilhas do MST, escutam as notícias, e debatem os assuntos em evidência no cenário local, regional e nacional. Portanto, mais uma vez o coletivo educa o coletivo.

Nessa fase o monitor vai se tornando dispensável. O círculo é tocado pela própria coordenação, mas não se fica isolado: continua a existir uma articulação entre os círculos de cultura. O latifúndio do conhecimento se tornou roça comum, os trabalhadores assumem o leme da apropriação do conhecimento e o seu camando (CADERNO, Nº 3, 1994, p. 25).

No Caderno de Educação nº4, se dá continuidade as reflexões sobre a alfabetização de jovens e adultos iniciadas no caderno anterior. A proposta desse caderno é entrar no mais profundo da alfabetização, na didática. Nesse material, a preocupação do Setor de Educação do MST, está em fornecer elementos e sugestões sobre como conduzir o trabalho em sala de aula, como garantir o envolvimento de todos no processo de alfabetização, pós alfabetização, em vista de que os jovens e adultos descubram a importância e a necessidade de ler, escrever e conhecer a realidade a partir do mundo da escrita.

Esse caderno é dirigido aos educadores³⁶ e aqueles que estão se preparando para ajudar na superação do analfabetismo presente na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST. O objetivo desse caderno é desenvolver uma didática para as ações educativas da organização popular. Por isso, a didática apresentada nesse caderno parte da necessidade

³⁶ No Caderno de Educação nº 9, os termos educador/monitor são definidos da seguinte maneira: Entendemos aqui por educadoras todas as pessoas que se envolvem diretamente no processo de aprendizagem-ensino realizado pela escola. São: As professoras e os professores, estaduais ou municipais, assentados ou não, que atuam na escola. As funcionárias e os funcionários contratados para trabalhar na escola (secretária, merendeiro, faxineira, trabalhador de campo) e que contribuem com o processo educativo pelo seu exemplo de ser e de fazer e pela sua participação na gestão. As voluntárias e os voluntários, normalmente assentados, que atuam como monitores de oficinas e acompanham os educandos em atividades pedagógicas na escola. Os técnicos que contribuem no assentamento e também atuam no processo educativo, desenvolvendo assim um trabalho integrado, com os assentados em seus lotes e com os filhos e filhas na escola. “Todas as educadoras precisam de uma formação diferenciada e permanente em vista de compreender o seu papel no processo educativo, por isto devem participar pelo menos do coletivo das educadoras” (MST, 1999, p. 17).

devido:

O adulto ser movido pelas necessidades. Essas necessidades surgem através das experiências concretas e de suas atividades práticas. É isso que impulsiona o adulto na busca do conhecimento, do saber, que faz com que crie vontade e se esforce para aprender, [...] saber trabalhar com as necessidades dos adultos envolvidos, é garantir a motivação durante todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem (CADERNO, Nº 4, 1994, p. 4).

Por esse anseio de mudanças das condições de vida que os integrantes do MST, trazem dentro de si, o “movimento desenvolve o trabalho educativo partindo das necessidades, haja visto, que os adultos são guiados pela sua própria força de vontade” (CADERNO, Nº 4, 1994, p.4). Na aprendizagem a ação é direta, implica em extrair um conhecimento útil para as atividades práticas. Portanto, no desenvolver das práticas educativas, deve-se dar atenção às necessidades pessoais para que os alfabetizandos percebam que estão tendo retorno e assim não desanimem no processo formativo iniciado.

Nessa didática as prioridades/necessidades são escolhidas a partir da negociação, pois é por meio dela que se firmam os posicionamentos, as ideias prioritárias. Portanto, é nesse processo de negociação que os monitores precisam estar atentos para que não permaneçam ideias individuais, mas coletivas, comuns, que atendam as necessidades do grupo. Portanto,

o processo de negociação deve ser conduzido de tal maneira que os alfabetizandos sintam e percebam que ao suprir as necessidades dos colegas/companheiros estarão sanando também as suas [...] reafirmando assim, o compromisso e a responsabilidade com todos no processo de aprendizagem (CADERNO, Nº 4, 1994, p. 7).

Essa compreensão vem das práticas anteriores, ou seja, do cultivo da mística, a qual é um “ingrediente que motiva, conscientiza e politiza os jovens e adultos na busca de suprir as necessidades coletivamente” (CADERNO, Nº 4, 1994, p.12). Como as saídas para as necessidades são construídas no coletivo, se prioriza os trabalhos em grupos, em vista da alfabetização. A razão para essa dinâmica está no fato de que,

o grupo acelera a aprendizagem, pois a dúvida de um pode ser respondida por outro, porém esse ao responder, também percebe que lhe falta os conhecimentos para argumentar e esclarecer sua resposta; e também porque o grupo é gerador de conflitos, ora sente a sensação que sabe, ora já não sabe mais [...], tudo isso, contribui para a permanência dos alfabetizandos no curso (CADERNO, Nº 4, 1994, p. 13).

Outro meio que auxilia na permanência no curso, é dar espaços para que os jovens e adultos expressem seus desejos e angústias. Segundo este Caderno de Educação, os alfabetizandos necessitam expressar seus sentimentos ora falando, escrevendo e representando.

Quanto às representações, essas se expressam a partir de teatros, dramatizações, tudo sintonizado com a mística a qual, manifesta os desejos e angústias dos educandos e do MST. Portanto, a mística fortalece os vínculos entre os quadros de um movimento social. No entanto, pelas análises dos cadernos escolhidos, uma coisa nos chamou atenção: não se falou em mística, a não ser no Caderno de Educação nº 4. Na busca de entender essa falta há a seguinte explicação: na ótica de Peloso (1998, p.8) “a mística é uma realidade que mais se vive do que se fala sobre ela”. Portanto, a mística é vivência, pois se revela em todos os momentos. Deste modo está intrínseca na vida das pessoas e nas ações do MST.

Embora ocorra isso, mais se vive do que se fala, a mística é importante para o MST. Marcos Fernandes, estudando Movimento dos Piqueteiros da Argentina, observou que

a falta de uma experiência subjetiva de identidade de luta prejudicou a autonomia das mobilizações desse grupo. O caso do MST, em sua autoconstituição fortemente alavancada pelo trabalho de formação e de conscientização em torno das causas da luta, aponta para as positivities da mística, sem essa força, sem esse sentimento de pertença que agrega as pessoas em torno de um coletivo, de um movimento, não há muito como resistir a um contexto de ofensiva da classe dominante (FERNANDES, 2007, p. 46).

No Caderno de Educação nº 5 o ponto central vai de encontro ao ensino da matemática, devido ela trazer a ideia do que venha a ser a justiça social, a qual é fundamentada na divisão dos bens produzidos de forma igualitária. Segundo o caderno, os jovens e adultos sabem o quanto é importante conhecer e o usar bem a matemática para construir uma sociedade mais justa e humana. A ideia de justiça social envolve a matemática porque:

Quando dizemos que estamos fazendo uma conta de dividir, estamos pensando em dividir em partes iguais. Na vida quando dizemos que lutamos por justiça social, estamos falando em divisão em partes iguais da riqueza produzida no país, de modo que todos possam desfrutar dessa riqueza coletivamente produzida (CADERNO, Nº 5, 1994, p. 1).

A importância do ensino da matemática na alfabetização dos jovens e adultos está relacionada à compreensão de que a matemática está ligada ao mundo em que os educandos vivem. Isto porque, eles necessitam dos números e das contas que a matemática fornece, para resolverem os problemas reais de suas vidas e entender os fatos e os problemas que ocorrem no país e no mundo.

Após mostrar a importância da matemática, o Setor de Educação do MST, no Caderno de Educação nº 6, aborda o tema Como fazer a escola que queremos: O planejamento. Este texto apresentado neste caderno faz parte do processo de revisão e aprofundamento do Caderno

de Educação nº 1. O qual se preocupou com a questão de como fazer uma escola diferente, adequada às realidades dos assentamentos e do conjunto da luta pela reforma agrária. Já o Caderno de Educação nº 6, aborda o planejamento, o qual é um dos instrumentos centrais para a gestação da escola que queremos. “Ele tem a ver com um pensar mais estratégico a questão da educação, o que planejar, como, quando, e com quem, para assim garantir a coerência dos princípios pedagógicos que defendemos” (CADERNO, Nº 6, 1996, p.3).

Neste mesmo documento, se afirma que o planejar é pensar antes de fazer. É antecipar no pensamento e no papel os passos de uma ação, e ir refletindo sobre cada passo a ser dado, em vista do seguinte. Deste modo, para o MST, “planejar é garantir que os resultados da ação sejam os esperados e que o processo seja de máxima qualidade” (CADERNO, Nº 6, 1996, p.5).

Ao que tange planejamento da ação educativa se faz necessário antes de tudo, ter claro o que significa plano e planejamento. Para facilitar essa compreensão, o Caderno de Educação nº 6 esclarece aos monitores que:

Planejamento é o processo da tomada de decisão sobre a ação. Processo que num planejamento coletivo (que é nossa meta) envolve a busca de informações, elaboração de propostas, encontros de discussão, reuniões de decisão, avaliação permanente. O plano é um documento o onde se registra por escrito, segundo um determinado roteiro, as decisões tomadas no processo de planejamento. É feito para ajudar a memória do processo. Passa a ser o papel que se consulta durante a realização da ação (CADERNO, nº 6, 1996, p. 5).

Como o planejar é tomar decisões sobre o fazer na escola, ele está relacionado ao conjunto de atividades desenvolvidas. E mais, com a estratégia de intervenção na realidade que a escola vai adotar. Por isso, o planejamento escolar está relacionado aos seguintes aspectos: global permanente, anual, cotidiano.

Quanto aos aspectos relacionados ao planejamento, se observa que no global permanente trata-se das linhas pedagógicas e administrativas da escola, cuida-se do funcionamento, dos seus objetivos, das instâncias de participação, dos métodos de ensino, das escolhas dos temas, conteúdos e do sistema de avaliação. O planejamento anual³⁷ se refere à tradução do planejamento global³⁸, para um plano de ação limitado a um período determinado, em geral um ano. Nele estão previstas as atividades pedagógicas e administrativas da escola, a

³⁷Este planejamento é de responsabilidade da equipe de educação, no entanto, a comunidade deverá participar da discussão e da aprovação das propostas, mas não precisa estar nos encontros de trabalhos (CADERNO, Nº 6, 1996, p. 15).

³⁸Este é o nível de planejamento que corresponde as grandes decisões sobre a organização, funcionamento e proposta pedagógica da escola. É o que mais requer a participação do conjunto da comunidade. E deve ser puxado pela equipe de educação, caso ainda não tenha essa equipe, por uma liderança (CADERNO, Nº 6, 1996 p.11).

elaboração do orçamento, os dias letivos e o cronograma das aulas.

No planejamento cotidiano aborda-se o específico da sala de aula: temas, conteúdos, metodologias, recursos didáticos e avaliações. No entanto, este planejamento trata em seus específicos, aspectos referentes ao plano de curso anual, semestral, semanal e diário.

A partir desses elementos apontados no Caderno de Educação nº 6, transparece o seguinte: Se planejar é tomar decisões, a elaboração do planejamento escolar é fundamental, para a participação coletiva em vista do Comum, pois é um meio de entender que,

onde não há planejamento não tem cooperação. Onde o planejamento está centrado em poucas cabeças (acontece de cima para baixo) não há democracia. A gestão democrática implica em planejamento coletivo. Para nós a democracia não é apenas um detalhe, uma palavra. Ela é um dos pilares da nossa proposta pedagógica e do nosso projeto de transformação social (CADERNO, Nº 6, 1996, p. 8).

Por intermédio dessa citação, e pelo exposto pelo documento do MST, Caderno de Educação nº 6, o planejamento é um processo que combina, participação com divisões de tarefas. Deste modo, o envolvimento dos integrantes do movimento na elaboração do planejamento é educativo por si só. “Pois quanto mais pessoas tiverem que esquentar a cabeça, para definir os rumos da escola, maior será o número de pessoas comprometidas com a prática de uma nova educação em nossas áreas de reforma agrária” (CADERNO, Nº 6, 1996, p.8).

Esse comprometimento perpassa pela sala de aula. Deste modo, para que ele se afirme e vá se enraizando na vida dos alfabetizandos, os planejamentos das aulas devem ser tratados com rigor pelos educadores, pois é a ponta do planejamento geral que toca diretamente na relação professor-aluno e que visa especificamente a produção de conhecimento, junto com a educação da pessoa humana. Por isso, o imprevisto e o espontaneísmo são fatais para o processo educativo. Como o planejamento das aulas é tarefa dos educadores, não impede que eles sejam elaborados em comum, com a participação de outras pessoas, inclusive os alunos, pois são os principais interessados.

Quanto à metodologia do MST, esta dá ênfase a três aspectos ao que tange às escolas de primeiro grau. Estes aspectos referem-se aos estudos a partir dos temas geradores, os quais buscam tornar a realidade concreta, tendo como ponto de partida o ensino. Com os temas geradores se busca “superar os conteúdos desatualizados, em vista de integrar as disciplinas em torno de um eixo comum, e, portanto, tornar o ensino mais atraente e significativo para os alunos” (CADERNO, Nº 6, 1996, p. 18).

No segundo aspecto, a relação entre a prática-teoria-prática, essa garante duas dimensões: que os alunos sejam estimulados a perceber como usam na prática social os

conhecimentos produzidos na escola. O segundo aspecto metodológico visa não só dizer, mas também o fazer, nas diversas dimensões da vida humana.

Por fim, o terceiro eixo metodológico refere-se à participação coletiva. A participação assegura aos alfabetizados a terem voz e vez na sala de aula, ou em outros lugares. Esse método instiga os educandos a perderem o medo de expressar suas opiniões. Por meio da participação coletiva se busca “ajudar os alunos a se assumirem como sujeitos que têm opiniões, posições, contestações, dúvidas e interrogações diante do que lhes é apresentado” (CADERNO, Nº 6, 1996, p. 18).

Quanto ao Caderno de Educação nº 7, esse trata da educação lúdica, ressalta as brincadeiras e jogos infantis como instrumento de educação. O interesse pela educação lúdica, segundo o Setor de Educação do MST, está no fato desta,

contribuir com o trabalho dos professores e educadores no enriquecimento de suas atividades recreativas e lúdicas das crianças, e mais, visa resgatar o valor e os espaços do brincar dentro da escola, em vista de fluir o imaginário, a fantasia, a iniciativa, a criatividade das crianças (CADERNO, Nº 7, 1996, p. 3).

Portanto, as brincadeiras apontadas nesse caderno surgiram como subsídios para construir um novo jeito de educar, bem como, servir para organizar o espaço do brincar. Acredita-se que é nesse espaço que se fortalecem os vínculos comuns, a sensibilidade, o relacionamento, a criatividade, o companheirismo. Isso faz, “a escola ser alegre, agradável e gostosa de ficar, estar e permanecer” (CADERNO, Nº 7, 1996, p.3), cujos reflexos têm incidências na vivência dentro dos acampamentos e assentamentos. Esses reflexos são visíveis a partir da entreajuda, o que fortalece a corresponsabilidade pela vida do outro.

Como a escola é esse lugar da sociabilidade, a organização desse espaço é de responsabilidade da comunidade e da própria escola. Cabe ao educador a tarefa de conduzir esse processo, em vista de fomentar, provocar e incentivar a comunidade e as crianças a tornar a sociabilidade real, devido ser importante para o pleno desenvolvimento dos educandos e para a formação de novas lideranças sociais.

Para que o desenvolvimento pleno dos educandos e a formação de novas lideranças sejam eficientes, o Caderno de Educação nº 8, trata dos princípios da educação do MST, conceitua-os como ideias/convicções, as quais são balizas, ou seja, marcos, referências para o trabalho educativo do MST. Nesse sentido, eles são o começo, o ponto de partida para as ações. No entanto, segundo esse Caderno, “eles não surgiram primeiro, ou seja, antes das práticas. Ao contrário, eles já são o resultado de práticas realizadas, das experiências que foram acumuladas

ao longo dos anos de trabalho” (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 4).

Estes princípios são classificados em pedagógicos e filosóficos, mas no fundo são interligados. Por isso, os princípios filosóficos referem-se

a visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, a sociedade, e ao que entendemos por educação. Remetem aos objetivos estratégicos do trabalho educativo do MST. Já os pedagógicos se referem ao jeito de pensar a educação, para concretizar os princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos chamando atenção que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. Ou seja, é diferente a prática pedagógica que acontece numa escola infantil de assentamento da que acontece num curso de segundo grau, mas os princípios filosóficos e pedagógicos são os mesmos (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 4-5).

Em relação aos princípios filosóficos, eles estão voltados à educação para a transformação social; ao trabalho, à cooperação, às dimensões humanas e aos valores humanistas e socialistas. E, por fim, estão voltados para um processo permanente de formação/ transformação humana. Quanto à educação voltada para a transformação social,

esta define o caráter da educação do MST, o qual é visto como um processo pedagógico que se assume como político visando a transformação da sociedade atual e a construção de uma nova ordem social, cujos os pilares principais sejam a justiça social, a democracia, e os valores humanistas (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 6).

Quanto à educação voltada para o trabalho e à cooperação, esta defende uma relação profunda que a escola e a educação devem ter com os desafios de seu tempo histórico. No caso das práticas educacionais que ocorrem no meio rural, “esta relação não pode desconsiderar a questão da luta pela reforma agrária e os desafios que coloca para a implantação de novas relações de produção no campo e na cidade” (CADERNO, Nº 8, 1996, p.7). Por isso, a cooperação é um elemento estratégico para esta educação que busca construir novas relações sociais.

No entanto, muitas vezes essa cooperação esbarra na herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo. É por esses entraves, que tendem a crescer no meio do MST, que se busca afirmar que necessitamos de uma,

formação voltada para a cultura da cooperação e para organização coletiva do trabalho [...], porque cada família tem que sofrer para resolver sozinha os problemas, que uma comunidade junta pode resolver com mais facilidade e em menos tempo (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 8).

No aspecto da educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana o Setor de Educação do MST a caracteriza como uma educação onilateral³⁹, ou seja, uma educação que opõe a educação unilateral. A palavra onilateral surge do pensamento de (Caderno, nº 8, 1996 p.8) “Marx que usava a expressão desenvolvimento onilateral do ser humano, para chamar a atenção de que uma práxis educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana” que o modo de produção capitalista prima por separar. Nas palavras de Frigotto,

esta perspectiva formativa exige uma escola unitária, a qual seja capaz de proporcionar uma qualificação humana com o “desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral” (FRIGOTTO, 2003, p. 31-32).

Por isso, a educação onilateral se opõe a uma educação unilateral⁴⁰, que se preocupa só com um lado ou dimensão da pessoa, em outras palavras departamentaliza a pessoa. Em geral significa que quando a “educação é unilateral ficam dimensões humanas sem trabalhar; tornando a pessoa poço de incoerências, ou seja, como trabalhador (a) é de um jeito, como militante é de outro” (CADERNO, Nº 8, 1996, p.8).

Diante dessas diferenciações, em relação à educação, o MST assume uma postura de onilateralidade, devido trabalhar as várias dimensões humanas de modo unitário, ou associativo, onde cada dimensão tenha uma simbiose com a outra, tendo como fundamento o meio social em que a ação humana acontece ou vai acontecer.

Quanto à educação para os valores humanistas/socialistas, este princípio visa formar um novo homem e uma nova mulher. Para que este novo homem e esta nova mulher renasçam, necessita-se que se rompa com os valores dominantes fundamentados no lucro e no individualismo. Para que este novo ser humano surja necessitamos:

contrapor aos valores dominantes do lucro e do individualismo, cultivando intencionalmente com nossos educandos novos valores denominados humanistas e socialistas, os quais colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado e sim como seres de relações sociais que visam a produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos neste processo (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 9).

³⁹ Pensamento que defende que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho.

⁴⁰ Refere-se a educação que se preocupa só com um lado, ou dimensão da pessoa, ou só com um lado de uma vez, só com o intelecto, ou só com as habilidades manuais, ou só com os aspectos morais, ou só com os políticos (CADERNO, Nº8, 1996, p.8).

Para que esses ideais se firmem é necessário levar em consideração o princípio de que a educação é um processo permanente para a transformação humana. É indispensável ter presente esse princípio e fortalecê-lo pelo seguinte motivo:

há uma carga ideológica que educou o povo para a inércia, a não mudança; por isso a educação que pretendemos é cada vez menos um processo espontâneo e mais um processo intencionalmente planejado e provocado [...], portanto, essa educação permanente não é obra apenas da inteligência, do pensamento; é também da afetividade, do sentimento. É esta combinação que precisa estar tanto no ato de educar, como no de ser educado” (CADERNO, Nº 8, 1996 p. 10).

Para suprir essa inércia e acomodação o MST, a partir do Setor de Educação, desenvolveu princípios metodológicos em vista de “educar os sujeitos para a ação transformadora” (CADERNO, Nº 8, 1996, p.11). Para que essa ação transformadora ocorra, o MST tem presente o princípio metodológico da relação entre teoria e prática, o qual, visa “superar a visão histórica de que a escola é apenas lugar de transmissão de conhecimentos teóricos que depois, fora dela, é que serão aplicados na prática” (CADERNO, Nº 8, 1996, p.11). Relacionar prática e teoria nos processos pedagógicos, na escola, implica organizar o currículo em torno de situações que exigem respostas práticas dos estudantes, respostas que só poderão ser dadas, se conseguirem relacionar o que encontram nos livros, com o meio em que vivem.

Para o Setor de Educação do MST, isso implica “em ensino que resulta em saberes teóricos; implica em capacitação que resulta em saberes práticos, ou seja, saber-fazer (habilidades, capacidades) e em saber - ser (comportamentos, atitudes, posicionamentos)” (CADERNO, Nº 8, 1996, p.12).

O MST usa a realidade como base para a produção de conhecimento porque nela estão os princípios metodológicos que ajudam na organização dos processos de ensino. A realidade é a base porque:

as questões da realidade são as que levam à construção do conhecimento, pois é dela que são extraídos os temas geradores, e porque são elas (realidades) que geram a necessidade de aprender [...], e mais, mostram-se facilitadoras da aprendizagem, [...], pois, conseguem a partir dos conhecimentos que os estudantes já tem ir ligando com novas informações, estudos e discussões da realidade nacional e internacional, o que facilita entender melhor a própria situação do assentamento (CADERNO, Nº 8, 1996, p. 14).

Além da realidade ser base para a educação dos integrantes do MST, nos princípios pedagógicos da organização aparece a educação para o trabalho e pelo trabalho, como princípio forte para a aprendizagem. Isto se justifica porque, na proposta de educação do MST, o trabalho

tem um valor fundamental, em virtude de ser “o trabalho que gera riqueza; que nos identifica como classe; e que é capaz de construir relações sociais comuns e também novas consciências coletivas e pessoais” (CADERNO, N° 8, 1996, p.15).

Para que esses princípios pedagógicos apontados acima se efetivem, o Setor de Educação do MST, tem como princípio a criação de coletivos pedagógicos e a formação permanente dos educadores. Se adota essa metodologia porque “sem uma coletividade de educadores e a constante atualização dos mesmos, não há um verdadeiro processo educativo, pois quem educa precisa se educar continuamente” (CADERNO, N° 8, 1996, p.22).

O Caderno de Educação n° 9, contribui com os Sem Terra e com os educadores que exercem suas atividades educacionais no campo, de modo especial nas áreas de reforma agrária. A preocupação do Setor de Educação a partir deste caderno é com a formação humana, da geração que é filha da luta pela terra e da história do MST. Por isso, se afirma que o MST tem uma pedagogia. A pedagogia é o jeito através do qual o MST vem formando o sujeito social Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte ou apenas observam de longe. Portanto, o princípio educativo desta pedagogia é o próprio MST. Por isso, ser Sem Terra é bem mais do que ser um trabalhador que não tem terra, ou mesmo luta por ela. Isto porque,

Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: Sem Terra e aos poucos não mais como circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo: somos Sem Terra do MST (CADERNO, N° 9, 1999, p. 5).

Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou se constitui como cultura, e que projeta mudanças no jeito de ser das pessoas e da sociedade. Cultivando valores humanistas, que se contrapõem aos valores anti-humanos que embasam a sociedade atual. É nesses cultivos dos valores humanistas que o MST se relaciona com a educação, pois a história do MST é a história de uma vasta obra educativa, isto por que:

A formação humana é a base Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Deste que foi criado, buscou transformar os desgarrados da terra e dos pobres de tudo em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. Por isso, dizem os Sem Terra, o MST é nossa grande escola (CADERNO, N° 9, 1999, p. 7).

Dessa forma, a educação dos integrantes do MST e a construção dessa grande escola começa com o enraizamento dos componentes da organização social MST, em uma coletividade, que não nega a sua história anterior, mas projeta um futuro que eles mesmos terão de construir. Por isso, “o coletivo, o comum não é um detalhe, é a raiz de nossa pedagogia, ou

seja, o jeito de conduzir a formação de um novo ser humano” (CADERNO, Nº 9, 1999, p.6).

Nesse sentido, a herança que o MST deixa para os seus é bem mais do que a terra, mas um novo jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo. Essa herança são os valores que fortalecem e dão identidades aos educadores e lutadores do povo de todos os tempos. Os quais estão na sua pedagogia da luta social, da organização coletiva, da história, da escolha e da alternância. Embora, o MST trabalhe estas pedagogias, segundo, o Setor de Educação

não quer dizer que o MST tenha inventado outra, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do movimento, os Sem Terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as pedagogias criadas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se filiar a uma delas o MST acaba pondo todas elas em movimento deixando que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas (CADERNO, Nº 9, 1999, p. 7).

Destas pedagogias que passaram por esse movimento estão as que guardam os valores do MST como: a pedagogia da luta social; a pedagogia da organização coletiva; a pedagogia da história; pedagogia da escolha e da alternância.

Ao que tange a pedagogia da luta social, esta surge do aprendizado de que, o que educa os Sem Terras é o próprio movimento da luta, suas contradições, conquistas e derrotas. A pedagogia da luta social visa educar o Sem Terra para uma postura diante da vida, ou seja, tomar posições frente às circunstâncias que não deixam fluir a dignidade humana. Essa pedagogia é importante porque,

educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de quem conquista algo com a luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favores. Que em vez de anunciar a desordem provocada pela exclusão como ordem estabelecida, e educar para a domesticação, subverte a desordem e reinventa a ordem a partir de valores que tenham a vida como um bem mais importante do que qualquer propriedade (CADERNO, Nº 9, 1999, p. 7).

A pedagogia da organização coletiva nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro. Por essa pedagogia o Sem Terra é um desenraizado, que cria raízes no acampamento a partir da vivência na organização e da percepção da necessidade de fazer parte do MST. Através dessas raízes os Sem Terra sentem-se parte de um mesmo projeto comum e membro de uma grande família, o que faz sentir orgulho de dizer ‘Somos Sem Terra, Somos MST!’ Essa convicção é fruto da cooperação e dos exemplos práticos que ocorrem dentro dos assentamentos que deram certo. Por exemplo: as novas relações de trabalho, o dividir as tarefas, o pensar no bem-estar do conjunto das famílias

e não de cada uma por si.

Deste modo, fica evidente que a educação desenvolvida pelo MST educa para novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes e ideias. Portanto, quando a escola tem uma educação fundamentada na construção coletiva do aprendizado, onde o próprio coletivo assume a responsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem, de emancipação não apenas de forma de cooperação, mas de uma nova visão de mundo, cujo pensar é o bem de todos e não apenas em si mesmo. Mas isto tudo, brota de uma opção, que o Setor de Educação do MST, denomina pedagogia da escolha. Esta pedagogia nasce dos múltiplos gestos e escolhas que os educandos e educadores e os demais seres humanos precisam fazer a cada instante. Por isso, se compreende que,

somos seres de escolhas e delas depende o rumo das nossas vidas e o processo histórico que estamos inseridos. As escolhas nem são apenas individuais e nem podem ser de um coletivo. Cada escolha é feita pela pessoa, movida por valores que são uma construção coletiva. Ser Sem Terra é uma escolha pessoal, pressionada por uma condição social objetiva e movida por valores que fazem a pessoa não se conformar com a situação de miséria. Estar num movimento com o MST é estar permanentemente sendo chamado a confirmar as escolhas já feitas e a fazer novas escolhas (CADERNO, Nº 9, 1999, p. 9).

Diante dessa citação, constata-se que há uma pedagogia da escolha à medida em que as pessoas se educam, se humanizam, ou quando exercitam as possibilidades de fazerem escolhas e refletirem sobre elas. Ou ainda, quando assumem a responsabilidade pelas próprias decisões, aprendendo a dominar os impulsos e as influências de grupos ou pessoas que tendem a desanimá-los.

Além desses aspectos significativos que a pedagogia da escolha apresenta, ela está em constante relação com a pedagogia da história, a qual, proporciona ao MST refletir as opções históricas assumidas pelos antecessores. A pedagogia da história nasce do cultivo da memória dos antepassados, da compreensão do sentido da história e da percepção de sermos parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. Portanto,

cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado, por isso da importância da mística. Através da mística do MST os Sem Terra celebram a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional [...] ao fazer uma ação simbólica em memória de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao movimento em algum lugar, é educar-se para sentir o passado como seu (CADERNO, Nº 9, 1999, p. 10).

É nesse sentido que a escola, para o MST, tem grande significado, resgata a memória do movimento, as lutas coletivas dos trabalhadores e contribui para que os integrantes do MST se descubram como sujeitos da história. Portanto, não tem como desenvolver a pedagogia da história sem compreender a história e o seu movimento. Por isso, da importância da escola como espaço de socialização dos conhecimentos e das experiências adquiridas.

Por fim, a pedagogia da alternância, surge do desejo de não cortar as raízes. É uma das pedagogias produzidas em escolas do campo que buscam integrar escola, família e a comunidade do educando, cuja finalidade é compartilhar as teorias pondo-as em prática no assentamento.

Essa pedagogia possibilita dois momentos complementares denominados: tempo escola e tempo comunidade. No tempo escola, os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que possibilitam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam das atividades, vivenciam e aprofundam valores. Quanto ao tempo da comunidade é o período em que os educandos realizam atividades de pesquisa de sua realidade, de registro desta experiência e trocam conhecimentos nos vários aspectos. Este tempo é acompanhado pela comunidade Sem Terra.

O Caderno de Educação nº10 aborda a educação religiosa, afirma que a religiosidade faz parte da educação do ser humano, em função dela ajudar a mover os lutadores do povo em favor da vida. Isto se justifica porque a “educação religiosa de raiz cristã está presente na resistência e no combate ao neoliberalismo e em sua idolatria do mercado” (CADERNO, Nº 10, 2000, p.5). Além disso, nesse Caderno de Educação do MST se afirma que a maioria dos integrantes deste movimento estão integrados a uma religiosidade cristã⁴¹.

A intenção desse caderno é mostrar aos integrantes do MST que a manifestação do sagrado se faz presente no cotidiano de suas vidas, quando estes buscam nos seus antepassados históricos inspirações para suas lutas cotidianas. Inspirados pela educação religiosa de tradição cristã e pelo legado dos antepassados, os Sem Terras deram-se conta que a terra é de todos e que infelizmente se tornou de alguns. Por isso, é necessária a sua partilha. Para que isso aconteça necessitam estar organizados e indignados com a situação, pois,

⁴¹ Embora se afirme isso, no MST há um grande respeito as demais denominações religiosas presente no movimento, prova disso são as manifestações que ocorrem no dia 21 de janeiro (Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa), em homenagem às vítimas da intolerância religiosa, de modo especial é lembrada a mãe de santo Gildásia dos Santos e Santos, Mãe Gilda, a qual, vítima de perseguição religiosa veio a falecer no dia 21 de janeiro de 2000 (SILVA, Hédio, 2022, s/p).

não basta se queixar contra a injustiça reinante. Não basta agir pela compaixão, socorrendo alguém isoladamente. É necessário intervir na realidade para mudar as regras do jogo, para mudar o jeito da sociedade funcionar (CADERNO, N° 10, 2000, p. 39).

Por essa citação fica evidente que a religião foi importante, especificamente a prática da Teologia da Libertação (nos espaços das CEBs e na orientação da CPT) que propiciou a mudança da perspectiva da espera da terra nos céus, para a organização da luta pela terra e conscientização dos camponeses. Ao propor a terra como bem natural concedido a todos os homens e não apenas a alguns, as CEBs e a CPT desempenharam um papel fundamental no questionamento da propriedade privada da terra e na reivindicação do acesso a ela para aqueles que dela eram excluídos.

Além desses organismos da Igreja auxiliarem na formação da consciência dos trabalhadores Sem Terra, a leitura da Bíblia ligada à realidade realizada nas CEBs, e à atualização dos textos bíblicos, como a história de Moisés; da terra prometida possibilitou a conscientização de que a mudança somente é possível quando se está organizado em torno de objetivos comuns. Logo, é possível pensar a religião (quando ela aparece de forma não fanática) como detentora também de um potencial subversivo, de crítica e questionamento, que pode fortalecer ação de indivíduos ou grupos contra a ideologia dominante.

A partir dessas afirmações que perpassam pelas entrelinhas desse Caderno de Educação n° 10, compreendemos que o núcleo central do MST, reside na afirmação que as mudanças das estruturas sociais podem ocorrer a partir da construção de ideais comuns pautados e iluminados pela mística, a qual recorda e atualiza a história dos antepassados, servindo de inspiração para as lutas do dia a dia. Portanto, nesse Caderno de Educação n° 10, o MST, quer afirmar que a luta desenvolvida pelo movimento, não é de hoje, vem dos antepassados, os quais procuraram na unidade superar as desigualdades, e que servem de modelo para os dias atuais.

Após descrever as ideias centrais que estão presentes em cada Caderno de Educação, no item a seguir, se busca refletir os pontos relevantes apresentados ao que tange à educação no MST, contidos nesses documentos elaborados pelo seu Setor de Educação.

3.3 REFLEXÕES SOBRE OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO DO MST

Desde o seu surgimento, e ao longo dos anos, o MST vem produzindo documentos relacionados a educação e outras áreas específicas. Quanto à educação, como salientamos, ela é vista como o fundamento desta organização social, pois não basta ter a posse da terra e as formas cooperativadas para sobreviver, se faz necessário a educação para gerir essas cooperações e negociar com os governantes as condições para permanecer na terra produzindo. Esta afirmação tem seu fundamento na atenção dada pelo MST em 1992, quando foram publicados os primeiros Cadernos de Educação, cuja base eram os Boletins de Educação⁴², os quais foram revistos pelo Setor de Educação passando a ser um novo texto de estudo sobre a concepção pedagógica do MST.

Esses materiais educacionais que se iniciaram nesse período, em 1992, são considerados documentos históricos que materializam as posturas e posicionamentos do MST, em relação ao processo educacional vigente. Explicitam os posicionamentos do MST, suas publicações, as quais são frutos das assembleias e encontros coletivos. Essas posturas coletivas na condução do processo formativo dos integrantes do MST, o caracteriza como uma organização social que prioriza a cooperação entre os integrantes e demais organizações sociais, o que demonstra, um grande apreço pelo comum, em suas tomadas de decisões. Isso se confirma porque:

as publicações principais do movimento resultaram de discussões ou encontros coletivos, característica extremamente condizente com os princípios gerais do movimento, que giram entorno de ideais sociais, democráticos, coletivos, colaborativos, cooperativos (PEREIRA, 2019 p. 39).

Como as publicações resultam das discussões coletivas, vão de encontro aos princípios do MST, da coletividade, cooperação, colaboração e participação. Por esses elementos visíveis no Caderno de Educação nº 1 do ano de 1992, constata-se desde o início a presença do Princípio Comum, através do enunciado ‘participação de todo o assentamento na preparação da proposta da escola que queremos’. No entanto, para que se efetive essa escola que queremos, o referido

⁴² Boletins de Educação são destinados principalmente ao público de educadores, dirigentes e comunidade acampada e assentada. Em geral os Cadernos de Educação trazem uma linguagem mais elaborada que aborda os temas de pertinência educativa com maior ênfase teórica, metodológica e pedagógica e, os boletins de educação destinados ao mesmo público, com a pretensão de ser ágil e dinâmico, objetivando contribuir na discussão da proposta de educação e subsidiar diretamente o trabalho dos educadores nas escolas, trazem em síntese a mesma problemática, porém didaticamente organizados para compreensão dos integrantes em geral (SILVA, 2015,p.40).

Caderno de Educação, aponta para a necessidade de se construir um currículo que leve em conta a realidade vivida coletivamente pelos Sem Terras.

Essa preocupação apontada pelo documento, bem como o envolvimento na elaboração das propostas educacionais, faz com que o MST se diferencie dos demais movimentos sociais, os quais buscam construir suas ações a partir da cúpula pensante, esquecendo-se da base que a sustenta.

O MST se distingue de outros movimentos sociais, pela sua capacidade de fazer com que pessoas excluídas da sociedade passem a ser lutadoras, se envolvam num processo de construção de novos significados para a sua realidade, [...] construindo novas relações sociais, onde prevaleçam a solidariedade, o respeito às diferenças, o companheirismo, entre outros (CALDART, 2001, p. 208).

Por meio deste Caderno de Educação nº 1, o objetivo do MST é criar uma escola voltada para a realidade dos educandos. Para que isso ocorra, o Setor de Educação do MST, aponta que as ações educativas precisam levar em consideração as relações entre o trabalho manual e intelectual, em vista de formar sujeitos capazes de transformar a realidade, por intermédio da relação teoria e prática, um dos fundamentos da educação do movimento.

Para construir essa relação na escola, o MST busca pela participação da coletividade. Para que esse envolvimento aconteça de modo satisfatório, a organização escolar proposta pelo MST considera que,

o educador não pode ser um mero espectador do processo educativo, ou um simples transmissor de informação, mas deve ser, antes de tudo, um educador e, como tal, precisa compartilhar a realidade vivida pelos alunos, como um grande interlocutor e articulador entre a escola e o que nela se ensina, e o cotidiano dos acampamentos e assentamentos. Nesse sentido, o educador tem o compromisso de contribuir para a construção de um conhecimento capaz de formar cidadãos e sujeitos militantes e responsáveis pela transformação coletiva da sua própria história (MACHADO, 2008, p. 174).

No Caderno de Educação nº 2, publicado no ano de 1993, se constata que este documento prioriza a alfabetização dos educandos. Essa alfabetização ocorre na relação entre os próprios educandos e educadores que, a partir da cooperação, colaboram no processo de aprendizagem um do outro. O que demonstra uma forte incidência das ideias freirianas, onde “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho” (FREIRE, 1987, p. 39), mas na relação com o outro.

Além dessa base teórica freiriana que é visível, o Caderno de Educação nº 2, orienta o educador sobre a melhor maneira de ensinar, indica que a alfabetização se dá na interação com a realidade vivida nos assentamentos e as problemáticas externas que incidem na vida dos

trabalhadores. Por outro lado, esse caderno sugere que a cooperação, no processo de alfabetização, deve se fazer presente, pois instiga os educadores a estabelecerem na alfabetização uma profunda relação entre a teoria e a prática em consonância com os conhecimentos prévios dos educandos, como forma de protagonizar o desenvolvimento da alfabetização.

Relacionando isso com a obra *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* constata-se uma relação profunda, porque a formação do integrante do MST perpassa por aquilo que Dardot e Laval (2017, p.616) entendem como “Princípio Político Comum que exige a participação coletiva numa mesma atividade, seja o fundamento de uma obrigação política, portanto, uma coatividade seja o fundamento da coobrigação”.

No MST essa declaração é central, pois o comum jamais se apresenta na forma de um esquema universal, pronto, ou pré-estabelecido, antes é produto de uma construção coletiva, que perpassa por todo o processo formativo do MST. Essa afirmação é visível em todos os Cadernos de Educação do MST. Por exemplo, voltando ao Caderno de Educação nº 1, a fundamentação do Princípio Político Comum, se dá na participação de todo o assentamento nas elaborações dos temas geradores para construir a escola que queremos.

Quanto à alfabetização, base do Caderno de Educação nº 2 e 3, o Princípio Político Comum, se faz presente nas entre ajudas dos educandos das diferentes séries, possibilitando aos mesmos experienciar antecipadamente, o que venha a ser a cooperação nas diversas instâncias do MST, como: nas ações solidárias desenvolvidas pelas cooperativas dos assentados, nos momentos da pós alfabetização (período em que os estudantes já sabem ler e escrever), através das cirandas culturais, onde o coletivo, educa o coletivo, por meio de debates de temas relevantes ao movimento e a sociedade.

Por essas colocações, se percebe que em todos os Cadernos de Educação do MST há uma unidade interna ligada pelos pilares da cooperação, coletividade, trabalho, participação e interação, que perpassam por todos os documentos do movimento, servindo de auxílio para os processos de orientação dos educandos, o que dá um tempero do que venha a ser o ideal de sociedade proposta pelo MST.

Com base nessas colocações feitas, fica evidente que estes Cadernos de Educação elaborados pelo Setor de Educação do MST, visam orientar e apontar propostas de superação ao modelo social vigente, que prioriza o individualismo. A justificativa para esta afirmação está nas propostas que provêm desses cadernos educacionais as quais,

buscam uma sociedade igualitária e cooperativa, visam o desenvolvimento de um sistema produtivo que gira em torno do trabalho e de relações de trabalho. Onde o trabalho é um elemento central e constitutivo do processo educativo e suas práticas. Onde a cooperação, e organização colaborativa é para gerar produtividade social por meio de relações de trabalho mais justas (PEREIRA, 2019, p. 42).

Contudo, ao comparar os Cadernos de Educação conforme a linha histórica do MST, se constata uma maturação nas suas publicações. Esse amadurecimento é visível a partir dos aspectos científicos, segundo Pereira (2019, p.44), com “o passar dos anos, os Cadernos de Educação se tornaram cada vez mais formalizados e acadêmicos, em certo sentido, o que parece ser uma tendência geral das publicações/documentos elaborados pelo MST”.

Essa constatação feita pelo autor é bem visível, ao observar os primeiros Cadernos de Educação. Constata-se inicialmente que estes se caracterizavam a partir de uma linguagem acessível, apresentavam imagens que ilustravam os conteúdos escritos e resumos importantes de cada caderno. No entanto, é somente a partir do Caderno de Educação nº 5, que há uma mudança significativa, as publicações tornam-se mais técnicas, com linguagem mais específicas, sem figuras, e com layout acadêmico.

Segundo Pereira (2019, p.43) “a materialização desta mudança pode não ser extremamente visível ou apelativa, pois há uma certa gradualidade nesta transição”, prova disso, é o cenário do desenvolvimento do MST, apresentado nos quadros de Dalmagro. Desse cenário podemos tirar algumas suposições que marcaram essas mudanças nos documentos do MST. Uma destas suposições é a maior participação acadêmica dentro do MST em momentos de discussões coletivas, pois (muitos cadernos são frutos desses momentos de encontros e discussões), o que refletiu nos documentos elaborados pelo MST.

A segunda hipótese, para essa mudança é a institucionalização pela qual passou o MST nos anos 90, a qual influenciou diretamente suas publicações, tornando-as mais formalizadas e próximas dos perfis das publicações acadêmicas.

No entanto, esse processo de institucionalização como de praxe, tende alinhar-se aos valores hierarquizantes que colaboram com a lógica do sistema capitalista. Porém, o MST, através de seus princípios e diretrizes subvertem esses valores da lógica do capital como é verificável no Caderno de Educação nº 8, o qual dá as bases para novas visões sociais do mundo, através de um pensar diferenciado em relação à humanidade, à sociedade e o novo jeito de compreender e fazer a educação.

O ideário diferenciado de educação, escola e sociedade defendido pelo MST, são embasados por meios dos princípios filosóficos e pedagógicos. Recebem o nome de princípios

filosóficos segundo Rodrigues (1999, p.108), porque “dizem respeito à visão de mundo, concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade e ao entendimento do que é educação, remetendo aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST”. E os denominados princípios pedagógicos segundo, Rodrigues (1999, p.109), “se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos”.

Quanto aos princípios filosóficos correspondem a: a) -Educação para a transformação social; b) - Educação para o trabalho e a cooperação; c) - Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; d) - Educação com/para valores humanistas e socialistas; e) - Educação como processo permanente de formação/transformação humana.

Por meio dessas orientações que fundamentam o aspecto filosófico da estratégia de formação dos educandos e educadores, os Sem Terra rompem com a concepção capitalista de homem, sociedade e educação. Já o pensar e fazer a educação estão fundamentados nos princípios pedagógicos, os quais correspondem: a)- Relação entre prática e teoria; b) - Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; c) - A realidade como base da produção do conhecimento; d) - Conteúdos formativos socialmente úteis; e) - Educação para o trabalho e pelo trabalho; f) - Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; g) - Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; h) - Vínculo orgânico entre educação e cultura; i) - Gestão democrática; j) - Auto-organização dos/das estudantes; l) - Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores / das educadoras; m) - Atitude e habilidade de pesquisa; n) - Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Através desse Caderno de Educação nº 8 se entende que esses princípios são fundamentais para a prática educativa, realizada ou que se pretende realizar, para a concretização do projeto educativo do MST.

Esse Caderno de Educação possibilita isto, porque a concepção de educação que surge desse documento, permite pensar uma educação diferente, não relacionada aos pressupostos da burocracia estatal, mas construída de forma participativa que envolve todos os educadores e integrantes do MST. É uma educação diferenciada porque este documento cria meios que garantem a formação inicial e continuada aos professores. E por ser também embasada nesses princípios, os quais possibilitam colocar a realidade como ponto de partida, onde a teoria e a prática caminham juntas, permitindo assim, a formação de sujeitos críticos e autônomos capazes de lutar para construir novas formas de organização da sociedade, mais justas para todos. Por esses apontamentos se constata que,

a educação no MST é um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam à transformação da sociedade atual, e à construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas (CADERNO, N° 8, 1997, p. 6).

Referindo-se ao Caderno de Educação n° 9, observa-se que este documento busca contribuir (com os Sem Terras e com os educadores que atuam nas áreas de reforma agrária) na organização de uma escola que possibilite os educandos a compreenderem a relação que existem entre o movimento de luta social e assentamento, sem desconsiderar a realidade, as decisões e construções coletivas e a auto-organização dos componentes do MST.

Para contribuir com os Sem Terras e educadores, o Caderno de Educação n° 9, através do coletivo de educação, apresenta várias formas de organizar a escola, as quais vão de encontro com a,

criação de grupos de atividades, brigadas de trabalho, coletivos pedagógicos, assembleia, conselho escolar, plenária, coordenação escolar. Todas as ações, espaços e tempos educativos devem ser planejados pelo coletivo, com avaliação coletiva, num ambiente educativo propício, com mística, exposição e compreensão dos símbolos do MST (D'AGOSTINI, 2009, p. 119).

Através dessa forma participativa adotada pelo MST, compreendemos que o próprio movimento educa os Sem Terra, os quais aprendem estando presentes, participando e conhecendo a sua história. Esse aprendizado acontece no engajamento coletivo que possibilita a transformação social, e cria novos valores que vão lapidando as relações interpessoais. Embora essa forma participativa adotada pelo MST possibilite a criação de novos valores, de novas bases nas relações humanas, a coletividade Sem Terra (ainda que na forma de ensaio, muitas vezes turbulento e conflituoso) busca viver novas relações, apesar das diferenças pessoais existentes em seu seio.

É por isso que o MST não apenas projeta relações humanas diferentes das burguesas, forja-as. Não apenas quer construir novos homens e mulheres, mas os forma a partir de valores humanistas. Para Camargo, *et al*, com base nesses valores,

o MST incentiva a discussão e a promoção de ações práticas voltadas para a adoção de valores humanistas e socialistas, dentre os quais destacam a solidariedade e a cooperação, que buscam valorizar o companheirismo, o afeto entre as pessoas, a comunhão, a partilha, o amor assim como a justiça social, e a dignidade a vida humana. (CAMARGO; *et al*, 2001, p. 45).

A partir da conceituação desses valores humanistas referendados por esses pesquisadores e apoiados em Caldart, (2000, p.199), pedagoga do movimento, entendemos que

o MST se constitui em um sujeito pedagógico, agente educador dos Sem Terra, uma vez que “atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem”. Essa intencionalidade pedagógica está expressa em seus objetivos, princípios, valores e no seu jeito de ser. Os quais são demonstrados no lutar pela terra, por reforma agrária, educação e por uma sociedade justa e fraterna. Segundo Caldart pela ação dos Trabalhadores Sem Terra, e a partir desses parâmetros,

acabam pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem ideias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país (CALDART, 2001, p. 210).

Através dessa colocação de Caldart se compreende a importância do Caderno de Educação nº 10, intitulado, ‘Ocupando a Bíblia’. A acuidade desse documento, está no fato da educação religiosa fazer parte da vida humana e também pelo fato de que a fé oriunda desse livro move os lutadores e lutadoras populares e os próprios integrantes do movimento, no processo de humanização em vista de melhores condições de vida. É por isso, que segundo Fabiano Coelho, (2004, p.89) “o MST retomou alguns discursos utilizados pelos agentes pastorais no campo nas décadas de 1970 e 1980, e que a realização da reforma agrária se configuraria em transformar a terra de Deus em terra de irmãos”.

Quanto ao Caderno de Educação nº 10, chama atenção o seu nome, no entanto, a intenção do MST, em ‘ocupar a Bíblia’ segundo Fabiano Coelho é:

fazer dos seus textos um instrumento de animação e estímulo para a libertação do povo e ao mesmo tempo, contribuir com a educação religiosa dos educadores que atuam em escolas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária em que o MST faz presente. Além disso, estes textos tem a finalidade de oferecer propostas de conteúdos e algumas recomendações didáticas para os professores (COELHO, 2004, p. 89).

A estrutura desse Caderno de Educação é constituída de seis partes, onde são tratados assuntos referentes ao Novo e Antigo Testamento. Dá-se prioridade aos temas relacionados à luta pela terra, à construção de uma nova sociedade e aos valores cristãos. No entanto, embora se cultive os valores cristãos que estão presentes na Bíblia cristã, há no MST um grande respeito pelas outras religiões, vigorando em seus acampamentos e assentamentos, o pluralismo

religioso. Exemplo disso foram as atividades realizadas pelo MST no dia 26 de novembro de 2017, conforme destacou na página do MST (<https://mst.org.br/2017/11/26>), o jornalista Leonardo Fernandes, o qual ressaltou as falas dos líderes religiosos entre eles (Frei Gilvander Moreira, Pastora Evangélica Sonia e a Mãe de Santo Cota Mafugeme), cujas alocações confirmam esse pluralismo vivido no MST.

Ao que tange a Mafugeme afirmou que quando a gente está nessa caminhada, nada mais pertinente que você se junte com os desiguais, com o diferente, para lá na frente sermos todos iguais. Frei Gilvander ressaltou a importância do cuidado com a terra. Para ele, o capitalismo, a mineração, são concretizações do ‘pecado’, pois destroem a ‘mãe terra’ e mina a capacidade de vida. Já na ótica da pastora Sônia, é preciso superar a intolerância usando do próprio Evangelho instrumento de combate ao ódio, à discriminação e o desrespeito. Nós estamos trocando então o nome tolerância religiosa para respeito entre as pessoas, e envolve diversas questões que temos que tratar e cuidar. E a mensagem de Cristo é exatamente isso, é vivenciar o amor, a tolerância, o respeito ao semelhante (FERNANDES, 2017, s/p).

Além desses aspectos relacionados ao respeito à diversidade religiosa, se constata que nesse Caderno de Educação há um elemento que une a todos, a ‘mística do êxodo’, ou seja, o episódio da organização do povo hebreu, quando este passou a se mobilizar, negociar e resistir em vista de possuir liberdade, terra e vida digna. Neste fato, está o fundamento da organização e a importância da religiosidade para MST. Se afirma isso devido a

educação religiosa fazer parte da educação integral do ser humano, pois os exemplos dos antepassados fazem com que os lutadores do povo se movam em favor da vida, resistindo e combatendo as forças do neoliberalismo e sua idolatria do mercado (CADERNO, Nº 10, 2000, p. 5).

Pela importância de fundamentar a certeza da vitória e por complementar os demais documentos, o Caderno de Educação nº 10, mostra aos integrantes do MST, independentemente da confissão religiosa que sigam, que a manifestação da mística dos antepassados se faz presente em suas vidas, serve de força e inspiração para as lutas e organizações no cotidiano.

Sendo assim, por mais que o MST tenha se tornado autônomo em relação à Igreja, fica evidente que não se distanciou do diálogo com os setores progressistas dessa instituição, bem como da Teologia da Libertação. E mais, se constata pelos dez Cadernos de Educação⁴³,

⁴³O total de Cadernos de Educação publicados pelo MST, são doze cadernos, conforme o (http://docvirt.com/docreader.net/webindex/WIBib/CDEM_BibILT-Boletins e Cadernos do MST), mas optamos por fazer uso de dez, Cadernos devido entender que o último como vimos, busca nas fontes históricas dos antepassados o fundamento para a forma de organização que o Movimento usa para fazer frente aos poderes estabelecidos.

estudados, que a ação educativa do MST parte da realidade, mas anterior a ela⁴⁴, há em seus documentos caminhos alternativos para as mudanças sociais, e um destes é a mística. Embora ela não apareça explicitamente em todos os Cadernos de Educação como arquitetávamos, ela se faz presente, servindo de inspiração para a luta e para manter-se organizados os Sem Terra enquanto sujeitos sociais.

Quanto ao conceito mística aparecer poucas vezes nos Cadernos de Educação do MST, o pesquisador Fabiano Coelho afirma que isso ocorreu devido:

as mudanças ocorridas na mística no intuito de servir a seu tempo e realidade específica. A mística para a organização do MST ganhou outros contornos em relação à mística praticada pela CPT. No movimento, essa prática foi sendo sistematizada privilegiando a dimensão política, mesmo que sua organização não retire dela o caráter de mistério, ou sua misteriosa capacidade de motivar e animar os sujeitos nas lutas. É atribuído à mística o seu sentido sócio-político, de almejar visões e convicções profundas, na qual deve sustentar a utopia e o projetar de uma sociedade diferente, conforme o entendimento do MST, por isso ela não se reduz apenas a encenações teatrais e conceitos (COELHO, 2010, p. 264).

A partir dessas afirmações de Coelho, se entende que a mística nos cadernos é expressa a partir de seus valores. Segundo o *Dossiê MST e Escola*,

os conteúdos da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade; é o companheirismo, a solidariedade, a resistência. O sonho de uma vida digna. O sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher. É a paixão que vai sendo construída pela causa do povo. A expressão ou a forma da mística pode ser um gesto, um símbolo, um grito, um canto, uma camiseta, uma reza, uma caminhada, um sacrifício. Mistura compromisso com alegria. Luta com festa. Tem mais força quando envolve a participação ativa de todo o grupo. Ter mística significa ser capaz de estremecer de emoção diante da bandeira do MST ou diante de mais uma terra conquistada. Sentir como sua a dor de um companheiro preso ou a alegria de sua libertação. A Escola que não trabalhe esta dimensão da educação estará sem um dos seus pilares, e por isso sua estrutura será frágil (DOSSIÊ, 2007, p. 47).

Através dessas colocações oriundas do Dossiê, a mística, dentro dos Cadernos de Educação do MST, compara-se como a ‘seiva na árvore’, não se vê ela em si, mas se conhece os seus efeitos. É por isso que se reafirma o que Peloso dizia (1998, p.8) “a mística é uma realidade que mais se vivencia do que se escreve sobre ela”, o que justifica implicidez, e seu pouco aparecimento desse conceito nos documentos do MST.

Pela análise realizada nos documentos do MST e o desenrolar de sua história, se constata que desde a sua origem, a mística é uma importante fonte para manter vivo o legado histórico

⁴⁴Afirma se isto, devido a mística da CPT se fazer presente desde as primeiras ocupações, posteriormente surgiu a necessidade da educação devido ao grande número de crianças que estavam em idade de alfabetização, e pelas exigências oriundas das negociações com os governantes.

do movimento, serve de inspiração para a organização de suas ações nos tempos atuais, como para a formação de seus integrantes. Por ser considerada importante, se afirma que a educação que surge da mística, acontece na realidade em que está inserido o movimento, a partir de uma constante simbiose entre teoria e prática. Isso se afirma, devido essa relação propiciar

processos na escola que possam organizar, tanto política como pedagogicamente, os conhecimentos sistematizados com o maior número que puder alcançar as práticas pedagógicas escolares. Dessa forma, a relação entre prática e teoria suscita, no ambiente escolar dos assentamentos e acampamentos do MST, uma organização mais eficiente e preocupada com a transformação dos/das educandos/as, dos/das educadores/as e de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar de um modo geral (FIGUEIREDO, 2020, p. 14).

Ainda, nesses documentos, se constata que a educação ocorre na relação entre os sujeitos, a partir da máxima freiriana (1987, p. 39) que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho”, mas na relação com os demais. Essas ideias são basilares no MST devido fundamentar a coletividade, e por ser segundo Dalmagro,

pela organização coletiva que se originam as conquistas, o trabalho, a terra, a alimentação [...], a força e o poder estão na união, no companheirismo, no coletivo. São mais pessoas pensando, portanto, as chances de errar são menores. A discussão e a decisão são democráticas, faz-se necessário respeitar os outros, suas ideias. Isso exige aprendizados de perseverança, companheirismo, coletividade (DALMAGRO, 2002, p. 77).

Através dessa afirmação da autora, fica evidente que a organização coletiva é um excelente componente para a formação dos assentados, porque propicia ao homem e a mulher, se construírem enquanto sujeitos históricos. Para Dalmagro (2002, p. 145) é “participando de uma coletividade, que os indivíduos se situam no tempo e no espaço, condição que o educa e o conforma como espécie humana, criando identidades”. Percorrendo por esse pensar Caldart, (2000, p.217), afirma que “quanto mais for enraizado em sua coletividade, os Sem Terras, mais poderão ser educados por ela.”

Quanto, à educação oferecida aos membros do MST, nos documentos analisados, se constata que ela se fundamenta a partir de um currículo diferenciado, onde a realidade é um dos elementos extraordinários para o aprendizado. É importante, porque desta realidade são tirados os temas geradores usados na educação dos componentes do MST.

A partir desses documentos analisados se constatou que a educação escolar é vista como um meio de formação da pessoa humana. Através dela as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se a si mesmas e ao mesmo tempo transformando a sociedade em

que vivem. É por isso que a educação está ligada a um projeto de sociedade, e é direcionada por uma concepção de mundo.

Por intermédio da análise desses Cadernos de Educação, compreendemos por educação, o processo de formação dos seres humanos, pelo qual as pessoas aprendem a conviver e inserir-se numa determinada sociedade, incorporando e modificando suas regras, ao mesmo tempo em que conformam e transformam a si mesmas, o que leva Figueira (1985, p. 15), afirmar ser este “o supremo ideal do processo educativo, fazer dos indivíduos membros da sociedade.”

Diante dessas constatações advindas dos Cadernos de Educação, procuro, na sequência desta pesquisa, tratar da constituição da escola do MST, a qual é um dos espaços e não o único⁴⁵, na ótica de Brandão, que se vivenciam esses ideais transformadores dos seres humanos que compõe o MST. Para esse intento busco olhar para os aspectos históricos que levaram a sua afirmação, assim, como as dificuldades enfrentadas para implantá-las junto aos assentamentos.

3.4 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DO MST

Desde o início da história da relação do MST com a escolarização, houve uma preocupação: que tipo de escola buscamos? Em todas as reuniões a discussão girava em torno do mote: ‘uma escola diferente’. Com esse adjetivo, acampados e assentados resumiam as suas críticas à escola que conheciam: seja aquela em que tinham estudado, seja aquela que seus filhos já tinham frequentado antes da luta pela terra junto aos acampamentos.

O adjetivo, ‘uma escola diferente’ expressa algo díspar. Os Sem Terra buscavam uma escola que criasse antídotos contra a inércia, a acomodação, a morosidade, a burocracia e a submissão. Por isso, nessa história da constituição da escola, duas questões surgiram e acabaram sendo a base para a elaboração da proposta pedagógica do movimento: O que queremos com as escolas dos assentamentos? E como fazer a escola que queremos? Estas duas questões sintetizam a preocupação e a história das escolas do MST, que apresentaremos nos quadros a seguir:

⁴⁵ Esta afirmação se justifica porque todos os atos realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são formativos.

Quadro 3 – Primeiro Período-Constituição da questão escolar no MST

CONCEPÇÕES: NECESSIDADE DA ESCOLA E ESCOLA COMO NECESSIDADE DA LUTA			
MST/CONTEXTO	ANO	ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/DOCUMENTOS
Período de constituição do MST	1979	Primeiras ocupações de terras	
	1980	Primeiras atividades com crianças	
	1982	Primeira escola construída em assentamento	
	1984	Fundação do MST e legalização da primeira escola em assentamento.	
Foco: acesso à terra e criar e consolidar o Movimento	1985	Início das discussões no MST sobre a educação e escola.	
	1986	Primeira escola oficializada em assentamento.	
	1987	Realização do primeiro encontro nacional de educação.	
	1988	Organização oficial do Setor de Educação.	
Lema: “Terra para quem nela trabalha”.	1989	III Encontro nacional de educação primeiras discussões sobre a campanha nacional de alfabetização de jovens e adultos.	
	1990	Curso do magistério na Fundep. Início das Cirandas Infantis	Caldart. R; Shaab.B. Nossa luta é nossa escola. 1990.
	1991	Campanha Nacional de Alfabetização	Caderno de Formação 18: O que queremos com as escolas de assentamentos (MST, 1990).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A partir dos fatos históricos registrados neste quadro 3, se observa que marcando o fim da ditadura, acontece a primeira ocupação de terra em 1979, no Estado do Rio Grande do Sul, junto as Fazendas Brilhante e Macali. No entanto, as primeiras atividades educacionais com as crianças acampadas começam a ser realizadas em 1980, em Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul. Neste contexto as primeiras ocupações eram realizadas sem muita articulação, e dependiam da efervescência da questão social do campo e da conjuntura de cada local, bem como do apoio da Comissão da Pastoral da Terra-CPT.

De 1982 e 1983 surge, entre os focos de ocupação, uma articulação que culminou com a fundação do MST em janeiro de 1984. A partir desse período entra em uma nova fase a luta pela reforma agrária, caracterizada pela busca da legitimação das ocupações e pela legalização das escolas criadas nas áreas de conflitos agrários.

A luta por escola, unida à luta pela terra nesse período mudou consideravelmente, as histórias das lutas do MST. Compreendeu-se que não bastava lutar pela terra, era necessário criar condições para se permanecer na terra e continuar a luta. Junto com essa guinada histórica nasceu a preocupação com as crianças em idade escolar: o que fazer com elas? Essa aflição

surgiu da constatação da existência de um grande número de crianças em idade escolar estarem fora da escola.

Para suprir essa demanda foram realizadas em 1980, as primeiras atividades com crianças, cujo objetivo não era trabalhar a dimensão escolar, mas ajudar a compreender a situação em que viviam; ocupar-lhes o tempo e repassar informações básicas e as noções de alfabetização. Portanto, a partir desse registro histórico se constata que a educação dos Sem Terra, nasce nos acampamentos e se prolongará nos assentamentos a partir de 1985-86.

A partir dessas datas, o início das atividades educacionais junto aos assentamentos está fundamentado por duas concepções de escola: a ‘necessidade da escola’ e a ‘escola como necessidade de luta’. Ao que tange a primeira concepção, esta é vista como um meio para se alcançar os bens culturais produzidos socialmente. A segunda concepção vincula-se às questões políticas, como a transformação social e as mudanças na escola. No entanto, essas duas visões de escola, no período das primeiras ocupações, (1979-1980) se misturam, havendo o predomínio de uma ou de outra em cada acampamento de acordo com o estágio de luta de cada local.

Em 1988 é constituído o Setor de Educação do MST, vinculado às escolas de 1^a à 4^a série do Ensino Fundamental, mais tarde se ampliou para as séries subsequentes. Mas é no final dos anos de 1980, que a escola se articula mais fortemente com a luta dos Sem Terra, gerando uma espécie de simbiose entre a escola, os propósitos do MST e a realização da Reforma Agrária. Isso se confirmou nos escritos de 1990-91, onde a escola passou a ser considerada um importante instrumento de luta do MST. Deste modo, os conflitos agrários passaram a ser tratados na escola, cujos desafios estavam em vincular o conhecimento ao processo educacional de organização dos assentamentos, às formas de trabalho e organização.

Nesse período da constituição da questão escolar no MST são marcantes a obra *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire e as experiências de educação popular. Essas referências pedagógicas ajudaram na alfabetização dos jovens e adultos nos acampamentos, assim como as obras de Pistrak e Kurspkaya, foram usadas na formação dos educadores. No entanto, predominou a base freiriana devido à proximidade geográfica, política e pedagógica em relação as obras russas.

Os princípios pedagógicos, nesse primeiro período, estavam centrados no trabalho, na organização coletiva e na integração escola e assentamento. Esses princípios eram vistos como fundamentais para a educação, pois propiciavam a formação integral das crianças e as experiências democráticas.

Através desses apontamentos que sintetizam esse quadro 3 temos as bases iniciais da proposta de educação escolar do MST, que se consolidará no momento seguinte, conforme nos apresenta o quadro 4.

Quadro 4 – Segundo Período: Consolidação da proposta de escola no MST

CONCEPÇÕES: ESCOLAS DE ASSENTAMENTO / ESCOLA DE TRABALHO			
MST/CONTEXTO	ANO	ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/DOCUMENTOS
Consolidação e nacionalização do movimento.	1992	V Encontro Nacional de Professores de escola de assentamentos, em parceria com outras instituições. Realizam-se grupos de trabalhos (oficinas).	Boletim de Educação 1: Como deve ser a escola de um assentamento (MST,1992a). Caderno de Educação 1: Como fazer a escola que queremos (MST, 1992 b).
	1993	Início do curso técnico em administração de cooperativas.	A importância da prática na aprendizagem das crianças (MST, 1993).
Foco: Desenvolvimento dos assentamentos e cooperação.	1994	I-Encontro dos Sem Terrinha- RS.	Boletim de Educação 4: Escola, Trabalho e cooperação (MST,1994) Diversos cadernos do EJA.
Lema: “Ocupar, Resistir e Produzir!”	1995	Inauguração do Iterra. MST recebe Prêmio Itaú-Unicef pelo trabalho na educação.	Boletim de educação 5: O trabalho e a coletividade na educação (Makarenko, apud MST,1995). Texto: ensino de 5ª a 8ª série em áreas de assentamento (MST,1995 b).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Conforme Dalmagro (2017, p.788), o período de 1992-1995 foi a “fase da consolidação do MST nacionalmente. Isso teve grandes reflexos a ponto de acontecer a estruturação dos assentamentos. Em 1990 já eram 730 assentamentos, com mais de cem mil famílias assentadas em cinco milhões de hectares”. Esta estruturação ocorreu graças a coletividade criada em 1990 a partir dos Sistemas de Cooperativas dos Assentados-SCA, as quais ajudaram na elaboração de convênios de assistência técnica, o que auxiliou na estruturação e desenvolvimento dos assentamentos.

O II Congresso Nacional do MST, com lema: ‘ocupar, resistir e produzir’, reafirmou a principal forma de luta, a ocupação e a resistência ao governo Collor que combatia fortemente o MST e suas ações. Esse congresso apontou novos caminhos, a partir da organização coletiva, em razão de ser uma forma de possibilitar o aumento da produção nos assentamentos e fortalecer o desenvolvimento das ações que estavam ocorrendo nas áreas conquistadas. Segundo Dalmagro (2017, p.789) “em 1992 já se contavam mais de vinte cooperativas e em

1994 eram 53, com 7 centrais estaduais e centenas de associações”. O que assegurou o caminho a ser seguido para o desenvolvimento dos assentamentos, embora ocorressem alguns problemas internos como veremos adiante.

Nesse período o Setor de Educação deu atenção especial às séries iniciais do Ensino Fundamental, estendendo-se lentamente para as séries finais, a ponto de, em 1995, as séries finais terem um Caderno de Educação específico. Já a educação infantil em 1990, foi integrada ao trabalho do Setor de Educação, mas lentamente, enquanto que as ações do EJA foram fortalecidas.

O acompanhamento das escolas, nesse período, foi intenso, com inúmeras atividades de capacitação dos educadores, a ponto de muitos professores aderirem a luta do MST, rendendo ao mesmo, em 1995 o Prêmio Itaú-Unicef, pelo trabalho educacional realizado. Quando recebeu este prêmio em 1995, segundo Dalmagro, (2017, p.789) o “MST contava com 750 escolas, 35 mil crianças estudando e 1400 educadores”.

A produção teórica em torno da escola, no período acima referenciado foi enorme, conforme o quadro 4. Para facilitar o entendimento da proposta escolar dos assentamentos foi elaborado o Boletim de Educação nº1, (MST, 1992, p.2) centrado em três pilares “o trabalho agropecuário, o conhecimento científico da realidade (escolarização), e o amor pela luta (formação dos militantes)”. Para Dalmagro (2017, p.789), “de todos os documentos escritos desse período, ganha destaque o Boletim nº 4, Escola, Trabalho e Cooperação do MST”, por focar na escola de assentamento.

Esse documento foi uma resposta, do campo educacional, às dificuldades crescentes de organização do trabalho e da cooperação nos assentamentos. É por isso que este documento apresenta a escola como um instrumento capaz de responder os desafios da organização coletiva, bem como auxiliar na organização e na produção dos assentamentos.

Quanto ao trabalho, um dos pilares da proposta educacional do MST, o Boletim nº 4 afirma que a escola deve estar ligada à realidade, ser ativa na solução dos problemas que surgem ao seu redor e, que eduque em vista do comum. Este Boletim trata ainda, da importância de trazer o trabalho para dentro da escola, por ser um elemento capaz de alterar a lógica da escola, e contribuir para tornar as atividades das crianças e dos assentamentos mais educativas. Entende-se que “[...] se a escola conseguir proporcionar aos alunos uma experiência real de trabalho produtivo socialmente dividido, ela estará alterando ou educando a verdadeira consciência ou mentalidade coletiva” (MST, 1994, p.9). Por isso, não é qualquer trabalho que deve estar presente na escola, mas aquele que mistura cooperação com democracia.

Quadro 5 –Terceiro período: Da escola à educação no MST

CONCEPÇÕES: PEDAGOGIA DO MST E EDUCAÇÃO NO CAMPO			
MST/CONTEXTO	ANO	ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/DOCUMENTOS
Auge da luta do MST: marcha à Brasília	1996	Convênio entre entidades ligadas ao MST e MEC para alfabetização de adultos.	Caderno de Educação 8: Princípios da Educação no MST (MST, 1996).
Massacre de Eldorado dos Carajás e participação nos temas sociais mais amplos.		Aprovação da Escola Itinerante no RS.	
Oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso	1997	I-ENERA- Encontro Nacional dos Educadores das áreas de reforma agrária.	
“Reforma Agrária: Uma luta de todos!”	1998	1ª Conferência Nacional de educação do Campo. Encontro Nacional dos Educadores de EJA em Recife. Manifestação dos Sem Terrinhas em todo o país. Criação do PRONERA 1º Curso de Pedagogia da Terra-UNIJUI-RS	
“Reforma Agrária por um país sem latifúndio!”	1999	Tese de Caldart: “Pedagogia do Movimento Sem Terra”. Novos cursos de Pedagogia da Terra. 1º Encontro Nacional de Educadores do Ensino Fundamental	Caderno de Educação 9: Como Fazemos a Escola de Ensino Fundamental (MST, 1999).
	2000	Parcerias com 50 universidades para a realização de diversos cursos. V congresso nacional do MST.	

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Neste cenário apresentado no quadro 5, constata que o MST passou por muitas dificuldades, mas por sua capacidade organizativa e mobilizadora, foi conquistando apoios dos setores organizados da classe trabalhadora, sindicatos, associações populares e outros movimentos, como Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB e Comissão Pastoral da Terra- CPT.

Por isso, no III Congresso Nacional realizado em 1995, o MST expressou que a reforma agrária é uma luta de todos, e que depende do apoio e organização do conjunto da população para que ela aconteça. Por esta visão mobilizadora em vista da redistribuição da terra e por ser

contrário as políticas de privatizações sugeridas pelo sistema neoliberal, o MST foi muito perseguido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com o V Congresso realizado no ano 2000, com o lema: Reforma Agrária por um Brasil Sem Latifúndio, o MST, pensa a nação desde o campo. Para pensar e criar alternativas que possibilitem o desenvolvimento sustentável da nação, criou em 1995 o ITERRA-Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, na cidade de Veranópolis-RS, que consiste em ser um espaço de formação e ampliação das experiências educativas do MST. Em vista dessa formação cada vez mais qualificada, o MST fez várias parcerias com Universidades, entre elas a UNIJUÍ-RS, com o intuito de fortalecer a formação e a capacitação pedagógica de seus educadores. Neste período criou-se o PRONERA-Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária, política pública do governo federal que visa promover ações educativas nas regiões de reforma agrária a partir de cursos voltados para a realidade do campo, através de uma gestão participativa e compartilhada.

Na educação, de modo especial no Caderno de Educação nº 8, Princípios da Educação no MST (1996), se percebe que o trabalho do setor educacional se expandiu para além da escola primária de acampamento e assentamento. A noção de escola alargou-se, incluiu-se o nível médio, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, os cursos técnicos e a formação de educadores como uma das suas preocupações.

Essa preocupação com a educação se deu por dois motivos: primeiro, o reconhecimento explícito de que a educação no MST precisa contribuir com as lutas de classes “[...] uma educação que se organiza, que seleciona conteúdos, que cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político da classe trabalhadora” (MST, 1996, p. 6). O outro motivo, para a expansão e preocupação com a educação, é o fato dela ser um direito de todos. Como a educação é um direito de todos, em 2003 durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, criou-se um grupo de trabalho sobre a educação do campo, com olhar para cultura, o trabalho e os sujeitos do campo.

Esta guinada aconteceu graças a tese de Caldart, sobre a pedagogia do MST, a qual afirmou que o movimento tem uma pedagogia, um modo próprio de educar os sujeitos. Essa pedagogia pesquisada por Caldart será a grande orientadora dos debates e proposições do Setor de Educação, a ponto de dar bases ao Caderno de Educação nº9: Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental (MST, 1999), e ao Boletim da Educação nº 8: Pedagogia do Movimento Sem Terra (MST, 2001).

No Caderno de Educação de 1999, ‘Como Fazemos a Escola de Ensino Fundamental’, mostra que a escola é um espaço onde as reflexões sobre a pedagogia do MST devem ser realizadas, extraindo-se dela “[...] as lições de pedagogia que permitem fazer (e transformar), em cada escola, o movimento pedagógico que está no processo de formação da identidade dos sujeitos Sem Terra, como também na formação dos sujeitos humanos, de modo geral” (CADERNO, Nº 9, 1999, p.6). Portanto, no Caderno de Educação nº 9 do MST e no seu Boletim de Educação nº 8 a escola é concebida como uma

[...] oficina de formação humana, cujo [...] processo de desenvolvimento humano acontece de modo intencionalmente planejado, conduzido e refletido para isso. Sendo assim, se faz necessário [...] planejar estratégias pedagógicas diversas, em vista dos diferentes aprendizados que compõem o complexo processo de formação humana. (MST, BOLETIM DE EDUCAÇÃO, Nº 8, 2002, p. 48).

Através desse quadro podemos compreender como foi acontecendo o desenvolvimento, a expansão da escola e o amadurecimento da proposta de educação do MST e suas dificuldades iniciais. No quadro a seguir, veremos que estas dificuldades se acirraram, devido às questões defendidas pelo MST não serem levado a sério pelo governo, o que levou a massificação e a crise da escola.

Quadro 6 – Quarto período: A massificação e crise da escola

CONCEPÇÃO: TODO O SEM TERRA ESTUDANDO			
MST/CONTEXTO	ANO	ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/DOCUMENTOS
Eleição de Lula.	2001		Os desafios do Setor de Educação. In: Construindo Caminho (MST, 2001).
Políticas de governos, sem avanços nas questões essenciais			Boletim da Educação 8: Pedagogia do Movimento Sem Terra (MST, 2001 a).
Criminalização do MST	2004	2ª Conferência Nacional de Educação do Campo.	
	2005	Coordenação Nacional do MST discute a Educação no Movimento.	Síntese da Discussão da Coordenação Nacional (MST, 2005). Caderno de Educação 13: Dossiê MST Escola (MST, 2005 a)

Lema: “Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio!”	2006	Seminário Nacional de Educação Média.	Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre a Educação Básica de Nível Médio (MST,2006).
--	------	---------------------------------------	---

Fonte: o autor (2022).

O período anterior, apresentado no quadro 5, expressou o auge da luta política alcançada pelo MST, embora enfrentasse perseguições e certas dificuldades internas na organização dos assentamentos. O período retratado no quadro 6, se caracteriza pela massificação, crise da escola e a diminuição das ações em vista da reforma agrária entre as organizações de esquerda. É um período de grande perseguição ao MST, com intensos ataques onde a imprensa escrita e falada criminaliza suas ações. Estes ataques diários nos meios de comunicações, produziram muitas indiferenças e omissões por parte de alguns setores da população para com o MST, o que refletiu nas ações em prol da reforma agrária.

Ao que tange ao governo de Luís Inácio Lula da Silva, suas ações foram pautadas pela diminuição dos ataques as organizações dos trabalhadores, e contou com essas organizações nas esferas administrativas de seu governo. Porém, a pauta principal do MST não foi atendida plenamente, como se esperava nos aspectos referentes a realização de assentamentos, política agrícola, assistência técnica, educação e luta contra os transgênicos. Ao contrário, durante seu governo, Lula, revelou-se grande entusiasta da revolução verde⁴⁶ e do agronegócio⁴⁷. Segundo Dalmagro, se observou que no período do governo popular os,

setores organizados da classe trabalhadora viram sua condição regredir como as centrais sindicais que perderam o que havia de radicalidade na ação. O MST que já há alguns anos articulava sua ação com os setores de esquerda urbana e do conjunto do país, depara-se com um contexto de refluxo das organizações, embora ocorresse essas frustrações, nas áreas sociais, ampliou os programas beneficiando as áreas educacionais e produtivas. (DALMAGRO, 2017, p. 795).4

⁴⁶ A Revolução Verde refere-se ao modo como os países vencedores da 2ª Guerra e as indústrias de armamentos buscaram alternativas para manter os grandes lucros obtidos no período do conflito. Encontrou-se na agricultura uma maneira de empregar todos os serviços tecnológicos desenvolvidos na guerra para manter a atuação no mercado, com a revolução verde passou-se a aplicar na agricultura o conjunto de produtos utilizados na guerra: os materiais explosivos, transformaram em adubos químicos; os gases mortais em agrotóxicos e os tanques em tratores. A revolução verde tem alguns pilares: grandes monocultivos em latifúndios, mecanização pesada, uso intensivo da química e controle com defensivos de ponta a ponta da produção (GÓRGEN, 2008, p.13).

⁴⁷ Derivado do fenômeno de proporção mundial conhecido como Revolução Verde, o agronegócio pode ser definido como a conjugação de grandes propriedades rurais dedicadas à monocultura, com a utilização de alta tecnologia, mecanização e pouca mão-de-obra. Com o uso intensivo de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas, o agrotóxico visa à exportação da produção, que varia entre soja, cana, café, algodão, laranja, cacau, e inclui também a pecuária intensiva. Segundo Banco Mundial, o Brasil dispõe de 150 a 200 milhões de hectares de terra possíveis de serem exploradas pelo agronegócio (GÓRGEN, 2008, p.14).

Quanto às áreas educacionais, o quadro 6, mostra que o MST ampliou as ações educativas, a ponto de ter em 2004 em suas áreas de assentamentos segundo Dalmagro, (2017, p.797) “1800 escolas, 160 mil crianças estudando, cinco mil educadores. Na educação infantil tinha-se em torno de 500 educadores e na Educação de Jovens e Adultos mais de 30 mil estudantes”. Isso revela que o objetivo do MST está sendo atingido, demonstrando assim, sua força mobilizadora no campo educacional. Contudo, apesar dessa força, haviam escolas de assentamentos, extremamente submetidas aos governos municipais, contavam com um quadro de professores extremamente rotativo e pouco dispostos a mudar o trabalho pedagógico.

Esse contexto gerou muita preocupação no MST, que estava ocupado com outras áreas de ação, como nos aponta o *Dossiê MST e a Escola*, publicado em 2005, o qual afirma que,

nos últimos anos o Setor de Educação esteve voltado para outros campos e avalia-se que é o momento de voltar a discutir com a base o que se quer com as escolas dos assentamentos e quais as tarefas da escola na formação dos Sem Terra (MOVIMENTO SEM TERRA, 2005. p. 5).

Diante dessa problemática em torno da não mudança do trabalho pedagógico, veremos que o MST reagirá de forma contundente, retomando as questões referentes as suas escolas. Por isso, no período retratado no quadro seguinte, se mostrará quais foram as ações utilizadas para fazer frente essa constatação elencada no *Dossiê MST e a Escola*.

Quadro 7 – Quinto período: Retomada das elaborações sobre a escola

CONCEPÇÃO: PEDAGOGIA SOCIALISTA E EDUCAÇÃO PÚBLICA			
MST/CONTEXTO	ANO	ACONTECIMENTOS	PUBLICAÇÕES/DOCUMENTOS
Governos de Lula e Dilma, MST é base de apoio a estes governos.	2007	Seminário de Educação Profissional da Região Sul. Oficina de Elaboração Pedagógica: Trabalho e Educação. I Seminário “O lugar da Infância no MST”. Criação das Licenciaturas em Educação no Campo.	Programa de Reforma Agrária (MST, 2007). Relatório do Seminário sobre Educação Profissional. (ITERRA, 2007). Oficina de Elaboração Pedagógica: Sistematização (MST,2007a).
	2008	Seminário: “O MST e a Escola”	Relatório do Seminário: O MST e a Escola (MST,2008).
Refluxos na luta por reforma agrária. Paralisação das políticas de assentamentos.	2010		Caldart. R. (org). Caminhos para a transformação da escola I: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do campo (Expressão Popular, 2010).
	2011	Início do curso de especialização: Marxismo e Educação” com a EPSJV-RJ.	Caderno da Infância n°.1: Educação da Infância Sem Terra: orientações para o trabalho de base (MST, 2011).

<p>Enfrentamento com o agronegócio e o capital internacional.</p> <p>Lema:</p> <p>“Por Justiça Social e Soberania Popular!” e “Lutar, construir reforma agrária popular!”</p>	2013		Plano de Estudos das Escolas Itinerantes MST-PR (MST, 2013).
	2014	Seminário Nacional sobre os Complexos de Estudos. II Seminário “O lugar da Infância no MST”.	Boletim de Educação n°.12, Edição Especial II ENERA (MST, 2014 a).
	2015	II ENERA	<p>Caldart, R. Stedille, M. e Daros, D (org). Caminhos para a transformação da escola 2:educação camponesa, educação politécnica e escolas do campo. (Expressão Popular, 2015).</p> <p>Sapelli, M., Freitas, L.C.E.</p> <p>Caldart, R. (org). Caminhos para a transformação da escola 3: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo. (Expressão Popular, 2015).</p> <p>Boletim de educação nº13: Alimentação Saudável: Um desafio para todos (MST, 2015).</p>
	2016	Jornada Cultural sobre Alimentação Saudável.	

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O período retratado no quadro 7, situa-se a partir do segundo mandato do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Consta-se que as políticas em andamentos retrocederam. Na análise do MST, o quadro político era adverso às lutas históricas dos trabalhadores, como a questão da reforma agrária.

A partir dessa realidade oposta as suas causas defendidas, o MST passou a atuar em duas frentes: internamente, buscou fortalecer a organicidade dos assentamentos, realizou formação política e técnica da base e multiplicou os seus militantes. Em âmbito externo ampliou as relações com os setores urbanos promovendo a politização e a inter-relação com as organizações existentes da classe trabalhadora e incentivou a criação de novos movimentos para envolver os setores desorganizados da sociedade.

As duas frentes firmadas atestam que esse período descrito nesse quadro foi de intensa mobilização e pressão popular, para se avançar nas conquistas dos trabalhadores. Da parte do MST, sua relação com os estados e governo se caracterizou pela combinação entre mobilização com negociação. Isso significa que, enquanto a base se mantém organizada a outra parte realiza as negociações com o governo, apoiada pela mobilização popular.

Os documentos publicados nesse período, revelam a necessidade de pressionar o Estado para que amplie o nível do ensino ofertado e melhore as escolas existentes nos assentamentos. Por outro lado, afirmam que a escola precisa estar em sintonia com a luta do MST, devido o estudo ser considerado uma dimensão fundamental para os avanços das lutas por reforma

agrária. Nesse sentido, insiste Dalmagro (2017, p.802) que “todo o Sem Terra deve estar estudando, das crianças aos idosos, da base aos dirigentes, seja na EJA, na escola formal, nas cirandas infantis, em cursos informais, nas universidades, todos devem buscar se qualificar”.

Com a intenção de qualificar as lutas através da educação, foram promovidos dois seminários intitulados *Infância Sem Terra*, nos anos de 2007 e 2009. Ainda, foram criadas publicações como: *Revista Sem Terrinha* e o *Jornal Sem Terrinha*. E em vista da formação dos componentes do MST, em 2007, se realizaram oficinas de elaborações pedagógicas e o seminário *O MST e a Escola* no ano de 2008.

Com todos esses eventos um novo elemento passou a integrar o debate educacional do MST: a *Pedagogia Socialista Russa*, a partir das obras de Pistrak (2009, 2015) e Shulgin (2013), traduzidas pelo professor Dr. Luís Carlos de Freitas da UNICAMP e publicadas pela Editora Expressão Popular. Por meio dessa pedagogia se possibilitou uma visão mais aprofundada e articulada da escola. Para Dalmagro (2017, p. 803), isso significou um “avanço qualitativo na concepção de escola, o qual se deve ao fortalecimento da teoria materialista histórico-dialética e da Pedagogia Socialista no interior do Setor de Educação do MST”.

No entanto, foi no II ENERA, realizado em 2015, que entraram em discussão as teorias dos pensadores russos, as quais vieram fortalecer a preocupação com a educação pública e a luta contra as forças privatizantes e mercadológicas do ensino. Nisso se evidencia que a educação no MST é um tema importante para essa organização social. Essa questão é tão significativa que no debate educacional se busca assegurar proposta de uma escola pública, classista e de perspectiva socialista, portadora de um conteúdo que não podem ser absorvidos pelo sistema e escolas burguesas.

Nesse interim, é necessário destacar ainda a perspectiva agroecológica desenvolvida junto ao MST, a qual tem sua presença garantida junto as áreas educativas de suas escolas. Se no início dos anos de 1990 o assunto era a educação para cooperação dos assentamentos, a partir desse período será a questão agroecológica. Se dá ênfase à agroecologia devido ela ser para o Setor de Produção do MST uma saída alternativa à produção do campo. Por isso,

a agroecologia aparece como um ponto comum entre as escolas ligadas ao MST, possuindo potencial para articular os conhecimentos da área das ciências sociais e naturais, o que está em consonância com os experimentos atualmente em curso, consistindo ainda em orientação para diversos cursos profissionalizantes. Isto se traduziu em um Boletim de Educação Especial e na realização de uma Jornada sobre Alimentação Saudável em 2016, tema que ganha a sociedade e a formação escolar no movimento (DALMAGRO, 2017, p. 804).

Na síntese desse quadro se evidencia, uma retomada na produção coletiva do MST acerca da escola, com aprofundamento e novas formulações. Se observou que este debate ajudou muitas escolas, e animou os trabalhos desenvolvidos. Porém, ao que tange aos assentamentos e acampamentos, o desafio é grande para organizá-los, devido ao elevado número de escolas e campos de atuação.

Se constata ainda, que a crise pela qual passa a esquerda brasileira e as dificuldades na organização popular, afetam o MST, sendo desafios que precisam ser encarados de frente para que a proposta educacional encontre materialidade e sem falar que existem dentro do movimento dificuldades ao que tange ao comum em sua essência.

A partir dessa síntese do percurso do MST, ao longo da história, que passa pela sua fundação à implantação da educação como ferramenta para transformação social, no capítulo a seguir aborda-se os empecilhos que ocorrem entre os integrantes do MST ao que tange ao Princípio Comum. Trata-se desse princípio, porque desde a fundação do MST, deu as razões para sua existência enquanto movimento social e por este movimento ser uma organização social que visa a cooperação, o qual apregoa o seguinte:

O MST dá ênfase à educação para a cooperação, uma vez que se faz necessário construir novas relações de trabalho não mais pautadas pelo individualismo, mas no trabalho coletivo e na união dos trabalhadores do campo para a conquista de melhores condições de vida no meio rural. O MST se destaca pela importância dada a cooperação. Pois não são as formas de produção e de trabalho pautadas pela exploração que devem ser cultivadas, mas as formas que auxiliem na consolidação de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural (DALMAGRO, 2002, p. 49).

Por esta afirmação de Dalmagro, fica evidente que o MST aposta no comum visto que este princípio possibilita a elevação do nível da consciência social do camponês e propicia uma vivência social mais humana, o que faz do Princípio Comum um meio de se avançar da agricultura tradicional e individual, em direção a um novo camponês capacitado e organizado coletivamente, para fazer frente ao sistema vigente.

Diante desses ideais defendidos pelo movimento ao longo de sua história, olha-se para o Princípio Comum de Dardot e Laval, devido ser uma proposta contundente para fazer frente ao sistema neoliberal, que insiste em influenciar os integrantes do MST a fragmentar-se. E também, por ser uma ideia incisiva que compromete a todos os membros do movimento a interagirem pelo viés da cooperação e da democracia participativa em vista de fazer frente aos descaminhos apregoados pelo sistema neoliberal que busca individualizar para dominar.

Como o Princípio Político Comum é um aporte possível para reverter essa situação explana-se no capítulo a seguir, a possível proposta para superação dos ideais que fundamentam o individualismo vivido na sociedade e que refletem no MST. Usa-se da proposta dessa obra pelo fato dela nos mostrar que existem alternativas ao capitalismo, mesmo que pareçam impossíveis.

O porvir parece estar em suspenso. Vivemos um momento estranho, desesperante e inquietante, em que nada parece possível. O porquê não tem nenhum mistério; não se deve a nenhuma eternidade do capitalismo, mas sim ao fato de que ele não enfrentou ainda obstáculos suficientes que o supere (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15).

Como este sistema não enfrentou obstáculos suficientes para ser superado, a superação proposta vem das organizações populares e da produção de novas práticas, como a alteração dos modos de atuação dos indivíduos no mundo, sem se deixar seduzir ou cooptar por esse sistema que prima pelo individualismo em detrimento ao comum. Portanto, a superação nesse sentido, perpassa por uma revolução. Segundo Dardot e Laval (2017, p.656), “não uma revolução civil, ou derramamento de sangue, como muitos pensam, mas pela autotransformação da sociedade, a partir das mudanças das organizações sociais”.

Como a possível superação do sistema vigente perpassa por estes quesitos, olha-se no capítulo seguinte, para o MST, organização social, que busca a partir da revolução desenhada por Dardot e Laval, apontar caminhos alternativos, em vista do comum.

4 O PRINCÍPIO COMUM DE DARDOT E LAVAL NO MST

4.1 O CONCEITO DE COMUM EM DARDOT E LAVAL

Pierre Dardot⁴⁸ e Cristian Laval⁴⁹ autores que fundamentam essa pesquisa possuem obras importantes para reinterpretar a realidade contemporânea. Entre elas se destacam *A Nova Razão do Mundo e O Comum*, as quais complementam uma a outra. Na obra *A Nova Razão do Mundo*, apresenta-se uma crítica ao modelo neoliberal, que está em voga na sociedade atual. Para esses autores, em suas análises feitas, afirmam que esse modelo neoliberal valoriza a competição, onde o poder econômico, o vencer e tornar-se bem-sucedido é a palavra de ordem. Para isso não importam os meios para alcançar tais objetivos. Conforme a máxima “os fins justificam os meios” direcionam à forma do pensamento moderno e da nova ciência.

Enquanto a *Nova Razão do Mundo* prioriza a crítica ao modelo neoliberal, em tom de continuidade ao raciocínio, a obra *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI* tenta esboçar uma possível saída, no entanto, os leitores não encontrarão no decorrer da obra uma solução pronta. A obra se aproxima muito mais de uma tentativa de desconstrução do que construir uma solução que supere o modelo vigente, dessa forma cabe perguntar: O que seria esse comum para os autores? Referindo-se ao comum de Dardot e Laval, Costa e Souza, salientam que:

Laval e Dardot não acreditam na ideia de comum apenas como uma área comunal, mas, como um princípio, um verbo e uma metodologia de ação. Revelam que a dualidade entre público e privado é problemática, pois deixa o comum, entendido como um ambiente de todos [...]. Para eles, nenhuma das duas soluções (privado ou estatal) é aceitável, pois a privatização exclui a possibilidade de uso coletivo e a estatização socialista mostrou-se como um afastamento burocrático da população desses ambientes. Seria necessário construir um sistema onde regeria o princípio da cooperação, da coorganização e da autogestão, onde o por em comum seria princípio e construção coletiva. (COSTA; SOUZA, 2018, p. 202).

⁴⁸ Pierre Dardot é filósofo e pesquisador da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, especialista no pensamento de Marx e Hegel. Desde 2004, com Christian Laval, coordena o grupo de estudos e pesquisa Question Marx, que procura contribuir com a renovação do pensamento crítico.

⁴⁹ Christian Laval é professor de sociologia da universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense. É autor de *L’Homme économique: Essai sur les racines du néolibéralisme* (Gallimard, 2007) e também de um volume de história da sociologia, *L’ambition sociologique* (Gallimard, 2012). Após *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval publicaram juntos *Marx*, prénom: Karl (Gallimard, 2012) e *Commun: Essai sur la révolution au XXI e siècle* (La Découverte, 2014). Atualmente estão escrevendo sobre a radicalização do neoliberalismo após a crise de 2008.

Por essa afirmação de Costa e Souza, a definição do Princípio Comum é entendida como um ‘por em comum’ e não um retorno ao passado ou as ideias de áreas comunais. Deste modo, para a construção desse princípio se faz necessária uma administração, não técnica, ou representativa, devido levar a absorção do comum pelo Estado. A solução apontada pelos autores, seria a autogerência do comum por meio da ideia de ‘agir comum’. Sendo assim, o comum seria o princípio da gerência do espaço, por pessoas que agem em comum e interagem pela cooperação, coorganização e coogestão do espaço. Portanto, o comum não é mais um espaço comunal, de todos e para todos, e nem uma palavra de ordem, mas um princípio, pois qualquer outro entendimento seria apenas progressista ou revisionista, não revolucionário.

Como princípio, segundo Dardot e Laval, (2017, p.616) “o comum exige que a participação [coletiva] numa mesma atividade seja o fundamento da obrigação política, portanto que a coatividade (sic) seja o fundamento da coobrigação”.

Essa afirmação é pontual devido o comum não se apresentar na forma universal, mas antes é produto de uma construção política coletiva, base importante para criar instituições (sociais, políticas, econômicas e jurídicas) que façam oposição entre o novo direito de uso e o direito de propriedade, e estabeleça aquilo que não pode ser apropriado privadamente. Sendo assim, o Princípio Político do Comum é segundo Dardot e Laval (2017, p. 619) “uma norma de inapropriabilidade⁵⁰”.

Para criar essa norma é necessário refundar as relações sociais segundo o princípio de que,

a práxis instituinte [irá] determinar o que é inapropriável. Com a efetivação do comum na esfera jurídica, e com a criação de um novo direito daquilo que é inapropriável estatal ou privadamente, o comum precisa ser estabelecido nas esferas social, política e econômica, isto porque, os autores entendem que o *comum é um princípio político* que tem vocação a prevalecer tanto na esfera social como na esfera da política pública (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 619-20).

Nesse sentido, se evidencia que existem comuns sociais e comuns políticos. O comum político tem a missão de administrar o bem comum nos seus diferentes níveis que vão desde os locais ao mundial. Na esfera econômica, o comum é construído mediante a criação da empresa comum através da emancipação do trabalho dos sujeitos envolvidos no processo laboral. Para Dardot e Laval (2017, p. 519), “somente será possível liberar o trabalho do domínio do capital se a empresa se tornar uma instituição da sociedade democrática e deixar de ser uma ilha de

⁵⁰ Inapropriável não é aquilo do qual ninguém pode se apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação é impossível, mas aquilo do qual ninguém *deve* se apropriar, isto é, aquilo cuja apropriação não é permitida porque deve ser reservado ao uso comum (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 482).

autocracia patronal e acionária”.

Embora afirme-se isso, não significa que terá uma ruptura total nas relações de produção e nas relações sociais de produção, como pretendia as ideias marxistas. Para os autores em questão, a revolução do comum não é a criação de um novo modo de produção e muito menos a superação da propriedade privada e, sim, o predomínio da empresa comum na economia. É por isso, que na obra *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, esse comum é compreendido como um processo democrático, construído coletivamente e fundamentado pela democracia participativa. A partir dessa colocação, o conceito comum se apresenta associado à luta anti neoliberal e conectado à ideia de que é necessário reconstruir a democracia. Nesse sentido se observa que,

Dardot e Laval em *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, são expoentes desse pensamento: o *comum* é menos uma invenção conceitual e mais uma fórmula encontrada pelos movimentos sociais de se opor à apropriação privada de todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Não é o ressurgimento do comunismo estatista, mas sim a emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo (SILVEIRA; SAZONI, 2018, p. 09).

Por intermédio desta afirmação e dos exemplos abordados em defesa da democracia, da gestão comunitária e da não privatização dos recursos naturais, se entende que:

O comum tal como o compreendemos significa sobretudo o autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Está, portanto, enraizado na tradição política da democracia, em especial a experiência grega (LAVAL; DARDOT, 2015, p. 519).

Deste modo, para a dupla francesa, o comum não pode ser visto pela dimensão micro, mas como algo que atravessa todos os níveis do espaço social, do local ao global, visto que o neoliberalismo têm como aspectos centrais o empoderamento individual, e o individualismo econômico. Ao fundamentar esse ideal do macro, onde o comum atravessa todos os espaços, em entrevista concedida a revista da Universidade do Vale dos Sinos, Dardot e Laval afirmam que,

no comum existe a ideia de fazer juntos, de constituir a verdadeira democracia e de produzir coisas que sejam destinadas a todos [...], remete-nos a novas possibilidades de agir coletivamente nas condições de convivência. É um princípio político que serve como eixo para todos aqueles que lutam contra o neoliberalismo e a favor de uma democracia baseada na ideia de que devemos obedecer apenas às regras que coletivamente decidimos (IHU, 2018, s/p).

Portanto, fica evidente que para os pesquisadores franceses o conceito comum, não é uma mera invenção, mas uma possível resposta dada pelos movimentos sociais às apropriações de todas as esferas da sociedade, particularmente dos meios culturais e da vida. E mais, tal denominação não é uma espécie de ressurgimento do comunismo, como muitos pensam, mas uma maneira de opor-se ao sistema, capitalista neoliberal que busca individualizar para dominar.

Por essas colocações apresentadas se constata que esta obra *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, de Dardot e Laval, é de suma importância para a sociedade atual, devido contribuir, refletir e apresentar aos compromissados com as lutas democráticas contemporâneas possíveis caminhos para a implantação desses ideais comuns.

4.2 CAMINHOS PARA O COMUM

Por intermédio dessas colocações, se percebe que Dardot e Laval através de sua obra, *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*, possibilita-nos um conjunto de reflexões que nos levam a pensar além das limitações impostas pelo neoliberalismo. Essas reflexões abrem possibilidades, caminhos para instituímos uma nova realidade por meio de atividades coletivas, tendo como eixo central de suas ações o Princípio do Comum, como princípio político alternativo para a sociedade.

Para que isso ocorra, não se pode descuidar segundo Trombetta e Luce (2021, p.1269) que “a ação humana prática é sempre uma atividade com o outro, que envolve cooperação e reciprocidade. O comum não é um bem ou objeto sujeito à vontade individual ou uma virtude que possa ser compartilhada”. O Princípio Político Comum deriva de uma atividade prática das pessoas engajadas na mesma tarefa de produzirem comuns, logo,

somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a esta atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe ‘universalidade’, só pode tratar-se de uma universalidade prática [...] O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define o novo regime de lutas em escala mundial (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53-54).

Como a sociedade moderna caracteriza-se por um déficit nas alteridades, sejam elas humanas ou sociais, ignora-se a ideia do comum, pois os sujeitos que a compõem, mergulhados no relativo, têm cada um sua própria ideia sobre o comum, só o concebe em termos de gosto pelo bem-estar, que mais divide do que une e, com isso, destrói a comunidade.

Para reconstruir esse caminho, é necessário que se recorra a afirmação citada acima de Dardot e Laval (2017, p.53-54) e ter presente os seus dizeres (2017, p.9-10) que o comum é um “Princípio Político, porque a política é a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e ação decorrentes dessa atividade coletiva”. Compreender isso é estar ciente de que a participação política se faz ao mesmo tempo obrigação e atividade. Pois, é da obrigação que surge o agir comum, e se fortalece na aliança coletiva de construir as próprias regras de suas atividades. Deste modo, Trombetta e Luce (2021, p.1269) afirmam, “o comum não é um objeto, está aquém de qualquer objetivação. Ele é o princípio que move a busca pelo bem comum em vista de fortalecer a comunidade rompendo assim, com os ideais privatizantes”. Portanto, para que se dilacere com essas ideias privatizantes se faz necessário, que a educação deixe de ser insumo para a competitividade capitalista, e os professores conscientes de suas responsabilidades, reflitam criticamente os interesses apregoados pelo mercado. Relacionando isso ao MST, Vargas afirma,

Tornar consciente e reflexivo esse processo é um dos grandes desafios pedagógicos do MST, e uma das razões de qualificar cada vez mais as atividades específicas de educação. Sem isso, os novos sujeitos sociais não conseguirão tornar-se sujeitos políticos, capazes de efetivamente fazer diferença no desenrolar das lutas de classe e na construção de um novo projeto de humanidade, pautado no Princípio Comum. Não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos (VARGAS, 2018, p. 154).

Quanto à educação e à formação de professores desenvolvida pelo MST, por meio das perspectivas de Dardot, Laval e Vargas, ficam evidentes que ambas não podem ser geradas por um processo individual e apropriável como sugere a cartilha do sistema neoliberal, que foca o processo político no indivíduo por meio de estratégias de governo como o gerencialismo.

Para fazer frente a essas ideias neoliberais, Dardot e Laval (2017, p.10) sugerem que precisamos levar em consideração que “a obrigação política procede inteiramente do agir comum”. Deste modo, um espaço comum, como a educação, jamais pode ser apropriado por interesses privados, deve ser reservado ao interesse comum. Portanto, se pretendemos superar o neoliberalismo e construir possibilidades de existência para além do egoísmo social e da negação da solidariedade, precisamos saber que,

[...] temos que desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir da experimentação e das lutas do presente. O Princípio Comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto de relações sociais [...] precisamos trabalhar por uma outra razão do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016. p. 9).

Como o Princípio Político Comum provém dos movimentos e das lutas contra a racionalidade instrumental e homogeneizante do sistema neoliberal, o comum se torna um espaço aberto para a diferença e para unir os movimentos que buscam afirmar suas identidades, seja de gênero, raça/etnia, sexualidade entre outras, para construir as relações em outras bases. No entanto, Dardot e Laval não acreditam que se possa confrontar a razão neoliberal, que é uma estrutura social total, apenas com movimentos identitários. O caminho proposto por eles direciona para uma nova ordem constituída pela criação de instituições políticas destinadas a subverter a estrutura da sociedade. Para os autores um projeto dessa magnitude e natureza,

só pode ser concebido se for articulado a práticas de natureza muito diversas, isto é, econômicas, sociais, políticas e culturais. Se acabarem por despontar suficientes linhas de forças comuns, graças aos atores dessas práticas, poderá cristalizar-se uma “significação imaginária” que dê sentido àquilo que até então parecia não passar de ações ou posicionamentos dispersos, dispares ou até mesmo marginais (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 614-615).

Em vista de construir esse projeto de grande envergadura emergiram vários movimentos que colocaram a imaginação política para trabalhar, fizeram forte resistência às ideias neoliberais mostrando ‘um outro mundo é possível’. Quanto à educação, se nota um forte movimento de oposição às tentativas de controlá-la mediante mecanismos gerencialistas e negacionistas de sua função pública comum, para transformá-la em mercadoria.

Na vasta teia dos comprometidos com esses ideais estão os movimentos sociais. Entre eles está o MST que, por meio de seu processo formativo e de sua educação inserida na realidade, busca vivenciar essas experiências propostas pelos autores em questão, fazendo do Princípio Político Comum sua base, pelo fato deste princípio ser uma possível saída para a superação ao modelo neoliberal que prima pelo lucro e o individualismo. No entanto, fica latente o seguinte: esta ideia do comum “de fazer juntos, de constituir a verdadeira democracia, de lutar contra o neoliberalismo (IHU 2018)” é vivenciado no MST? Seus integrantes aderiram a essa proposta, ou os ideais apregoados pelo sistema neoliberal insistem em permanecer nas ações de seus membros?

4.3 O COMUM NO MST

Na busca por respostas à instigante questão, neste tópico, se almeja tratar das relações que ocorrem dentro do MST. Para quem o observa de fora ou tem acesso aos seus materiais publicados, compreende que o movimento procura, a partir do trabalho coletivo e da formação dos seus integrantes, construir novas alteridades humanas e sociais em vista de superar os ideais individualistas que estão impregnados na sociedade atual e que queiram ou não, refletem dentro do MST impedindo-o muitas vezes deste avançar na direção do Princípio Político Comum proposto por Dardot e Laval, em sua obra *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*.

No entanto, como toda a organização social tem seus limites e deficiências, se constatam certas dificuldades relacionadas às vivências desses princípios apontados pelos autores, no cumprimento dos princípios organizativos do MST⁵¹, que direcionam às ações do movimento, fazendo dos acampamentos e assentamentos expressões de resistências.

Nesse sentido, os fatores que levam aos afastamentos desses princípios estão relacionados às questões hierárquicas, de poder e submissão dos trabalhadores que buscam, a partir do movimento, participar do processo das lutas por terra e educação.

Esses problemas enfrentados pelo MST surgiram desde as primeiras ocupações e da constituição dos acampamentos, pois as famílias foram divididas em pequenos grupos, as quais tinham a incumbência de escolher o seu coordenador, para fazer parte da coordenação geral do acampamento. No entanto, com o passar do tempo, este coordenador escolhido, instruído por uma liderança influente do movimento, tinha a responsabilidade de organizar o acampamento fazendo-o ter vida. O problema dessa escolha, não está no fato em si, na escolha, mas no apadrinhamento. Haja visto que esses coordenadores de grupos serem sempre convidados a participar dos cursos de formação promovidos pelo Setor de Educação do MST.

Essa postura, centrada no apadrinhamento, ou no gerencialismo, nos dizeres de Dardot e Laval, se difere do projeto educacional e da pedagogia propagada pelo MST. Divergem porque as ações do movimento se fundam na democracia participativa, na cooperação e na solidariedade. Atributos estes que consolidam uma nova perspectiva social diferenciada da proposta neoliberal. Para Morissawa (2001, p.200), seguir a proposta fundante do movimento

⁵¹ Estes princípios se fundamentam na organização coletiva, na divisão de tarefas, na disciplina (no sentido de respeitar as decisões das instancias), no estudo e formação de quadros; na luta de massa (sendo este princípio que altera a correlação de forças na sociedade) e por fim, no princípio da vinculação permanente da dirigência com as famílias acampadas e assentadas integrantes do movimento (CERICATO, 2008, p.14).

“divisão de responsabilidades, democracia participativa e direção coletiva” é possibilitar aos integrantes irem além das propostas vigentes pela sociedade neoliberal, que busca fundamentar o individualismo e a submissão de uns sobre os outros.

O não cumprimento desses princípios da democracia participativa e da coletividade, no caso das escolhas dos coordenadores, é transportar para dentro dos acampamentos e assentamentos, os modelos estratificados da sociedade neoliberal vigente. Para Turatti (1994, p.14) “foi isso que gerou a estratificação dos acampamentos (semelhante ao modelo social vigente, combatida pelo MST em seus documentos)” por serem esses (coordenadores) os privilegiados com as formações além do que é proposto pelo movimento. Na ótica da autora,

essa militância que vai sendo formada estabelece uma relação mais próxima com o líder formal e é incentivada por este a distinguir-se dos demais, usando de sua autoridade. Os “demais”, todos os outros Sem Terras que não ocupam uma atividade de destaque e de maior responsabilidade dentro do acampamento, suas participações restringem-se aos revezamentos na segurança do acampamento e a atividades extras para as quais são esporadicamente convocados (TURATTI, 1999, p. 15).

Diante dessas situações de descasos e exclusões dos processos principais do MST, Turatti (1999, p13), afirma que “os militantes do segundo escalão, que participam nas condições de delegados, têm maiores oportunidades de se integrarem solidamente ao movimento”, isso ocorre em virtude do poder de convencimento ideológico suscitado nos demais integrantes e indivíduos que os rodeiam, nas mais diferentes realidades que circulam. No entanto, esses problemas relacionais apresentados pela autora, que se fazem presentes nos acampamentos no instante em que os Sem Terras recebem a terra, essa mesma problemática se desloca para os assentamentos, continuando assim as relações estratificadas no MST.

Por terem essas características, as relações de poder dentro dos assentamentos, são hierarquizadas, influenciando na estruturação do organograma do movimento, onde se visualiza que as relações de poder entre dirigentes e as bases são verticalizadas.

Por essas características constatadas, essas relações de poder diferem do pensamento de Dardot e Laval (2017, p.616), que sustentam que “o comum exige que a participação seja coletiva numa mesma atividade [...]”, e não uma participação aparente, ou representativa.

Além dessas verticalizações presentes se constata ainda certos privilégios dentro do movimento, frutos da estratificação iniciada na organização dos acampamentos. Turatti, ao tratar dessa problemática no XXIII Encontro Anual da ANPOCS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, que aconteceu em Caxambu, MG, no ano 1999, afirmou que há exclusivismos dentro do MST, provenientes dessa estratificação. Para justificar

a existência desses individualismos no cotidiano do movimento afirmou que,

No almoxarifado, local onde se guardam os alimentos e roupas doados para o acampamento e destinados à divisão entre todos, revela um tipo de privilégio tolerado pela liderança, uma espécie de compadrio rural distorcido, no qual os responsáveis por cuidar do almoxarifado aproveitam-se da tarefa e do livre-acesso aos bens coletivos para escolher o que há de melhor nas doações e repassar as suas aquisições para sua família, parentes ou amigos mais próximos (TURATTI, 1999, p. 15).

Por meio dessa ação de beneficiar a família e os amigos mais próximos com o acúmulo de mais alimentos do que o determinado, mostra que existe o incesto social⁵² dentro do movimento, que gera em muitas ocasiões brigas, desconfianças, furtos, ou ciúmes devido o vizinho conseguir algo a mais no almoxarifado. Para essas situações vividas há uma explicação, segundo Marshal Sahlins:

As pessoas ajudam umas às outras como podem no momento de escassez (...) No entanto, se a escassez se revela prolongada e severa, a estrutura de solidariedade pode ser incapaz de suportar a pressão: na crise final o grupo doméstico acentua seus interesses próprios e pessoas que tinham compartilhado comida nas primeiras fases do desastre apresentam agora indiferença para com a situação dos outros, usam da barganha, roubos etc. (SAHLINS, 1970, p. 133).

Esses problemas que ocorrem nos acampamentos advêm das dificuldades do dia a dia, ou das contradições existentes nas relações cotidianas entre os acampados, frutos das desavenças pessoais, ou por cargos representativos, os quais, dão afirmação e prestígios frente aos demais integrantes. Deste modo, fica evidente que os conflitos que surgiram no início do processo de formação dos acampamentos afetam a dinâmica dos assentamentos. Nogueira, referindo-se a esses problemas afirmou que,

essas tensões refletem nos trabalhos agrícolas desenvolvidos nos assentamentos [...], geram disputas pelo poder que acaba dificultando o diálogo democrático, como forma de organização social gerando assim, autoritarismos entre as lideranças e seus comandados (NOGUEIRA, 2007, p. 39).

Como a formação do MST, direciona para o comum, expresso nos dizeres do Caderno nº 3 (1994, p.25) o coletivo educa o coletivo”, contradiz com os ideais individualistas e autoritários. No entanto, embora tenha-se essa máxima, o individualismo reina entre alguns

⁵² Segundo Lévi-Strauss, o incesto social é o “ato do homem ou da mulher (...) comer em segredo os pratos de cerimônia sem oferecer uma parte deles aos seus parentes, geraria em seus parentes próximos sentimentos que poderiam ser (...) de ironia, de zombaria, desgosto, desprezo e mesmo eventualmente cólera (STRAUSS, 1976, p.98).

integrantes do movimento, especialmente no que diz respeito ao ideal de ser dono de um pedaço de chão ou de ter uma renda melhor que os outros junto às cooperativas dos assentados.

Uma das justificativas recorrentes para esse individualismo relaciona-se ao fato dos assentados temerem a reestruturação das relações de dominação às quais eles estavam submetidos no passado. Deste modo, compreende-se que os conflitos que surgem dentro do MST, vêm desse medo e das práticas pouco democráticas por parte de alguns líderes do movimento, adotadas quanto à organização dos assentamentos. Navarro, referindo-se a esta questão salienta que,

ao instituir um formato organizativo que é pouco democrático, em seus processos decisórios e em relação à transparência e à responsabilização dos atos e iniciativas, o movimento precisou, cada vez mais, adotar comportamentos autoritários, de mando, nas relações entre seus dirigentes e as famílias rurais pobres que procura recrutar, as quais são objeto de frequentes manipulações, abusivas e intimidatórias. (NAVARRO, 2003, s/p).

Turatti em seu artigo (1999, p.17), ao tratar dos autoritarismos e manipulações que ocorrem por parte de algumas lideranças que coordenam os setores dentro do movimento, salienta que apesar dessas dificuldades vividas pelos assentados prevalece a ideia de que se “sair do assentamento se traduz uma volta ao nada”. A partir dessa concepção, muitos integrantes se sujeitam a certos autoritarismos, pois criar qualquer desavença com o líder ou seu grupo representa a possibilidade quase certa de ter que parar de sonhar, de continuar a lutar pelos motivos iniciais que buscavam ao ingressar na organização social.

Estas situações, pelas quais passam muitos assentados compara-se à relação de poder estabelecida entre patrões e empregados, ou até mesmo às relações da ‘casa grande e senzala’. Por exemplo, não se questiona, não se pede aumento de salário, pois a ameaça de perder o emprego é constante.

Quanto aos problemas abordados referentes às relações de poder e a organização dos integrantes do movimento, não se reduzem somente aos acampamentos e assentamentos, se fazem presentes nas experiências cooperativadas do próprio movimento.

Embora apareçam essas problemáticas as cooperativas continuam sendo na visão dos sociólogos franceses Dardot e Laval (2016, p.402), “um novo sentido, pois abre caminhos para as mudanças e transformações”. E mais, são expressões de resistência dos Sem Terra.

4.4 AS COOPERATIVAS DO MST

As cooperativas, expressões do comum no MST, começaram a surgir nos anos de 1980, quando o movimento criou o Sistema Cooperativista dos Associados-SCA. Em 1990 o número de cooperativas⁵³ nos assentamentos do movimento aumentou consideravelmente. Esse processo levou a formação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil-CONCRAB, em 1992, a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização e de 7 centrais cooperativas estaduais.

Essas cooperativas de produção constituídas pelo MST possuíam personalidade jurídica para que pudessem se inserir no circuito mercantil. A organização dessas cooperativas objetivava a autonomia dos assentamentos, além do planejamento da produção e da criação de canais diretos de comercialização para eliminar os tradicionais atravessadores, que tinham a ideia de ter o controle da cadeia produtiva. Apesar da euforia inicial, os desafios e as contradições impostos pela lógica capitalista foram grandes:

o desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram numa reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando-se em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo movimento, de coletivos auto gerenciários, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa artesanal dos camponeses foram fatais para muitas dessas experiências e forçaram um recuo tático do movimento (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 175).

Embora apareçam essas dificuldades, as cooperativas dos assentados são importantes segundo Novais e Pires (2021, p. 201), porque “possibilitam a experiência daqueles que não tinham o contato com o trabalho rural, bem como, favoreceu a formação para o trabalho através do aprendizado de formas cooperadas e agroecológicas de trabalhar a terra”. Embora as cooperativas acarretem melhorias e aprendizados, nos dizeres de Novais e Pires, há alguns obstáculos,

Estes limites se fazem presentes nos valores individuais e na forma como os assentados percebem a sua própria condição mediante as relações que estabeleciam uns com os outros, no cotidiano do assentamento. Por isso, afirmam que a cooperação é uma imposição do MST (NOVAES/ PIRES, 2021, p. 201).

⁵³ Estes dados referentes as cooperativas do MST se encontram no artigo, O papel educativo das cooperativas do MST de são Paulo e seus limites. Revista Pegada, vol. 22, n.2. p.185-209, maio-agos. 2021.

Outra barreira enfrentada pelo sistema cooperativado refere-se à adaptação dos horários, os quais muito rígidos. Segundo Marcondes e Santos, (2016, p.182), “alguns trabalhadores saíam mais cedo por acabar o serviço daquele dia antes do horário formal. Outros não descansavam na hora de intervalo para almoço e descanso”. Essas dificuldades presentes estavam relacionadas à adaptação e diziam respeito aos limites internos presentes no funcionamento da cooperativa.

Além da adaptação ao trabalho conforme o horário comercial, existiam questões de ordem externa, relacionada a problemas pessoais e desconfianças entre os próprios assentados cooperativados. Essas desconfianças surgiram das experiências mal sucedidas, como lembra o Mário do Assentamento Dorcelina Folador, em entrevista ao Marcondes e Santos, o qual reiterou que:

Quando a cooperativa foi fundada, [...] eu batia contra essa tecla de ter a cooperativa. Eu achava que a cooperativa [...] era um sistema capitalista, que ia comprar do pobre, ganhar o dinheiro dele e vender pro rico. [...] As histórias ou os erros que foram cometidos no passado deixavam a gente com o pé atrás. (MARCONDES; SANTOS, 2016, p. 182).

Essas afirmações registradas pelo assentado surgiram dos erros cometidos nas antigas associações que antecederam a criação das cooperativas dos assentados. Começou-se um trabalho cooperativo e no decorrer dos dias paralisou as atividades por falta de acompanhamento técnico e por erros estratégicos. E por fim, essas desconfianças resultaram segundo Mário,

da experiência da associação criada por dez famílias, que se juntaram para fazer um coletivo dentro do Assentamento Dorcelina Folador e que foi desfeito após dois anos, quando descobriram que um pequeno grupo estava desviando dinheiro e recursos dos demais cooperados (MARCONDES; SANTOS, 2016, p. 183).

Por esses aspectos apontados, as dificuldades que ocorrem dentro das cooperativas originam-se desses exemplos. O que gera certo temor e desconfiança entre os cooperados. Por essas afirmações e exemplos apresentados ficam evidentes que os ideais capitalistas estão bem presentes em boa parte dos cooperativados. Deste modo, a fronteira que o MST precisa superar enquanto movimento é dar um passo além do sistema capitalista. Embora lute para superar, permanece conectado ao mesmo, devido as suas cooperativas que são expressões do comum estarem inseridas na lógica do mercado. Frente a esta constatação, qual o caminho a ser percorrido para superar esses limites que o sistema impõe e possibilitar o comum, tão difundido pelo MST?

É necessário lembrar que esse caminho de superação do sistema vigente perpassa pela educação, como nos mostram os Cadernos de Educação do MST, a qual possibilita as condições para que os sujeitos possam negociar de igual para igual com as autoridades civis em vista de construir a cidadania, a consciência crítica e cultivar os valores humanistas e comunitários. É em torno desses aspectos que se insere a mística, enquanto método educativo, que possibilita a conscientização dos sujeitos, animando-os e capacitando-os para as lutas e inserções nos espaços que lhes são negados pela sociedade. Deste modo, a mística para o MST é uma ferramenta que possibilita segundo Da Silva (2007, p.37) “a criação de uma nova consciência em seus integrantes, a qual impulsiona a lutar e resistir as forças contrárias aos ideais do movimento”.

Além de forjar a resistência, a mística é uma força motriz que ajuda a compreender a estrutura organizativa do movimento alicerçada no coletivo. Coletividade esta compreendida não como simples ajuntamento de indivíduos, mas alicerçada na luta comum pela superação dos sistemas de opressão e, sobretudo, de negação do direito à vida, à moradia e à educação. É por estes quesitos que o MST adota a mística como uma prática educativa, uma estratégia de emancipação do sujeito social crítico, reflexivo, consciente de sua condição, autor de sua própria história, e responsável pela transformação da realidade em que vive.

Diante dessas colocações, se busca no capítulo a seguir tratar da mística, elemento que potencializa o comum no MST. Percorre-se por este conceito, devido ele ser o centro do processo formativo do movimento; e por ser uma prática coletiva que auxilia os integrantes do MST a se unirem e terem forças para alcançar os objetivos comuns que permitem os trabalhadores vencerem as barreiras do individualismo liberal. Por ter esse papel estratégico, a mística exerce um papel decisivo no desenvolvimento de alternativas emancipatórias e mobilizadoras. Por possuir estes adjetivos na parte seguinte se reflete sobre este conceito e a sua potencialidade na ericção do comum.

5 A MÍSTICA COMO POTENCIALIZADORA DO COMUM NO MST

Embora existam dificuldades e questionamentos em relação à vivência do comum entre os integrantes do MST, onde impera o individualismo em muitas ocasiões. No entanto, cabe destacar elementos e experiências que sustentam e potencializam essa proposta trazida por Dardot e Laval, em sua obra *Comum: ensaio para a revolução no século XXI*, dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse intuito, busco olhar para a mística que atravessa todo o processo formativo do MST, devido ser um elemento importante nas mobilizações do referido movimento, e por politizar, conscientizar e educar seus integrantes e aqueles que simpatizam com suas causas.

A critério de entendimento por parte dos leitores dessa pesquisa, abordo nessa discussão a compreensão do que venha a ser a mística para o MST, e sua potencialidade, em vista do comum.

5.1 A COMPREENSÃO DE MÍSTICA NO MST

Para falar da mística realizada dentro do MST, se faz necessário dizer primeiramente que suas fontes estão relacionadas às práticas litúrgicas da Igreja Católica⁵⁴ organização que cooperou para o surgimento do movimento. Segundo Neto (2007, p.337), “a mística, prática sempre presente nas mobilizações do MST, se apresenta como herança das influências religiosas”, serve para manter a coesão dos membros e estimular as suas participações nas ocupações e manifestações. Embora não esteja mais tão ligada aos restritos conceitos religiosos⁵⁵, como no início do MST, devido ao caráter laico adotado pelo próprio movimento,

⁵⁴João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, reconhece que a Igreja Católica parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: espera que tu terás terra no céu. Pelo contrário, passou a dizer: tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra. O líder nacional assim explicita que a prática social de luta pela terra do MST foi informada pelo discurso das instituições de ação social das igrejas cristãs, como a CPT e outras pastorais sociais, em processos organizativos nos quais a luta por direitos, imbricada de termos religiosos, conforma a legitimação e a produção de ideias-força de mobilização política. Foi nesse campo de articulação simbólica entre religião e organização política que a prática da mística se estabeleceu no MST. Mais recentemente, a secularização dessa prática, reveladora de certo afastamento entre o MST e a CPT, implicou na diminuição do uso de símbolos imediatamente religiosos nas místicas do movimento. Contudo, nem de longe, a inspiração religiosa deixou de estar presente nem o MST deixou de lado essa forma litúrgica de simbolização de sua ação política (CAMPOS, 2016, p.77).

⁵⁵ As atividades místicas começaram a ter influência no MST desde as primeiras ocupações de terra. Por sua estreita vinculação com as igrejas, os rituais místicos eram muito vinculados a fé. Essa vinculação entre luta pela terra e a

a mística, continua sendo um elemento importante para a organização, em função de ser um dos eixos que mobiliza e auxilia no processo formativo deste movimento social.

Ao percorrer o pensamento de Neto, Bellan (2012, p. 42) afirma que “a mística é um fator de agregação e motivação constante, objetiva e gera vínculos entre os militantes e o MST, devido suas objetivações artísticas canalizarem em narrativas a indignação popular dentro do movimento”.

Como a mística canaliza essa indignação frente às injustiças sociais, em suas manifestações, ela é vista como um instrumento de formação que gera entendimentos e compreensões da realidade, cria novas relações e motiva as pessoas e militantes das causas do MST para as mobilizações, seguindo os exemplos dos antecessores das lutas populares. Bellan, nesse sentido vê a mística desenvolvida no MST como uma,

motivação para seguir em frente, nasce do coração e nem sempre atravessa o cérebro, mas sempre se traduz em ações e expressões concretas. O conteúdo da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade. É o companheirismo, a solidariedade, a resistência, o sonho de uma vida digna, o sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher (BELLAN, 2012, p. 47).

Para a direção do MST, a mística manifesta a convicção e a luta dos trabalhadores frente aos poderes excludentes, mesmo que possam tardar essas conquistas. Por ter essa potencialidade, a mística é compreendida como um instrumento que fortalece a militância e os simpatizantes das causas sociais defendidas pelo movimento, entre as quais está a reforma agrária e a educação, pautas assumidas desde o surgimento do MST. Por essas atribuições relacionadas, a mística é vista como uma,

prática que reforça os compromissos ideológicos com o projeto político dos trabalhadores, remetendo à herança dos símbolos, à herança da cultura popular. É uma criação coletiva que se baseia num tema relativo ao local ou à atividade que se está anunciando. Usa de várias linguagens, como a música, o teatro, a poesia, e vários símbolos, como bandeiras, livros, instrumentos de trabalho, em vista de fortalecer a unidade e os valores pelas causas que se luta (LOBO DA SILVA, 2005, p. 249).

Referindo-se às colocações de Lobo da Silva, Ademar Bogo, membro da direção do movimento (2002, p.5) afirma que a mística desenvolvida pelo MST é uma “prática coletiva que tem o papel de semear o ânimo entre os militantes, revigora suas forças para as lutas e unifica-os para fortalecê-los enquanto coletivo”. Para atingir esses ideais Peloso afirma que,

igreja católica implicou no envolvimento de padres e bispos nas lutas do MST, porém, na trajetória de sua consolidação, o MST passou a usar a mística com caráter laico (NETO, 2007, p.337).

as convicções que animam a vida dos militantes exigem uma metodologia. Uma reunião, um ato ou uma atividade festiva, podem e devem estar cheias de momentos que tornem presentes as razões pelas quais lutamos. Por isso, a beleza do ambiente, o clima de confiança, a alegria, a música, a poesia, as artes, os símbolos, os gritos de guerra, tudo deve exprimir os valores e as certezas que animam nossa caminhada (PELOSO, 1998, p. 10).

Essa linguagem artística (musical, poética, teatral) usada pelo MST, segundo Peloso em suas místicas objetiva reafirmar os valores e a importância da causa de suas lutas. Através dessas apresentações artísticas, compreende-se que a mística, realizada nos diferentes lugares e momentos, produz entre seus militantes um estado de empolgação, que se expressa em alegrias ou indignações, independente do contexto em que estão inseridos.

Considerando essas expressões geradas nos integrantes do MST, Medeiros (2002, p.160), diz que “a mística é uma energia, que faz rir e chorar, que busca não deixar os homens e mulheres em suas vidas cotidianas virarem pedras ou máquinas ou fraquejar a ponto de entregar-se por medo a uma vida de resignação”.

Pela abrangência do conceito apresentado, entende-se que a mística é uma força que mexe nos sentimentos das pessoas que dela participam. Por isso Medeiros afirma que:

A mística para os Sem Terra é assumida como um alimento que lhes possibilita ânimo e coragem para continuar a caminhada de cada dia, que lhes fortalece e lhes permite continuar lutando tendo a certeza da vitória à frente, mesmo quando as condições do momento possam indicar o contrário como a morte de alguém que estava participando da luta. (MEDEIROS, 2002, p. 167).

Nesse interim, destaca-se que a mística tem a função de mobilizar e ser instrumento para os sujeitos envolvidos nas lutas e não para os sonhos em vão, sem mediações com o real. Pela exposição desse teórico, entende-se que a mística é uma ferramenta que ajuda os trabalhadores avançar sobre os aspectos contingentes de seu imaginário fazendo surgir a consciência de classe para enfrentar a exclusão social.

Por estes entendimentos relativos à mística, nota-se que ela cria a coesão entre os membros do movimento, fazendo-os deixar de ser um amontoado de pessoas para ser um coletivo que procuram viver o comum. Esta mudança ocorre porque a mística instiga a unidade dos membros em torno de objetivos comuns. Por gerar essas mudanças no coletivo, constata-se que a mística tem grande relevância na educação dos Trabalhadores Sem Terra. Refletindo sobre essa acuidade, Pereira em sua pesquisa afirma que,

a consciência da importância da mística está no seu papel de organizar, dar liga, unidade e educar seus participantes em torno do projeto e um ideal. Por isso, as experiências dos sujeitos incorporadas nas místicas do MST contribuem para que outras pessoas aprendam a lidar com os desafios que aparecem na luta, de modo que elas se tornem mais ativas dentro do movimento para resolver os problemas do seu cotidiano. Neste sentido, a prática da mística no MST conseguiu e consegue formar pessoas dentro do movimento (PEREIRA, 2014, p. 136).

Diante da verificação de Pereira se compreende que a mística desenvolvida dentro de uma organização social como a do MST cumpre um papel preponderante quanto a formação, serve para fortalecer os ideais e os sonhos a serem construídos. Esta importância se menciona porque a mística,

[...], motiva, anima, na busca do projeto maior da organização do MST. Se o indivíduo perdeu o ânimo, perdeu a esperança, perdeu a prática da mística em torno do ideal maior, como exigir desse indivíduo que tenha uma prática disciplinada dentro da organização? Portanto, os militantes que não conseguem mais motivar-se, animar-se, emocionar-se, rebelar-se (contra as injustiças), desafiar-se, dificilmente terão disposição para respeitar a disciplina das atividades. Certamente buscarão subterfúgios ou motivos para escapular de suas obrigações (DOSSIÊ, 2001, p. 221-222).

No Dossiê, a mística para o Setor de Educação do MST, é o coração da organização. É através dela que se atualiza a caminhada, resgata a história das lutas, as vitórias e derrotas e se conscientiza os seus integrantes mantendo-os esperançosos na busca por melhores dias. É por isso, que a mística para o MST, possui um diferencial. Ela forma, conscientiza e integra os membros que ingressam no movimento, despertando-os para lutas sociais, a partir da memória e dos exemplos dos lutadores sociais que os antecederam, e da realidade onde os trabalhadores estão inseridos. A qual dramatiza essa realidade em vista do entendimento do cotidiano social.

Por essas pertinências abordadas em relação à mística, Comerlatto, afirma que ela é vista como:

Uma prática coletiva enraizada historicamente dentro do MST. Através dela o integrante do MST é capaz de criar forças e juntar-se com outros membros em torno da luta pela terra. É uma força que contribui, pois orienta pedagogicamente para uma transformação social. Ao mesmo tempo é uma prática revolucionária, pois assenta-se em valores diferentes dos ideais liberais e por isso é contra a ideologia dominante, pois busca formar espaços de contestação (COMERLATTO, 2010, p. 177).

Em relação às atribuições dadas por Comerlatto, Lara Júnior, sustenta que a mística desenvolvida pelos integrantes do MST pode variar conforme a situação social em que é desenvolvida. Esta afirmação se apoia no seguinte aspecto:

Não existe uma ortodoxia imposta pelo MST para se ter um único modelo de mística, não há um cânone, como, por exemplo, o da missa católica que segue o mesmo padrão em qualquer parte do mundo. Dessa maneira, essa ação coletiva realizada no movimento se estrutura com contornos específicos, dependendo dos objetivos do movimento e do grupo, realidade local em que é feita e, principalmente, se estrutura a partir das características das pessoas que participam da mística (LARA JÚNIOR, 2010, p. 62).

Através dessa colocação de Lara Júnior, se percebe que o foco da mística não é atingir toda realidade em si, mas objetiva segundo Löwy, (2005, p.55) ser uma “forma de expressão que mobiliza, conscientiza os sujeitos para se oporem ao sistema vigente”. Por ter essas características, as místicas praticadas pelos integrantes do MST, nas mais diferentes realidades promovem mudanças políticas, animam os sujeitos e os habilita para sua ação transformadora na realidade em que estão inseridos.

Diante dessas formas de expressões da mística realizadas pelos sujeitos que compõe o MST, Bellan constata que,

A mística se enraíza no movimento pela capacidade de instrumentalizar o sujeito para a luta e não para o sonho sem mediações com o real. E por suas expressões que retratam os sujeitos de transformação em ação [...], o que fascina os militantes e simpatizantes, aproximando-os cada vez mais do coletivo (BELLAN, 2012, p. 76).

Por esta declaração de Bellan, se constata que a mística é um valioso recurso para a educação dos Sem Terras e simpatizantes, pois possibilita-os criar uma nova sociabilidade e ao mesmo tempo tem o poder de criar e aumentar a consciência crítica dos militantes, bem como promover (em um formato de rito devedor as formas religiosas de apresentações estéticas) noções que refletem a realidade de luta do movimento a aqueles que simpatizam com suas causas defendidas. E também por oportunizar a conscientização para fazer frente a domínios da classe detentora do poder. Para Comerlato (2010, p.178), isso acontece devido “sua intencionalidade atingir a subjetividade das pessoas e por fazer refletir sobre o que aconteceu e resistir com o que poderá vir, sendo assim, é compreendida como um alimento para as longas jornadas de lutas”.

Mediante essas colocações sobre a mística, observa-se que ela ocorre nos mais diferentes ambientes e realidades, gera consciências e estimula novas ações. Por esses aspectos, a mística no MST manifesta a materialidade das manifestações executadas e habilita os sujeitos a terem voz, pois isoladamente, seu poder de influência tende a ser diminuído. Deste modo ela é considerada,

uma forte marca no movimento, alimenta os Sem Terra de esperança, [...], é uma síntese das histórias de luta que os trabalhadores rurais vivenciam, e uma utopia por dias melhores com a terra conquistada. É uma celebração onde a memória, os valores são cultivados e transmitidos, e onde a interpretação da realidade social é apresentada, e a identidade coletiva reforçada (TORRES, 2010, p. 135).

Através da afirmação de Torres, se reafirma aquilo que já se tinha presente no MST de que a mística é a “alma do sujeito coletivo Sem Terra, que se revela como uma paixão contagiante, ajuda a sacudir a poeira e dar a volta por cima, colocando os Sem Terras no caminho de grandes aprendizados, estabelecendo objetivos a serem alcançados” (Caderno nº 9, 1999, p.23). Por essas colocações apontadas neste documento do MST, a mística é vista como um relevante impulso para as lutas cotidianas. Sendo considerada,

a força, a energia cotidiana que tem animado a família Sem Terra a continuar na luta, ajudando cada pessoa a enxergar e a manter a utopia coletiva. A mística é aquele sentimento materializado em símbolos, que nos faz sentir que não estamos sozinhos e são os laços que nos unem a outros lutadores que nos dão mais força para prosseguir na construção de um projeto coletivo (CALDART, 2004.p. 29).

Pode-se dizer a partir Caldart, que a mística é entendida como uma prática do MST que se coloca no campo da transformação cultural. Enquanto ato coletivo revela-se como um elemento mobilizador dos sujeitos que por ela são atingidos. Deste modo, os atos místicos celebrados nas mais diferentes realidades contribuem para a transformação contínua dos integrantes do movimento, possibilitando-lhes o desenvolvimento da consciência crítica frente à realidade em que estão inseridos. Referindo-se a esses atos Reis, afirma que

a mística constitui em um conjunto de ações simbólicas que vão corporificar a imagem do militante e do próprio MST. É uma forte expressão de sua identidade, que reflete o prazer em ser do movimento e de estar naquela luta coletiva, sendo este elemento, o coletivo, importante fator. A mística promove a imagem e garante autoestima. Intenciona mexer com os ânimos e os bríos do militante, fazendo com que o mesmo sintá-se importante, posto que compõe o coletivo (REIS, 2010, p. 330).

A partir das exposições trazidas a lume, percebe-se que a mística apresenta as compreensões de como são conduzidas as lutas principais do MST, ou seja, a reforma agrária e a educação. Mas cabe acentuar ainda, que a mística também fomenta e possibilita as memórias dos acontecimentos e ações desenvolvidas pelo MST; e como ela mobiliza, educa e politiza os integrantes do movimento em vista da construção da coletividade.

5.2 O POTENCIAL DA MÍSTICA NO ERIGIR O COMUM

Após conceituar a mística, busca-se tratar de sua potencialidade quanto à constituição do comum no MST. Aborda-se esse aspecto, devido se afirmar nos documentos do movimento (Dossiê, 2001, p.193), que ela “motiva, anima na busca do projeto maior da organização. A mística é a força motriz, a fonte que arranca a pessoa do egoísmo e a entrega a uma militância. A mística é constituída por um grande ideal e inspiração que neutraliza os ídolos do egoísmo”. E por ser, segundo Löwy, (2005, p.55) uma “forma de expressão que mobiliza, conscientiza os sujeitos para se oporem ao sistema vigente”. E por Cardart, (2004, p. 29) pedagoga do MST, afirmar por esses qualitativos que “a mística é força, energia cotidiana que tem animado a família Sem Terra a continuar na luta, ajudando cada pessoa a enxergar e a manter a utopia coletiva”.

A partir dos pontos de vista tratados por esses autores, se percebe que a potencialidade da mística está na recuperação da carga simbólica das ações coletivas que foram realizadas desde o início do movimento. Segundo os depoimentos das lideranças do MST é graças à mística que possibilitou, segundo Pereira (2014, p.158) “o processo de conscientização dos sujeitos Sem Terras” para a busca comum por terra, educação, trabalho e dignidade humana.

Essa afirmação de Pereira, confirma-se segundo Nascimento e Martins, no depoimento da líder do MST, professora Antônia, da escola do Assentamento Vila Diamante, no Maranhão. A qual retrata essa potencialidade ao afirmar que a mística ajuda na transformação das pessoas, fazendo-as olhar para além de seus interesses pessoais.

Quando passei a participar das místicas, eu me transformei, passei a ver o mundo de uma forma diferente, deixei de ser acomodada, o magistério me fez crescer muito, eu era muito agressiva, muito individualista, até porque a gente nasce nesse processo, não pensava no coletivo, no comum, nas pessoas, na mudança, não tinha muito esse sentido, mas quando eu comecei a estudar no magistério de Veranópolis/RS, porque lá no curso passei a participar das críticas e autocríticas, avaliações e aí eu comecei a mudar, passei a ser mais humana, hoje eu posso dizer que eu sou totalmente diferente, não sei se eu ia me adaptar de novo a dar aula fora da área do assentamento, já estou muito habituada (NASCIMENTO; MARTINS, 2008, p. 113).

A partir desse depoimento se compreende que a potencialidade da mística perpassa pela mudança subjetiva das pessoas que compõe o movimento e na sua luta contra hegemonia, que a mística traz em suas apresentações, devido instigar a participação coletiva, que subverte as relações de poder convencionadas na sociedade que prima pelo individualismo.

Esta potencialidade está na sua ação pedagógica, a qual fortalece, encoraja, estimula, ensina, cria e recria novas ações coletivas por parte dos Trabalhadores Rurais Sem Terras. No entanto, como a mística bebe das fontes da Teologia da Libertação, sua potencialidade, em vista do comum está na inserção na realidade, a qual possibilita os integrantes do movimento pensar, a partir dos seus antecessores, novas ações em vista da mudança da realidade na qual fazem parte. Pensar a mística fora destes parâmetros e distante das realidades humanas, significa transformá-la em ritualismo sem seriedade e compromisso com o projeto de uma sociedade mais humana e solidária.

O potencial da mística encontra seu ponto de apoio junto às palavras de ordem, que reforçam as ações, produzindo um sentimento de corresponsabilidade por parte dos integrantes do movimento. Refletindo sobre estes aspectos em sua obra *Combatendo a Desigualdade Social*, Carter (2010, p. 320) afirma que,

Na avaliação dos integrantes do MST, a mística fortalece a disposição e a unidade para a luta, bem como o sacrifício, afirma as convicções políticas e dá coesão interna ao movimento. A essa disposição se soma o esforço por manter certa ordem nas atividades do movimento (CARTER, 2010, p. 320).

A partir dessa constatação, Reis complementa esse ideal, afirmando que a potencialidade da mística perpassa pela vivência experimentada no movimento cotidianamente. Por isso, define a mística como,

um mistério e por ser mistério não pode ser revelada completamente sob pena de perder a essência do sentido. Mistério não é um segredo indecifrável diante do qual devemos sempre calar, mas trata-se do segredo profundo da vida que pela mística podemos tatear, farejar e deixar o coração ser envolvido por um entusiasmo que faz o militante carregar no coração a alegria da vitória que virá (REIS, 2010, p. 140).

É este entusiasmo contagiante da mística, destacado por Reis, que fortalece nos militantes o lutar na certeza da vitória.

Por essa convicção gerada se observa que a potencialidade da mística está na utopia, na força e no poder movente dos Trabalhadores Sem Terras. Por isso, a mística tem um papel preponderante frente ao movimento, (reafirmando as convicções dos demais teóricos que estudam esse conceito), em virtude de animar, renovar as esperanças levantar os desanimados.

Esse movimento de levantar o ânimo e renovar as forças, nos revela que a potencialidade da mística se funda na metodologia adotada pelo Setor de Educação do MST. A qual, na visão de Carter (2010, p.321), disciplina as “paixões e outros impulsos naturais, fomentando nos

integrantes do movimento um novo processo civilizador”⁵⁶, que lhes possibilita domínio próprio, autoestima, e permite canalizar a energia social gerada pelo movimento em ações construtivas e não violentas. Segundo, Tibola (2015, p.25), essas ações edificantes, onde sobressai o cuidado à vida, ocorrem no movimento porque “a mística é um ato educativo e conscientizador”.

Como a potencialidade da mística enraíza-se no mexer com os sentimentos dos militantes e simpatizantes das causas do movimento. A visibilidade dessa potencialidade é perceptível pelas falas dos sujeitos envolvidos, os quais, se emocionavam ao falar nas apresentações e sobre elas. Por estes gestos apresentados pelos militantes e simpatizantes se afirma que,

a mística é uma potência para o comum porque mobiliza os sentimentos das pessoas, pois nesses rituais apresentam situações que têm um valor afetivo para elas. Os símbolos apresentados geralmente são aqueles usados no cotidiano, ou que se assemelham com a luta das pessoas em permanecer na terra. Participar de uma mística seria como se os sentimentos entrassem em ebulição e se uma liderança convocasse os participantes a entrar na luta, poucos titubeariam, pois essa mobilização desperta a unidade e um certo ‘encorajamento’ para enfrentar as dificuldades e obstáculos (COELHO, 2014, p. 248).

Diante do exposto por Coelho, se constata que o potencial da mística em construir o comum está na antecipação da vivência dos valores da nova sociedade a ser construída a partir da luta comum dos trabalhadores. Para que isso ocorra, Christofolli (2012, p. 55) salienta que “se faz necessário que a cooperação e o desenvolvimento econômico sejam fundamentados a partir dos valores humanistas”. Se acredita na cooperação e no cooperativismo, devido esses valores humanistas ensinar os camponeses a produzir alimentos e a vida a partir de outras relações sociais, ou seja, no comum.

Segundo Lazzareti (2004, p.159) essas convicções acontecem porque a mística “projeta novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes para a sociedade”. Por ser uma prática envolvente e educativa de todo o movimento, sua ação atinge acampados, assentados e as escolas do MST, a ponto de ser considerada por Fernandes (2012, p.132) “o seu alimento ideológico, de esperança, de solidariedade”.

Diante dessas considerações apontadas referentes à mística, à educação e toda a história vivenciada e construída pelo MST, se compreende que há um longo caminho a ser percorrido. Embora haja avanços, persistem desafios a serem superados, como a fragmentação da realidade,

⁵⁶ Conceito de Norbert Elias usados para demonstrar as mudanças nos padrões comportamentais das pessoas. Expõe como se dá o longo processo civilizador no decorrer da história. Disponível em: <http://fatosociologico.blogspot.com/2010/07/> Acesso em: 20/07/2022.

a qual é dominada por um modelo uniforme do campo (agronegócio), e pelo poder econômico. No entanto, se percebe que frente aos desafios por novas políticas econômicas, novos modelos de produção e educação, há instrumentos que auxiliam pedagogicamente a construção de novas alternativas sociais, e educacionais. Entre estes está a mística, que tem a função estratégica de continuar educando os membros e simpatizantes a desenvolverem, a partir do movimento, o cultivo e o resgate da memória histórica em vista de não se perder as estruturas fundantes da organização e os ideais dos seus antecessores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa investigação de cunho bibliográfico e documental, se observou que o MST se constitui, na atualidade, como um movimento que traz desde a sua origem as pautas e os valores dos movimentos que o antecederam. Os quais atualizados em seu seio, servem de força para influenciar nas mudanças das estruturas sociais.

Por ter essa incidência na sociedade é considerado por muitos pesquisadores brasileiros e estrangeiros como um movimento de contraposição aos valores neoliberais. Por se contrapor ao sistema vigente, vai ao encontro dos excluídos da história brasileira que há séculos lutam por seus direitos (trabalhadores do campo, operários, negros, índios, migrantes e outros). Ao dar voz e possibilitar o desenvolvimento das potencialidades pensantes desses sujeitos, a partir de sua educação libertadora, fundamentada na pedagogia de Paulo Freire e aplicada na realidade pelo seu Setor de Educação, o MST colhe para si inúmeras rejeições e perseguições por parte da mídia e dos setores sociais que sempre se beneficiaram da força desarticulada desses entes.

Essas perseguições por parte desses entes sociais ocorrem devido, a sua educação ser diferenciada, pois aborda temas do cotidiano dos trabalhadores, possibilitando-lhes uma compreensão diferenciada da realidade em relação à maioria da população, que vê a educação apenas como uma possibilidade de manter os seus privilégios e seus status. Por desenvolver essa educação que trata diretamente dos problemas da realidade, possibilita a formação da consciência crítica dos trabalhadores e simpatizantes de sua causa. O que nos permite afirmar que o MST é uma ‘grande escola para a vida’, especialmente para aqueles que levam a sério os interesses comuns e as decisões coletivas.

Ao abordar o Comum de Dardot e Laval, se verificou que este princípio continua sendo um grande desafio para nosso tempo, devido às forças do capital, o lucro, o individualismo e imperialismos serem reinantes em nosso cotidiano, inclusive junto às organizações sociais, como a do MST. É um desafio porque os membros do movimento em muitas ocasiões não conseguiram fazer plenamente a passagem para a proposta cooperativada, oferecida pelo movimento como se constatou no desenvolver da pesquisa, nos dando a entender que existe uma forte resistência aos valores do Princípio Comum; e um certo fascínio aos valores do neoliberalismo, vastamente criticado por Dardot e Laval e pelo próprio MST.

Essa dificuldade em romper com o sistema está relacionada ao fato do movimento estar inserido numa realidade neoliberal. Embora combata ideais do neoliberalismo, acaba sofrendo influências do sistema mercantil, em razão de seus produtos comercializados em suas

cooperativas serem regidas pelas regras do mercado, o que traz uma certa influência para dentro da organização, embora sua formação busque esclarecer as consequências dessas ideias neoliberais para o movimento, mas mesmo assim resistem às investidas da organização.

Apesar dessas influências advindas do mercado, se constata que o movimento continua sendo um diferencial pelas suas ações solidárias desenvolvidas de combate à fome nas grandes cidades, oferecendo alimentos ecológicos às famílias em vulnerabilidade social; e por demarcar muito bem as fronteiras do sistema a partir do seu processo formativo, devido deixar claro que uma organização centrada apenas sob o poder de uma pessoa não permite a riqueza da diversidade das ideias, das proposições de saídas para a resolução dos problemas, da capacidade criadora de novas saídas. Deste modo sua tendência é enfraquecer enquanto movimento social.

Por ter esse cuidado com o processo formativo de seus integrantes, com a solidariedade e a cooperação, se constatou nesta investigação que o Setor de Educação do MST quer evitar que sua ação educativa seja alienante. Por isso, busca unir teoria e prática no seu processo formativo em vista da formação da consciência crítica dos estudantes. Por meio dessa relação se adquire uma visão de mundo diferenciada do discurso oficial, bem como se fortalece as bases do Princípio Comum, distanciando-se do modelo gerencialista e tecnicista do sistema neoliberal.

Quanto a mística e a sua contribuição na erigção do Princípio Comum, se verificou inicialmente que ela apresenta dois aspectos centrais: o primeiro, fomenta e zela a força interior que há no movimento, fazendo a luta acontecer; e no segundo aspecto que envolve o lado artístico, o ritual e o simbólico, intiga a memória, contribuindo para reacender a força e os legados históricos movimentando assim a luta cotidiana.

A investigação mostrou que a mística fomenta e zela pela força interior do movimento que se expande de dentro para fora e atualiza a memória dos feitos históricos, lutas, conquistas e derrotas. Isso possibilita um conjunto de reflexões acerca da educação, pois constata-se que em suas expressões artísticas, simbólicas e em seus rituais, conceitos que direcionam às lutas sociais, à libertação, à cooperação e à conscientização. Se verifica também, que a mística, ao ser refletida na perspectiva educacional fortalece a força da esperança individual (pessoa) e ao mesmo tempo a força da esperança coletiva (grupo), o que impulsiona a estrutura coletiva, e a vivência do Princípio Comum no MST.

Essas verificações mostram que a mística é um elemento educativo para os Sem Terra, porque oportuniza a reminiscência dos momentos históricos que retratam as resistências diante de circunstâncias resultantes do abuso de poder e das perseguições por parte de grupos

hegemônicos que pensam a educação na ótica do capital, afastada da concepção libertadora. Constatou-se também que a força da mística contribui para a formação humana: constitui subjetividades, produz conhecimentos aos Sem Terras e conteúdos de resistências, de afirmação da identidade cultural. Ela constitui também uma ética fundamentada nos valores da justiça, solidariedade e respeito às diversidades. Por esses quesitos, a pesquisa mostrou que a mística no MST, extrapola o viés religioso, (embora tenha sua raiz nas práticas litúrgicas da Igreja Católica), por expressar uma ação que proporciona a formação de novos sujeitos sociais e históricos engajados na transformação da sociedade brasileira.

E mais, se verificou nesta investigação que a mística desperta a memória, os saberes e conhecimentos ancestrais; favorece a crítica histórica da realidade social e propicia o fortalecimento das utopias que ajudam os Sem Terra e os simpatizantes perceberem como chegar aos viáveis caminhos para vencer as situações limites.

Através desta investigação ficou evidente que a mística é uma força que possibilita o entendimento da estrutura organizativa do movimento, a qual é compreendida não como simples ajuntamento de indivíduos, mas uma coletividade fundamentada na luta em comum pela superação dos sistemas de opressão e, sobretudo, de negação do direito à vida, à moradia e à educação. Por essas considerações se verificou que a mística é uma prática educativa, que possibilita a constituição do comum, mas não o constitui plenamente, porque ainda há um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista que o debate em torno da mística excede os objetivos desta pesquisa, mas é uma força que politiza, educa e conscientiza quem dela faz parte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rejane C. Medeiros de. **Práxis política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -TO:** Trajetória de organização e formação política. (Tese de Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, 2017.

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Hermenêutica: o que é isto, a final? *In:* AZEVEDO, Heloisa Helena Duval de; OLIVEIRA, Neiva Afonso; GHIGGI, Gomercindo (Orgs.). **Interfaces:** temas de Educação e Filosofia. Pelotas: Editora UFPel, 2009. p. 39-53.

ALCANTARA, A. P; LONGUI, D; ROSSONI, R. Um olhar sobre a infância: Herdeiros da Terra Prometida. s/d. 42f. Revista Projeto de conclusão do ARROYO, Miguel. Gonzales. Prefácio. *In:* CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes. 2000.

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade:** princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. Caderno de Formação n.02. São Paulo, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 17ª ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.

BVS-Biblioteca virtual em saúde. **Novo Coronavírus**. Disponível em: <https://bvsm.saude.gov.br/> Acesso em: 06 de jan.de 2022.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento dos Sem Terra**. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli. Salette. O MST e a formação dos Sem Terra: O movimento Social como princípio educativo. *In:* GENTILI, Pablo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). **A cidadania negada; políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CALDART, Roseli Salette. **A pedagogia da luta pela terra:** o movimento social como princípio educativo. Caxambu: Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 1999.

CAMARGO, Clarice Carolina Ortiz de; RICHTER, Leonice Matilde; MENDES, Rafael Martins; FERREIRA, Sirlei Aparecida Martins. Concepção de educação do MST: uma análise a partir da ANPED. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 36-52, jan./jun. 2014.

CAMPOS, Marcos Paulo. Memória e liturgia política na mística do MST. *In:* **Historiador**, Aracajú, vol.8, nº15, 2016.

CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. Trad. Cristina Yamagami, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, Igor. **MST e Incra afastam a possibilidade de ação da Força Nacional na Bahia**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/>. Bahia, 16/08/20. Acesso em: 02 de out.de 2021.

COSTA; SOUZA. Rediscutindo os comuns: A alteração do comum como espaço para o comum como verbo através da perspectiva de Pierre Dardot e Cristian Laval. *In: CAPTURA CRÍPTICA: direito, política, atualidade*. Florianópolis, v. 7, n. 1, 2018.

CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. **Espiritualidade e Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERICATO, Kátia Aparecida Seganfredo. **Os princípios organizativos e a proposta pedagógica do MST: Contradições de sua materialização na escola estadual Iraci Salete Strozak**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade estadual de Londrina, Londrina, 2008.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra**. Ed. UFGD, 2014.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil e geral**. São Paulo. Editora Saraiva, 2003.

CHRISTOFOLLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. *In: RODRIGUES, F. C; NOVAES, H. T; BATISTA, E. L. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DALMAGRO, Sandra Luciana. História da escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v.17, n.3, p 783-810, jul./set. 2017.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **Trabalho, Coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira**. (Dissertação em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

DA SILVA, Pedro Almeida. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas fontes inspiradoras. **Missioneira**, Santo Ângelo, RS, nº 47, mar. 2007, p.64.

D´AGOSTINI, Adriana. **A educação do MST no contexto educacional brasileiro**. (Tese Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, 2009.

DMITRUK ORTIZ, Hilda Beatriz. Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico. 8ª ed. **Rev. Ampliada**. Chapecó, SC: Argos, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FERNANDES, Leonardo. **MST celebra a diversidade religiosa em Belo Horizonte**. 2017. Disponível em: <https://www.mst.org.br>. Acesso em: 26 de set. de 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIGUEIRA, Pedro de A. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio, Revista do Mestrado em Educação – UFMS**. Campo Grande, v. 1, n. 1, 1985.

FRANÇA, Dalva Mendes de. **Vivências da pedagogia do movimento em escolas de assentamentos MST/ES**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In*: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-92.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

FIGUEIREDO, Alan. D.R. **Reflexões sobre a educação Do/No MST: Marcas de autoria coletiva de um pensamento pedagógico**. CONEDU, 2020.

GANZ, Louise; BALTAZAR, Ana Paula. **Uma composição do comum** [entrevistas]. - Belo Horizonte: Jaca, 2019.

GHEDIN, Evandro. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. **II Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos**. 2004, Bauru. Anais. Bauru: USC, 2004. p. 1-14.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓRGEN, Sérgio. O monocultivo da soja avança, mas segue em xeque. **Revista Sem Terra**, ano X, nº.44, São Paulo, abr./mai.2008, p.13-17.

HADDAD, Fernando. **Decreto assinado por Lula, aprimora a educação do campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronera>. Acesso em: 12 de set. de 2022.

JANES, Robinson. **Alfabetização de jovens e adultos em acampamentos e assentamentos da reforma agrária: a autogestão do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Relatório de pesquisa. Marília, 2001.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. (Tese de Doutorado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Vozes, Petrópolis, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6ª. ed. São Paulo: Heccus, 2017.

LOBO da Silva, Roberta. **A dialética do Trabalho no MST: A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.** (Tese de doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2005.

LÖWY, Michel. **Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião.** In. Estudos Avançados, 19 (55), 2005.

MACHADO, Vitor. **Dilemas e perspectivas da educação em assentamento rural – Sumaré/SP.**

UNICAMP: Campinas, 2008. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes.** Vozes, 2000.

MARCONI, Ivan César; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 173-183, abr./jun. 2016. Disponível em www.scielo.br/. Acesso em 27 de jun. 2022.

MELLO, Bianca Vieira. **Hermenêutica: origem e significado.** Direito Net. 2010. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

MEDEIROS, Evandro Costa. **A dimensão educativa da mística Sem Terra: Experiência da Escola Florestan Fernandes.** (Tese de Doutorado em Educação), UFSC, 2002.

MIRANDA, Roberto de Souza; CUNHA, Luís Hermínio. A estrutura organizacional do MST: A lógica política e lógica prática. **Cadernos CRH**, Salvador, vol.26, nº68, p.363-376, maio/agos. Disponível em; <https://www.scielo.br/>. Acesso em 05 de maio de 2022.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Escolas Itinerantes.** Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 31 de ago. de 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê MST Escola. Documentos e estudos 1990-2001.** ITERRA-Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Veranópolis-RS, 2005.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A organização do Movimento, quem é quem na luta pela terra.** Porto Alegre- RS, 1986 (Caderno de Formação nº1).

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Como fazer a escola que queremos.** São Paulo, 1992. (Caderno de Educação, nº1).

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Alfabetização.** São Paulo, 1998, 3ªed. (Caderno de Educação, nº.2).

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Alfabetização de Jovens e Adultos-organização.** Porto Alegre- RS, 1994. (Caderno de Educação, nº.3).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Alfabetização de Jovens e Adultos-
didática da linguagem**. São Paulo, 1994, (Caderno de Educação, nº.4).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Alfabetização de Jovens e Adultos-
Educação e Matemática**. São Paulo, 1998, (Caderno de Educação, nº.5).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Como fazer a escola que queremos?
Planejamento**. Porto Alegre, 1995, (Caderno de Educação, nº.6).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Jogos e brincadeiras infantis**. São Paulo, 1996. (Caderno de Educação, nº.7).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios da educação no MST**. São Paulo, 1997, 2ªed. (Caderno de Educação, nº.8).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Como fazemos a escola de educação
fundamental**. Porto Alegre- RS, 1999, (Caderno de Educação, nº.9).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação religiosa- **Ocupando a
Bíblia Alfabetização**. São Paulo, 2000, (Caderno de Educação, nº.10).

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O que levar em conta para a
organização do assentamento: a discussão no acampamento**. São Paulo: CONCRAB, 2001.
(Caderno de Cooperação Agrícola nº. 10).

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Normas Gerais e Princípios
Organizativos**. (Cartilha), Secretaria Nacional, 2016.

NATUSCH, Igor. 21 de janeiro de 1984, início do primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais Sem Terra-marco da fundação do MST. **Revista Online**, www.dmttemdebate.com.br acesso, em 18 de set. de 2021.

NAVARRO, Zader. **Pesquisador critica MST, mas diz apoiar Sem Terra**. Disponível em: <https://www.comciencia.br/> Revista online comciência ano 2003. Acesso em 20 de jun. de 2022.

NEITZEL, Odair. **A pedagogia como autogoverno em Johann Friedrich Herbart**. Editora Unijuí, Ijuí-RS, 2019.

NETO, Luiz Bezerra. **Sem Terra aprende e ensina. Estudo sobre as práticas educativas do
Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas, Autores Associados, 1999.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do
assentamento rural da Fazenda Jupira no município de Feliz**. USP: São Paulo 2007.
(Dissertação em Geografia Humana).

NOVAES, Henrique Tahan; PIRES, João Henrique Souza. O papel educativo das cooperativas do MST de São Paulo e seus limites. **Revista Pegada**, vol.22, nº2, maio/agosto de 2021.

OLIVEIRA, Cida. **MST doa 10 toneladas de alimentos saudáveis na Grande Florianópolis e região.** Brasil de Fato. Florianópolis-SC, 25/05/2021. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

PELOSO, Ranulfo. **A força que anima os militantes.** Caderno de formação n.º27. Mística uma necessidade no trabalho popular e organizativo.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Fórum Social Mundial"; **Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>. Acesso em: 09 de dez. de 2021.

PEREIRA, Gustavo Henrique. **Cadernos de Educação do MST: algumas reflexões.** Dissertação (Mestrado Educação), Universidade Federal de Uberlândia, p. 2019.

REIS, Cristine de Souza. **Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: Caso MST.** Tese de direito, Universidade de Coimbra, Portugal, 2010.

RODRIGUES, M. F. **A luta pela educação a educação na luta: memórias, narrações e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda Giacometi.** Dissertação de Mestrado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: **Os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil.** Lua Nova, São Paulo, 76, 197-227, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 03 de jun. de 2022.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais.** Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

STEDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. **Brava gente.** São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

STÉDILE João Pedro; FERNANDES, Bernardes Mançano. **Brava Gente.** A trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2012.

SILVA, Hédio. **Combate a intolerância religiosa.** Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 22 de set.2022.

SILVA, Jaqueline Ariane Pereira da. Um olhar sobre a proposta educativa sem-terra: premissas teóricas e pedagógicas. **Revista online.** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19382_10327. Acesso em: 28 de out. de 2021. <https://memoriasdaditadura.org.br/> acesso em 11 de maio de 2022.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da; SAVAZONI, Rodrigo. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018. Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso, em 15 de jun.de 2022.

TIBOLA, Naiara Gracia. **Emancipação humana na proposta educacional do MST.** Dissertação (Mestrado em Educação) FURB-Universidade Regional de Blumenau, 2015.

TORRES, Cristine Lima. O simbolismo do MST na marcha e na mística: Espaço itinerante de formação humana. *In*. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, PR, nº.110, ano X. jul. 2010.

TROMBETTA, Darlan; LUCE, Maria Beatriz. **A constituição da identidade docente entre a projeção do mercado e as lutas do comum.** In Currículo Sem Fronteira, v. 21, nº3, p.1266-1289, set/dez 2021.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Acampamentos do MST: Uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder.** Paper apresentado no GT14, “Processos e movimentos sociais no campo”, integrante da programação do XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1999.

VARGAS, Luiz Américo Araújo. **A educação como estratégia política do MST: por uma pedagogia da luta e da resistência.** Curitiba, PR: Appris, 2018.

VENDRAMINI, Célia. **Terra, trabalho e educação.** Ijuí-RS: Unijuí, 2000.